

DEBATE PRELO

REVISTA DA IMPRENSA NACIONAL / CASA DA MOEDA

7

1985 | ABRIL | JUNHO



DARWINISMO EM PORTUGAL
CARTAS DE ANTERO A O. MARTINS
ANTROPOLOGIA DA VIOLÊNCIA

BIBLIOTECA DA IMPRENSA NACIONAL

N.º

Est. Sec.^a

Prat.^a Div.^a Plano^o

Reg. de entrada: N.º (19

N.º 7 - Abril/Junho 1985

Revista Trimestral

Propriedade

Imprensa Nacional - Casa da Moeda

Director

Diogo Pires Aurélio

Direcção,

Redacção e Administração

R. D. Francisco Manuel de Melo, 5-5.º
1000 LISBOA

Distribuição

Diglivro - Distribuidora de Livros
e Material Didáctico, Lda.
Rua das Chagas, 2 - 1200 LISBOA

Design

Grafidex Agência de Publicidade

Fabrico

Nova Lisboa Gráfica, Lda.

Preço

Número avulso — 450\$00

Assinatura (4 números) - 1.500\$00

Este preço não se aplica
aos números especiais

Tiragem

3000 exemplares

Na capa: Pormenor de
"Café-concerto", projecto de
arquitectura de Henrique Pousão.
Desenho a tinta-da-china e
aguarela sobre papel, 1876.

3 Editorial



ENSAIOS

- 7 O darwinismo em Portugal
por G. F. Sacarrão
- 23 A indústria portuguesa no século XIX.
Achegas para o seu estudo
por José M. Amado Mendes
- 33 Estatística e liberalismo em Portugal
e Espanha no séc. XIX
por José Esteves Pereira
- 45 História e filosofia da história
em Oliveira Martins
por Pedro Calafate
- 59 The friends of the friends.
Uma dedicatória de Alberto de Oliveira
a Camilo Pessanha "endossada" a
Alberto Osório de Castro
por Maria José de Lencastre
- 67 O sangue e a rua. Elementos para uma
antropologia de violência em Portugal
por João Fatela

DOCUMENTOS

- 99 Cartas inéditas de Antero para Oliveira Martins
*apresentadas por Ana Maria Almeida Martins
e Guilherme d' Oliveira Martins*

... do Brasil ...
... de ...
... da ...
... e ...
... e ...
... e ...

... e ...
... e ...
... e ...

DELI PRELO

Os trabalhos aqui reunidos incidem maioritariamente sobre temas oitocentistas, havendo uma única excepção, o artigo «O sangue e a rua», que analisa aspectos sócio-jurídicos do Portugal de entre 1926 e 1946.

A primeira nota que sobressai de quase todos eles é a persistência com que alguns dos problemas de que tratam continuam, quase idênticos, no presente. A constatação, de resto, poderá fazer-se ao inverso, na medida em que retornamos, ainda e sempre ao século XIX quando se trata de fundamentar opções, de procurar os termos em que equacionar situações que à superfície pareceriam diferentes, quiçá de encontrar remédios para males que já então se verificavam. Não é, talvez, por acaso que alguns dos presentes estudos, partindo do século passado, prolongam a sua reflexão pelos dias de hoje e detectam alguns dos mesmos sintomas de alheamento a certas transformações, entretanto operadas no exterior, que não passaram aqui de curiosidade diletante ou objecto de abnegada, mas não reconhecida, dedicação de uns tantos. Aquilo que Germano Sacarrão escreve sobre «O darwinismo em Portugal» ilustra com clareza essa vertente do nosso actual posicionamento no mundo, em particular na Europa das ciências e da cultura. Por sua vez, o já citado artigo de João Fatela sobre a violência, que se refere, como dissémos, a um período mais próximo de nós, esbarra, ainda assim, com problemas que emergem teórica e praticamente várias décadas atrás.

Porém, a melhor verificação deste enredamento em questões que os tempos não desenlearam está nas cartas de Antero a Oliveira Martins aqui publicadas pela primeira

vez, bem como nesse misterioso projecto architectónico — síntese, porventura, da arte, ciência e indústria que não tivémos e da névoa fim-de-século de sonhá-las — assinado por Henrique Pousão e trazido para a capa deste número da «Prelo». Estava-se, com efeito, tanto num como noutro caso, por volta dos anos 80.

Diogo Pires Aurélio

PRELO ENSAIOS



O darwinismo em Portugal

por G. F. Sacarrão *

A ausência de Portugal no Guia das comemorações do centenário da morte de Darwin não surpreenderá: em 1982, nada de significativo aqui se realizou a assinalar a efeméride, o que é perfeitamente natural acontecer num país onde o darwinismo nunca suscitou real interesse, em particular nos círculos intelectuais e científicos.

* Prof. Catedrático de Zoologia e Antropologia do INIC — Centro de Fauna Portuguesa da Universidade de Lisboa. Faculdade de Ciências de Lisboa.

Na gravura, Charles Darwin, trabalho fotográfico da época.

Está por fazer o estudo aprofundado da influência que as teorias científicas da evolução tiveram em Portugal, particularmente da revolução darwiniana, do seu reflexo e difusão entre nós. Não é esse, porém, o intuito do presente artigo. Antes, o de apresentar algumas breves reflexões sobre essa questão.

Em Portugal, país onde a Revolução Industrial tardou a penetrar, fazendo-o em minguadas infiltrações, e que, portanto, não sofreu as transformações de fundo que essa remodelação da sociedade provocou noutros lugares, não surpreenderá que o darwinismo científico (não a sua vertente vulgar ou deformada) mais não tenha sido que mera curiosidade, e apenas episodicamente divulgado. Nem existia clima intelectual e económico para o compreender e assimilar, nem a nossa sociedade marasmática precisava dele ou simpatizava com ele.

A revolução darwiniana foi, como é sabido, um factor de extrema importância para a edificação da biologia moderna e para a construção de uma nova concepção do homem e da sua posição no mundo. Essa revolução é, em grande parte, o reflexo da profunda transformação, em marcha, da sociedade, que varreu velhos conceitos, velhos sistemas de relações económicas e de modos de produção, criou novos modos de pensar, outros hábitos e valores, etc. Toda a estrutura moral do Ocidente foi abalada; a teologia entrou em crise profunda, e o abalo foi tão violento que ainda não se recompôs do choque sofrido⁽¹⁾. Charles Darwin teve o enorme mérito de nos dar a visão de uma natureza viva em mudança, e sobretudo de lhe conferir rigor científico e a comprovação lógica e experimental, suportada por uma imponente massa de documentos. Ora tendo ficado o Portugal do século XIX como que num mundo à parte do que se passava na Europa em matéria de industrialização, ciência e empreendimento burguês, a influência do darwinismo, da sua imagem do mundo, não podia, isolada dessa metamorfose social, modificar em Portugal a vida intelectual, a mentali-

dade das elites, o ensino, a cultura e a Universidade, num país onde poderosas forças conservadoras e reaccionárias se opunham a todas as ideias de mudança. Tocou certas camadas, certos aspectos, mas sempre em escala mínima, superficial, com alguma cultura importada e imitação de figurinos estrangeiros, em particular franceses, ainda que houvesse, é certo, alguns homens inovadores, com imaginação e inteligência, que todavia clamaram num deserto de indiferenças.

No domínio da cultura, da arte e da Universidade predominava a influência francesa. Ora, pelo menos até à 2.^a Guerra Mundial, a França nunca foi receptiva ao darwinismo científico, e este facto deve ter concorrido, também, para a generalizada indiferença pela teoria da evolução, que sempre existiu entre nós, e para criar uma cómoda impermeabilidade na nossa cultura e nas nossas universidades em relação a ela.

Algumas influências. A Universidade

Em Portugal os sectores conservadores nunca tiveram necessidade de combater de forma directa e pública a influência do transformismo darwiniano pela simples razão de que a doutrina da evolução nunca ganhou relevo nas nossas escolas secundárias ou superiores. Os nossos meios científico pouco ou nada se interessavam por ele. É certo porém que teve uma influência incontestável nos meios histórico-literários e políticos portugueses depois de 1865⁽²⁾. O evolucionismo de Herbert Spencer e o monismo de Ernst Haeckel, arauto apaixonado do darwinismo na Alemanha, influenciaram escritores, poetas, ensaístas, políticos, de entre os quais há que destacar Antero. As gerações do último quartel do século XIX e dos começos deste século assimilam o evolucionismo spenceriano à mistura com um darwinismo um tanto confuso e deturpado, debilmente científico, mas de ampla repercussão em certos círculos da burguesia instruída. Novas questões, novas perspec-

tivas vinham de fora, relativas a origens, progresso, à acção de causas naturais promotoras de permanente mudança, em oposição à tradição ideológica e religiosa, mas tudo isto amalgamado num darwinismo mal definido ou falso.

Com a obra de Darwin surgiu uma nova imagem da realidade e do homem, que influenciou a literatura, a filosofia, a psicologia, a sociologia. O darwinismo inseriu-se nas correntes positivistas e materialistas da segunda metade do século XIX e começo deste século; correntes que de certa maneira eram apoiadas pela doutrina evolucionista. Mas o evolucionismo cultivado pelos positivistas era agnóstico ou ateu e sobretudo anticatólico, e a reacção logo surgiu, acabando-se num compromisso ideológico católico, numa conciliação da religião com a evolução, que é a própria negação do darwinismo. Quer dizer, aceitou-se «o Transformismo desde que reconheça a existência de Deus, dado na Igreja haver lugar para um Monismo Espiritualista segundo o qual as espécies actuais são o resultado de uma evolução. Esta doutrina é, aliás, a de Pio X na Encíclica *Pascendi*, como é a de Pio XII, na Encíclica *Humani Generis*, ainda que o Evolucionismo não seja considerado um sistema irrefutável, nem mesmo no campo das ciências naturais» (3). Este «evolucionismo teísta» nem é científico e muito menos darwiniano. A posição teológica serviu de modelo para corrigir o darwinismo nas escolas, retirar-lhe o carácter materialista, fazendo-se com ela o descrédito radical da biologia. Desta filosofia resultaram prejuízos que ainda pesam sobre a nossa cultura. O problema da Vida, da criação, pertencia à teologia: não podia passar para a ciência.

O transformismo científico entrou timidamente nas nossas universidades e por lá ficou minguado como um apêndice esquecido. Mesmo mais tarde, dos anos 30 aos anos 60, em que a biologia evolutiva deu os seus grandes passos, que a fizeram passar à sua forma moderna, durante esse longo intervalo nada aconteceu entre nós. Os cursos universitários eram praticamente mudos sobre o evolucionismo moderno.

E porque a biologia evolutiva nunca teve o desenvolvimento que devia ter nas nossas universidades, em parte por isso nunca pôde fazer-se com ela a inseminação da nossa maneira de pensar, baseada numa cultura literária. E uma universidade impenetrável à revolução científica iniciada pelo darwinismo teve consequências atrofiantes noutros níveis; e a filosofia, a cultura, o ensino, a divulgação científica, ressentem-se fortemente da ausência desse movimento fecundante. A nossa cultura e criatividade têm sido predominantemente de natureza histórico-literária, com uma débil investigação científica na área das ciências exactas e experimentais. Por isso um humanismo científico dificilmente poderá desenvolver-se entre nós de forma fecunda e equilibrada enquanto nos debatermos com os crónicos obstáculos que têm obstado à instauração de um espírito científico activo, mormente no que respeita à investigação e ao ensino na área das ciências naturais, em particular da biologia, cujas vicissitudes e atrasos melhor conhecemos. Nos últimos anos têm-se verificado certos sinais animadores, parecendo existir um arranque não só a nível da administração pública como nas escolas superiores, e com altos e baixos no ensino secundário. Concedem-se mais meios, abrem-se mais oportunidades, mas nem uns nem outros produzirão efeitos significativos se a evolução da própria sociedade não favorecer e estimular essas vontades de renovação. Sofremos ainda o peso de um passado em que o reconhecimento do valor e necessidade da investigação científica não passava de boas intenções, de palavras. As nossas universidades não desenvolveram nem o clima, nem as estruturas nem os meios para impulsionar com vigor a criatividade e lançar com largueza as sementes da mentalidade científica. Não surpreenderá, assim, que entre nós a biologia jamais tenha recebido o impulso fecundo do movimento de pensamento que aparentemente nasceu com a obra de Darwin, mas que na realidade devemos inserir numa evolução cultural mais ampla desenvolvida nos séculos XVII-XVIII. A tradição da indiferença

ainda é entre nós poderosa. E uma biologia evolutiva, como factor renovador da cultura, continua ausente.

Estou bem consciente de que existem causas de natureza mais profunda na origem do nosso atraso científico, com os inevitáveis reflexos no domínio cultural, entre outros. Essas causas devem, talvez, procurar-se nas características peculiares da nossa história, nas condições do nosso colonialismo, tipo paternalista-parasitário, no modo como se processou o desenvolvimento das nossas estruturas sócio-económicas e nas resultantes da nossa posição geográfica, em especial do isolamento daí resultante relativamente ao espaço europeu.

No século XIX a burguesia impôs a sua civilização, a sua ciência, as suas indústrias, as suas conquistas, mas quase que não em Portugal, onde uma verdadeira sociedade burguesa nunca teria existido, porque nunca se conseguiu fazer entrar neste país a Revolução Industrial, fora alguns surtos sem contínuo crescimento e expansão⁽⁴⁾. E sem esquecer outros aspectos retardadores, nomeadamente as perseguições da Igreja, sempre diligente e implacável. Por outro lado, o estabelecimento da Companhia de Jesus em Portugal marcou, também, de maneira indelével, a cultura e a mentalidade dos portugueses⁽⁵⁾. O atraso científico resulta, assim, de múltiplas causas, mas em qualquer caso deve estar relacionado com a nossa crónica dilação da industrialização do país, não podendo haver ciência de bom nível num país onde a revolução industrial ficou gorada. Ainda hoje se fazem esforços para fazer o arranque necessário à europeização do país e para sacudir os pesados lastros herdados da antiga sociedade portuguesa. A apregoada falta natural de vocação do português para a especulação teórica e para a investigação científica é uma maneira cómoda de eliminar o problema e de nos resignarmos ao atraso. Atribuir culpas ao que está dentro de nós foi sempre mais cómodo e conveniente do que ver as causas dos males nas circunstâncias sociais e sobretudo em actuar para removê-las. A inabilidade

poderá existir, o que ela não será é uma fatalidade biológica.

Se é ponto assente que o darwinismo vulgar teve uma certa influência nos meios literários portugueses depois de 1865, a verdade é que mesmo essa influência foi débil, não foi aos fundos da sociedade, não teve o poder de revolucionar a mentalidade do país. Daqui resultou que ficámos impossibilitados de com ele construir uma cultura moderna e uma Escola que acompanhasse a revolução científica já em marcha há muito por toda a Europa e E. U. da América do Norte no final do século XIX. Esta situação havia necessariamente de reflectir-se no nível do nosso ensino, sempre anémico ou arcaico, indiferente ou falseado, no que respeita à biologia, e do mesmo modo, ou talvez mais acentuadamente, à própria criação científica que o transformismo praticamente em nada influenciou.

Fora um certo diletantismo ou a curiosidade intelectual ocasional de um Arruda Furtado⁽⁶⁾, de um Albino Giraldes⁽⁷⁾ e mais tarde de um Carlos França⁽⁸⁾, Mendes Correia⁽⁹⁾ e poucos mais, o darwinismo científico foi regularmente considerado como algo de incerto e distante, em que não valia a pena pensar. Sobretudo a investigação científica zoológica e botânica ficou alheia a ele, não se penetrou dele. Em Portugal nunca se deu importância à realidade fundamental da evolução biológica, nunca se tomou a sério o facto de que nada em biologia faz sentido a não ser à luz da história evolutiva, de uma problemática de mudança e de adaptação. Nunca foi possível criar cursos regulares sobre a evolução dos seres organizados, institucionalizar com profundidade e continuidade o ensino da biologia evolutiva e, sobretudo, criar uma escola de pesquisa científica onde a problemática evolutiva estivesse entranhada nas matérias abordadas, em cada questão posta, onde cada tópico, por diminuto que seja, na aparência, tem uma história a desmontar e um significado ou causa a descobrir. Entre nós não se rejeita activamente o darwinismo; não houve, nem há, aversão profunda a ele. O que me parece existir é uma

enorme indiferença, como que um alheamento de quem não compreende o seu significado, ou o pressente como algo de inútil ou de incómodo que é útil afastar. Daqui proviria a interpretação em regra distorcida, que regularmente se faz entre nós do transformismo científico, nomeadamente das suas implicações educacionais e sociais. E assim se compreende também, a meu ver, que os organismos e os fenómenos da vida sejam com demasiada frequência encarados, no ensino e na investigação, como entidades separadas da realidade que lhes deu origem, ou seja, fora do seu encadeamento histórico. O ensino e a investigação ainda não se libertaram inteiramente desta óptica arcaica, mas há algumas melhorias sensíveis.

A biologia é uma ciência de natureza muito peculiar que a diferencia profundamente das outras ciências exactas, em especial das ciências físicas e químicas. Contrariamente ao que pensam muitos autores de compêndios e divulgadores de ciência, a biologia não é química, nem física (nem matemática) dos seres vivos. Uma das mais importantes características da biologia, da qual resultam tantas das suas diferenças, que a opõem à física e à química, consiste na circunstância de não haver dois indivíduos iguais, duas populações ou duas espécies iguais, dois ecossistemas idênticos. A individualidade impera nos sistemas biológicos. Esta variabilidade enorme e universal dos sistemas vivos afasta a biologia das ciências físicas onde os objectos e os fenómenos são (sob idênticas condições) invariáveis, são tipos invariantes, e não, como na biologia indivíduos, cada um com diferentes características. Daqui resulta que a evolução biológica não é comparável à evolução cósmica. Outra característica que distingue a biologia das ciências físicas respeita à muito maior complexidade dos seres vivos relativamente aos objectos de que se ocupa o físico ou o químico, à maneira como se dispõem os materiais que os compõem (organização) e ao carácter eminentemente histórico dos seres vivos, em oposição à natureza em geral não-histórica (ou pouco histórica) das ciências físicas e químicas. Outros fenómenos são exclusivamente

biológicos, tais como a hereditariedade, a ontogenia, a selecção natural, a adaptação, etc., os quais não têm equivalentes no mundo dos objectos e processos que o físico ou o químico estuda, nem podem ser exclusivamente explicados no âmbito das disciplinas que cultivam.

A Tradição Liceal

Durante longos anos, nos liceus, a teoria da evolução esteve reduzida, no essencial, a um pobre apêndice desactualizado e medíocre, que finalizava por um «transformismo teísta». Mas hoje o evolucionismo científico não tem muito melhor posição no ensino secundário, não enxertado num programa sem nexos, mal articulado e amiúde mal concebido. Não é legítimo afirmar, com efeito, que após o 25 de Abril o ensino da biologia tenha progredido substancialmente. A difícil pedagogia desta ciência, a sua inteligente articulação com as outras ciências, em especial as ciências humanas, está por fazer. A situação é menos fechada, abrem-se, talvez, algumas boas perspectivas, mas a confusão reinante a nível pedagógico impede qualquer melhoria significativa da educação biológica. Por outro lado, persiste a tradição de que as ciências exactas e experimentais, e em especial a biologia, não são um elemento fundamental da cultura do homem moderno, de modo que dessas ciências apenas se ministram algumas noções consideradas indispensáveis a certos cursos e carreiras relacionadas profissionalmente com essas ciências. Resulta daí que alguma formação educativa que possa resultar do ensino actual da biologia apenas aproveitará a uma fracção mínima da nossa juventude, devido à estrutura actual dos planos de estudo, e à posição limitada e secundária que neles ocupa a biologia. Em termos práticos, portanto, pode afirmar-se que a biologia não influencia a cultura do português.

Esta situação provém de uma longa tradição. Durante os longos anos do regime anterior ao 25 de Abril nunca houve dificuldade em impor

uma zoologia e botânicas descritivas e classificatórias, e a afastar do ensino o darwinismo, reduzido como estava a uma breve caricatura a fechar o programa, rematado pelo «transformismo teísta» a que há pouco aludi. Era fácil fabricar e impor programas e métodos de ensino para se fazer o silêncio ou alimentar a indiferença acerca da evolução e do problema da origem e evolução do homem. A sua tarefa foi facilitada também com o facto de o ensino das ciências naturais ser desde sempre muito deficiente e a referência ao evolucionismo científico praticamente nula, na boa tradição francesa das descrições anatómicas e do classificatorismo, que importámos e absorvemos (aliás mal) dos Perrier e outros consagrados da época. Os programas de biologia acomodaram-se na perfeição ao nosso ambiente cultural, literário e clerical, completamente estranho às correntes renovadoras do pensamento científico moderno, pelas quais não foi influenciado, o que não surpreende visto que a Universidade também estava manietada pelo poder político, apesar de nela haver vários professores que teimosamente lutavam por modernizar a ciência e a cultura do seu país.

Durante muitos anos fixaram-se regras para o ensino da «filosofia biológica» nos liceus, que limitavam a acção do professor, ao qual não era consentido fazer apreciações sobre a matéria que pudessem considerar-se «como manifestações da sua opinião»⁽¹⁰⁾. A «filosofia biológica» era o «evolucionismo científico», que, com essa designação vaga, passava por coisa muito incerta, a expor sem discussão ou profundidade, «com muita cautela e sem exageros». O poder político pretendia assim claramente afastar do conhecimento a parte fundamental da biologia, aquilo que dá sentido, profundidade e unidade a esta ciência. Outros aspectos eram igualmente omitidos. A reprodução dos organismos, por exemplo, que constituía um tema particularmente sensível. Não a das plantas ou a dos protozoários que era desenvolvida, e até com pormenores absolutamente desnecessários. O silêncio incidia inteiramente, ou quase, sobre a reprodução dos vertebrados superiores e do homem,



Sob o impulso do dr. Barbosa du Bocage, a zoologia descritiva-classificatória começa a desenvolver-se como disciplina científica em Portugal.

☉
sobre a esfera sexual, a gravidez humana, o desenvolvimento do homem, etc. Em compensação o aluno aprendia pormenores incríveis sobre o sexo e a reprodução do pinheiro ou da açucena. A reprodução da rã, com a fecundação externa e o carácter mais distante da sua reprodução, ainda era

tolerada, mas ir mais longe, na direcção do humano, não podia admitir-se. Só a propósito da dissecação de uma ave ou de um mamífero⁽¹¹⁾ o professor aludia a certos pontos da reprodução, mas um tal ensino era necessariamente muito superficial, desconexo e promotor de confusão. Obviamente comparar aspectos da reprodução nos animais e no homem faria surgir imediatamente questões incómodas sobre a origem e a evolução da nossa espécie, além, claro está, de se considerar inconveniente o próprio conhecimento, mesmo elementaríssimo, da biologia sexual do homem.

Para o final dos anos 60 e nos começos dos anos 70, a situação parecia modificar-se no sentido de poder instituir-se um ensino menos arcaico, com novos métodos e novos tópicos, mas as intenções e os esforços dispendidos por alguns professores ficaram aquém das esperanças inicialmente postas na tarefa de renovação. Algo ficou, mas logo se perdeu na balbúrdia das programações e reprogramações, e com a persistente presença dos obstáculos crónicos. Houve professores (e há) que reagem e se esforçam por atrair a atenção dos alunos para o darwinismo científico, mas estes casos não resolvem as graves deficiências existentes na nossa metodologia da biologia. Só de há poucos anos para cá é que a sociedade portuguesa parece estar a libertar-se da visão antiga, que suportou até demasiado tarde. Consequência, talvez, do nosso atraso industrial, de um colonialismo que entorpece a metrópole, e de estruturas arcaicas da sociedade. Temos que caminhar para a grande reforma de todo o ensino, sem perder mais tempo em ensaiar variantes de disposições antiquadas, que mudam as aparências sem tocar o fundo.

As Origens da Zoologia em Portugal e o Naturalista J. V. Barbosa du Bocage

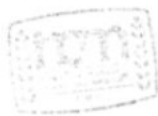
Podemos estabelecer três fases no que respeita às origens dos estudos zoológicos em Portugal⁽¹²⁾. A primeira é a dos missionários e cronistas, intimamente ligada ao período das Descobertas e às

conquistas e consolidação política dos territórios ultramarinos (séculos XV e XVI).

A segunda fase surge mais tarde, no último quartel do século XVIII, em parte como consequência da Reforma Pombalina da Universidade e da fundação da Academia Real das Ciências. Para a zoologia esta fase foi pobre e de curta duração. Mas há o exemplo excepcional do naturalista-explorador Alexandre Rodrigues Ferreira, enviado para o Brasil, de onde remeteu colecções para o Gabinete Real da Ajuda, e também a fundação de um Gabinete de História Natural na Universidade de Coimbra com a criação e oficialização dos estudos de História Natural dos três reinos, para cuja direcção foi chamado Domingos Vandelli, da Universidade de Pádua, que a exerceu até à data da sua morte, em 1816. Mas o ensino na Universidade de Coimbra não produziu os frutos esperados. E a maior parte do labor de Rodrigues Ferreira ficou perdida pelo descaminho e destruição das colecções enviadas. Para a botânica é justo lembrar os nomes do abade José Correia da Serra e de Félix de Avelar Brotero, que tiveram acção relevante.

A terceira fase começou a meio do século XIX com a entrada do Dr. Barbosa du Bocage para a jovem Escola Politécnica de Lisboa. Sob o seu enérgico impulso a zoologia descritiva-classificatória começa a desenvolver-se como disciplina científica, com trabalhos originais de mérito da sua autoria e posteriormente, também, de colaboradores seus, funda o Museu Zoológico, e tudo isto com o reconhecimento dos meios científicos estrangeiros pela sua notável obra. Em breve, para o final do século, também em Coimbra e no Porto a Zoologia classificatória entraria em fase de desenvolvimento, respectivamente com Paulino de Oliveira e Augusto Nobre.

Mas a origem e desenvolvimento da zoologia portuguesa no século XIX processaram-se à margem do darwinismo científico. Os interesses convergiram para a inventariação faunística, para a identificação das espécies, para as diagnoses, as listas de nomes, as colecções exóticas. Por um lado



era a continuação da tradição do século XVIII, que não se cumpriu entre nós na altura própria, e, por outro lado, era uma consequência do colonialismo do século XIX. É certo que a classificação constituía ao tempo uma actividade científica de enorme prestígio e de indiscutível valor, e grandes zoólogos do século XIX exerciam-na com entusiasmo. Mas o que caracterizou a zoologia portuguesa é que nela, o nomear, o classificar, o inventariar, o etiquetar, constituíam fins em si mesmos, ao invés do que passou a acontecer após a publicação de «A Origem das Espécies» de Charles Darwin.

Identificar e classificar levantava problemas de origens, de afinidades, de filiação dos organismos. Mas não cá. Por outro lado, a classificação passou a reflectir problemáticas nascidas noutras áreas da zoologia, que já estavam florescentes na Europa culta, e que entre nós não existiam ou mal se esboçavam. Na realidade os começos da zoologia portuguesa ocorreram num período de profunda revolução no pensamento científico, cultural e sociológico europeu. O Museu de Zoologia da Escola Politécnica de Lisboa foi fundado por Bocage no mesmo ano em que foi publicada «A Origem das Espécies». Mas, enquanto lá fora o transformismo fez avançar espectacularmente a biologia nas suas múltiplas disciplinas e frentes, dando ao investigador uma febril curiosidade pelas extraordinárias perspectivas que lhe foram abertas, em Portugal a ausência de tradição científica, no seio de uma sociedade arcaica e colonialista, fez que fossem a inventariação e a classificação os objectivos praticamente exclusivos dos nossos esforços, que incidiram particularmente sobre a fauna do Ultramar, enquanto outros aspectos essenciais das ciências naturais eram totalmente negligenciados. Disciplinas da biologia que no século XIX estavam em pleno desenvolvimento lá fora, não surgiram em Portugal. Para o final do século XIX, e até quase meio do século XX, certas áreas da biologia (como a fisiologia, a citologia, a histologia, a embriologia) foram introduzidas por via de certos médicos investigadores. Lembro, por exemplo, Miguel Bom-

barda, Mark Athias, Augusto Celestino da Costa. Mas foram raros os zoólogos que se sentiram atraídos por essas novas disciplinas.

Na Universidade e na investigação científica a influência do darwinismo científico foi quase inexistente. No século passado não teve qualquer influência significativa na Universidade de Coimbra e nos meios onde se cultivavam as ciências naturais, assim como na Escola Politécnica de Lisboa e na Academia Politécnica do Porto, que mais tarde, em 1911, foram transformadas em Faculdades de Ciências com a Reforma do Ensino empreendida pela República, sem dúvida a mais fecunda efectuada em Portugal. Na Escola Politécnica de Lisboa, no último quartel do século passado, ministrava-se o ensino das ciências naturais e nela se localizava, como anexo, o Museu Zoológico.

A figura dominante da zoologia portuguesa no século XIX foi a do prof. José Vicente Barbosa du Bocage (1823-1907), fundador do Museu de Zoologia da Escola Politécnica, que mais tarde passou a ter o seu nome. Era primo do célebre poeta do mesmo nome. Com enorme projecção científica dentro e fora do país, pelas suas mãos passou uma das mais variadas e ricas colecções de fauna africana do século, que estudou com inexcedível competência. Os seus trabalhos de identificação e classificação são, alguns deles, hoje clássicos. Publicou 177 trabalhos científicos, o primeiro datado de 1857 sobre uma colecção de conchas das ilhas da Madeira e Porto Santo, e o último datado de 1901 sobre as aves do arquipélago de Cabo Verde.

Ora, apesar da sua vida de intenso labor científico ter decorrido no período mais fecundo e agitado do darwinismo, o grande naturalista português passou ao lado do darwinismo, que não parece tê-lo impressionado. Nem o combateu, nem o defendeu, nem os seus trabalhos o reflectiram. Barbosa du Bocage foi contemporâneo de Darwin, e em 1859 (ano da publicação de «A Origem das Espécies») já era, há oito anos, lente proprietário da 8.ª Cadeira (Zoologia) da Escola Politécnica, correspondendo-se com as grandes figuras da zoologia do seu tempo. Mas não com Darwin, segundo

parece, conforme se depreende do seu espólio arquivado no Museu (incompleto, sem dúvida) e do que se conhece acerca dos correspondentes do grande naturalista inglês⁽¹³⁾.

Barbosa du Bocage viveu e trabalhou durante o meio século que viu o triunfo do darwinismo e a profunda revolução científica e cultural a que deu origem. Sem dúvida que o naturalista português conhecia a obra de Darwin. Apesar de o ensino da zoologia ter um conteúdo bastante pobre e limitado, é necessário não esquecer que os meios postos à disposição da Escola e do Museu eram muito reduzidos, tal como os quadros docentes e técnicos. Era na 8.ª Cadeira que se concentrava todo o ensino da zoologia. O programa era constituído por duas partes: *Anatomia e Fisiologia Comparativa*, estudada fundamentalmente nos mamíferos e centrada no homem, e *Zoologia*, que consistia na descrição e classificação dos animais, com predomínio das espécies da fauna portuguesa e daquelas que ofereciam interesse económico (aclimatação das espécies no país, criação artificial de ostras e mexilhões, etc.). Ao todo umas 80 lições. Em 1872, todavia, o programa consagra, como remate, uma pequena parte à teoria de Darwin.

Do pouco interesse de Bocage pelas teorias científicas, ou pela especulação teórica, diz-nos alguma coisa um dos seus mais íntimos discípulos e colaboradores que foi Balthazar Osório, naturalista e director do Museu da Politécnica e professor de zoologia da mesma Escola. Osório aponta alguns factos que levam a concluir que Bocage não se interessaria em interpretar factos da zoogeografia, ou de relações entre espécies ou variedades da mesma espécie (por comparação de pormenores da morfologia) no quadro do transformismo. A problemática darwiniana não parecia atraí-lo⁽¹⁴⁾. A natureza dos seus trabalhos poderia incitá-lo a isso, trabalhos que eram substancialmente de zoologia descritiva, fundamentalmente de identificação e classificação, mas em que a proveniência dos exemplares permitia marcar a distribuição geográfica e poderia levantar, naturalmente, proble-

mas sobre o seu determinismo. Foi um dos seus colaboradores, o jovem açoreano e naturalista do Museu da Politécnica, Francisco de Arruda Furtado, o único zoólogo, talvez, que ainda em vida de Darwin, manifestou um interesse maior pelo darwinismo, trocando correspondência muito interessante com Darwin, respeitante, principalmente, a problemas sobre a origem da fauna e da flora do seu arquipélago. Darwin deu-lhe conselhos, propôs-lhe um plano de trabalho, do qual, porém, nada resultou, provavelmente devido a falta de meios de trabalho ou questões de saúde do jovem naturalista português precocemente falecido⁽¹⁵⁾.

Colonialismo e Classificação

O colonialismo foi, por toda a parte, o grande impulsionador da classificação zoológica e botânica, que no século XVIII era a mais importante actividade científica devido à necessidade de inventariar e descrever a enorme quantidade de objectos naturais que se iam descobrindo e acumulando. No mesmo século o animal faz a sua entrada na civilização (como disse F. Dagognet). Os séculos XVII e XVIII são os séculos dos viajantes. A consolidação das novas terras descobertas, as travessias dos mares, o incremento comercial que daí decorreu, abriu um universo de coisas nunca vistas. A grande massa de materiais trazidos para a Europa obrigava à sua sistematização, à elaboração de colecções, etc. Mas como as plantas desempenhavam um papel mais relevante na economia e na vida social, a classificação vegetal foi mais elaborada, mais importante e mais precoce. A progressiva expansão económica da Europa, em resultado da ascensão da burguesia como nova classe, conduziu à intensificação dos estudos de história natural, à exploração dos recursos naturais em terras ricas e distantes, com propósitos de denominação imperialista, às grandes viagens, e à nomeação e ordenação dessas grandes massas de materiais colhidos e trazidos para a Europa, organizados em colecções de estudo.

Lineu inventou um método prático para impor ordem e comodidade em tão vastos conjuntos de uma natureza viva que se revelava aos homens cada vez mais abundante e diversa. Classificar implica dar nomes, apor uma etiqueta, tarefa imensa de rigor e racionalidade que consumiu as energias de quase todos os naturalistas dos séculos XVII, XVIII e XIX. A grande tarefa parecia estar terminada no século XIX, mas com a obra de Darwin surgem novos conceitos e novas interpretações da sociedade e da natureza, e o problema que logo apareceu foi o de como harmonizar a concepção de a classificação exprimir uma ordem natural fixa, com as novas ideias de uma natureza viva em mudança permanente onde as espécies não são entidades imutáveis. Conciliar o que fixa e segmenta a realidade, a cristaliza em sistemas formais, com as novas ideias de impermanência e de transmutação das espécies⁽¹⁶⁾. Como congruar o que pertence a sistemas conceptuais antagónicos? A contradição ainda não está solucionada visto que um Sistema que traduza a história evolutiva (a filogenia) é provavelmente utópico. É um projecto que talvez pertença ao domínio do imaginário porque as relações que os organismos contraem entre si no espaço e no tempo são de tal modo complexas que uma classificação não poderá nunca traduzir a história evolutiva de um grupo. Foi esta ruptura introduzida pelo darwinismo que tem constituído um dos grandes quebra-cabeças dos taxonomistas, que pretendem encontrar saída para a contradição. Isto porque a classificação biológica nasceu e desenvolveu-se num mundo e para um mundo considerado como eterno e imutável. Antes da publicação de «A Origem» a classificação pretendia traduzir o Plano da Criação, mas depois deste célebre livro de Darwin passou a querer-se que passasse a exprimir a história evolutiva.

A criação de museus de história natural, as expedições geográficas, o acúmulo de colecções, são consequências da expansão europeia e da Revolução Industrial, e em Portugal alguma coisa se passou de similar, ainda que em muito pequena escala, mas com maior dependência das colónias.

O Museu Zoológico da Politécnica foi, em boa parte, um reflexo do nosso colonialismo africano. Fizeram-se algumas expedições geográficas em África (Serpa Pinto, Capelo e Ivens, etc.) e a metrópole recebeu colecções de plantas e de animais, algumas das quais foram importantes para a época, nomeadamente a que Anchieta enviou de África para Barbosa du Bocage.

Em Portugal a botânica e a zoologia originaram-se e desenvolveram-se na estreita dependência da ocupação colonial e das crises políticas resultantes da cobiça alheia. Alheados das correntes científicas europeias e das consequências enormes do darwinismo científico, era para o Ultramar que se volvia a atenção dos raros cultores das ciências naturais. E por não exigir técnicas, nem especiais, nem novas, nem formação científica complicada, a classificação foi de imediato a actividade praticamente exclusiva dos naturalistas portugueses, com intuítos meramente inventariadores, de elaboração de listas das espécies existentes em certas regiões, que com Bocage foram excelentemente identificadas e relacionadas com a geografia. Este labor começou tarde entre nós, pois só veio a verificar-se, sobretudo, a partir do começo da segunda metade do século XIX.

As poucas expedições, os poucos exploradores e naturalistas viajantes que tivemos, a classificação dos produtos naturais na metrópole e o seu depósito nos museus e mais tarde, já neste século, noutras instituições, os trabalhos etnográficos, antropológicos, etc., tudo isso obedeceu, em regra, a imperativos de ordem política e económica resultantes da exploração colonial, de marcar presença e de justificá-la com a aparência de ocupação científica, e que teve um dos seus pontos altos com Bocage. Esta política de incrementar o estudo dos produtos naturais e das populações nativas teve novo arranque nos anos 40 neste século (após longos decénios de esmorecimento) com a reorganização da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais (criada em 1936). E com a criação, mais tarde, de Universidades e de Institutos de Investigação em Angola e Moçambique,

a botânica e a zoologia receberam novo impulso para prosseguirem na sua tarefa tradicional de identificação e inventariação classificatória dos recursos naturais das colónias. E a classificação não deixaria, desde o início, de marcar também profundamente a actividade das mesmas disciplinas na metrópole, em cujas Universidades e Escolas, a biologia dificilmente ensaiava outros caminhos.

Entre nós a tradição inventariadora e classificadora processou-se no século XIX à margem das grandes correntes de ideias que percorriam a Europa. A botânica e a zoologia portuguesas ficaram quase permanentemente alheias à grande revolução darwiniana e ao extraordinário desenvolvimento científico que se verificou na Europa e nos E. U. da América do Norte a partir da publicação de «A Origem das Espécies». É certo que antes deste acontecimento já havia enorme progresso científico no âmbito da biologia, mas que também não teve qualquer influência significativa entre nós. A botânica e a zoologia limitaram-se entre nós a ser disciplinas meramente inventariadoras e classificadoras, cultivadas por um reduzidíssimo número de naturalistas, e mesmo neste aspecto a situação ainda hoje é muito deficiente. Classificar os organismos à luz do transformismo científico pode provocar questões interessantes, estimular hipóteses, mas entre nós raramente essa actividade se traduziu em problemática darwiniana. Um pioneirismo permanente. A classificação nasceu, entre nós, do colonialismo, dependeu dele e quase só viveu para ele (17). Atrasámo-nos. Ficámos sobretudo arquivistas. A classificação absorveu quase todas as energias dos poucos cultores de qualidade, mas ficou em regra, estática e constituiu a base e a cúpula de todo o nosso sistema educacional e investigativo no liceu e na Universidade no sector das ciências naturais, em particular na botânica e na zoologia.

O panorama actual da zoologia portuguesa tem, a meu ver, que ser considerado na perspectiva de um passado colonialista, indiferente ao darwinismo científico, passado aliás de termo recente e cujas marcas profundas só o tempo e a evolução prova-

velmente europeizante da sociedade portuguesa poderão, pouco a pouco, dissipar. É certo que se desenvolveram ou acentuaram novas linhas de investigação, e existem, sem dúvida, em certos sectores, pólos de interesse pela moderna problemática darwinista, mas o ensino, a investigação biológica e a cultura portuguesa ainda permanecem praticamente estranhas à revolução darwiniana, aos seus prolongamentos, desvios e superações, revolução que por toda a parte está muito longe ainda de ter terminado.

As Comemorações do centenário da morte de Darwin em 1982 e a indiferença portuguesa

A recente publicação de um Guia das comemorações efectuadas por esse mundo fora é um eloquente documento sobre o actual interesse científico e social pelo darwinismo (18). Os autores desse trabalho dizem que os esforços colectivos exigem um planeamento igualmente colectivo, de modo que a dedicação demonstrada pela memória de Darwin reflecte o interesse da colectividade pela personalidade e pela obra do grande naturalista, que Ernst Mayr considera como o mais revolucionário dos cientistas que a história conheceu.

A ausência de Portugal neste Guia não surpreenderá: em 1982 nada de significativo foi realizado entre nós a assinalar a efeméride, o que é perfeitamente natural acontecer num país onde o darwinismo nunca suscitou um real interesse na comunidade, em particular nos círculos intelectuais e científicos. E os empenhos esporádicos não chegam para criar um movimento colectivo. É certo que países como a Suíça e a Suécia não efectuaram, segundo parece, comemorações sobre Darwin, mas as causas deste facto não serão necessariamente as mesmas que as nossas. Aliás, entre nós, em 1958 e 1959, datas de dois centenários fundamentais darwinianos, também nada se passou. Em Dezembro de 1981 fechei um artigo com o seguinte trecho: «No próximo ano (1982) passa o primeiro centenário da morte de C. D. Entre nós

[...] irá suceder o que aconteceu em 1958 e 1959 (efemérides respeitantes ao 1.º centenário do nascimento do darwinismo e da publicação da «Origem»)? Ficarão as nossas Universidades, os nossos meios culturais, alheios ao acontecimento?»⁽¹⁹⁾. De facto, ficaram!

O número de reuniões, conferências, simpósios, colóquios, publicações colectivas (em revistas, livros, etc.) e outras manifestações promovidas em 1982 no estrangeiro é simplesmente impressionante pelo volume, pela qualidade, pela diversidade. Excluíram-se de referência os artigos isolados ou as publicações que, ainda que relativos ao darwinismo, não tivessem objectivos comemorativos. Um facto importante é o das comemorações se terem realizado em países de diferentes regimes e ideologias, como os E. U. da América do Norte e a União Soviética, a França e a República Popular da China e tantos outros.

Entre as conclusões que os autores extraem da enorme série de actos comemorativos, realço as seguintes. Em primeiro lugar, é de salientar o carácter espontâneo das comemorações, o facto de não ter havido centros nacionais ou internacionais de coordenação das actividades comemorativas, excepto nalguns países socialistas. E foram várias centenas as conferências e os artigos publicados por especialistas em todo o mundo, o que dá uma boa perspectiva da maneira como se considera hoje o darwinismo e a sua influência na sociedade actual. Existe hoje, como escrevem os autores, um interesse tão profundo pela pessoa de Darwin e pelo darwinismo que já está em moda falar-se a seu propósito da existência de uma «Indústria Darwin». A ela se dedicam activamente filósofos, historiadores, cientistas, políticos e sociólogos.

Muitos dos mais importantes simpósios comemorativos de 1982 foram organizados por não biólogos, como sucedeu, por exemplo, em Florença, na Itália⁽²⁰⁾. Aliás, a Itália foi o país onde se efectuaram mais simpósios e a maior quantidade de publicações alusivas ao centenário. Esta popularidade e entusiasmo que existe em Itália pelo darwi-

nismo é, como dizem os autores, «extremamente recente», provavelmente nascida nos últimos dez ou doze anos. Imediatamente a seguir à Itália vem a Espanha onde o número das comemorações em 1982 foi também extraordinário e decerto inesperado. O interesse pelo darwinismo seria também, aí, igualmente recente.

Outro facto que merece menção é o de as comemorações não dizerem apenas respeito ao darwinismo científico mas igualmente (e por vezes com maior relevo) ao seu relacionamento com a política e a ideologia. A simpatia pela doutrina tem raízes ideológicas profundas. Enquanto na generalidade dos países de língua inglesa (Reino Unido, E. U., etc.) o interesse vai mais, ou apenas, para o aspecto puramente científico do darwinismo, na maior parte dos países de outras línguas o interesse é duplo — científico e político. Discute-se e trabalha-se o seu aspecto científico, mas faz-se, também, a discussão das relações do darwinismo com o marxismo. Isto não significa que seja legítima a aproximação, e válidas as inferências filosóficas e políticas dessa aliança intelectual. Esse é outro problema. O facto importante é que a ligação Darwin-Marx foi especialmente evidente em Espanha e Itália, onde os museus fizeram exposições comemorativas e as autoridades locais organizaram e promoveram conferências. Ambos os países se libertaram de muitos anos de ditadura fascista e as forças socialistas passaram então a ter campo livre para agirem e desenvolverem-se. Por exemplo em Itália um importante patrocinador dos simpósios sobre Darwin foi o Instituto Gramsci, do nome do fundador do PCI. Paralelamente, em Espanha, foram também elementos da esquerda política que estiveram na origem das comemorações darwinianas. Foi o caso de Barcelona, sob administração socialista. Mas deve dizer-se que não houve qualquer combinação ou coordenação entre italianos e espanhóis para levar a efeito as comemorações.

Em França e na Grécia verifica-se, também, um aumento de interesse pelo darwinismo científico e político, e os autores pensam que as causas de-

vem ser similares às que provavelmente estão a actuar em Espanha e Itália — ou seja, que o darwinismo é uma teoria da mudança e como tal transmite uma mensagem de libertação e de progresso social. É bem certo que se discute, desde que Darwin publicou a sua polémica obra, se Darwinismo e Marxismo têm pontos de contacto, fundamentações recíprocas, analogias reais. Mas a realidade da aproximação é, em si mesma, um fenómeno interessante que merece atenção e estudo.

Para os autores do artigo a que me estou reportando e comentando, o marxismo não basta para explicar o grande interesse pelo darwinismo que se verifica em Itália e Espanha. A explicação deve estar antes (para os autores) na sua libertação, não só do fascismo, que durante muitos anos coarctou duramente a liberdade política e cultural, como do domínio ideológico exercido pela Igreja Católica durante séculos. O centenário de Darwin em Espanha e Itália foi apropriado como um ponto simbólico de junção do materialismo, do liberalismo e do agnosticismo, dizem os autores do artigo. Para os intelectuais de esquerda, ser darwinista é admitir que o mundo se transforma, e «o darwinismo é o símbolo da possibilidade de mudança política». E na Grécia e na França, com as suas políticas semelhantes às da Espanha e da Itália, com histórias culturais análogas às destes países, o interesse crescente pelo darwinismo tem, para os mesmos autores, causas similares. Nos países comunistas de Leste, porém, se bem que Darwin seja considerado como «um herói oficial do materialismo dialéctico soviético» as celebrações foram, segundo os autores mencionados, relativamente tranquilas e limitadas, comparativamente ao que se passou na Itália, Espanha e França.

A conclusão geral dos autores é que o interesse pelo darwinismo nestes países seria devido à ascensão da Esquerda, em especial do Marxismo, em oposição à histórica dominação ideológica da Igreja e das forças da Direita. É esta uma das con-



A posição teológica serviu de modelo para corrigir o darwinismo nas escolas, retirar-lhe o carácter materialista, fazendo-se com ela o descrédito radical da biologia. (Na gravura, Darwin caricaturado por André Gill, em 1878).

clusões principais que os autores extraem das comemorações de 1982, mas nem todos os especialistas da filosofia do darwinismo pensam assim.

Antes de terminar há um ponto, porém, que me suscita um comentário, e que parece refutar a tese dos autores referidos. É o caso de Portugal. De certo modo, o nosso país está numa situação similar à dos outros países latinos europeus, em especial a Espanha e a Itália. Tal como aconteceu à Espanha, também Portugal suportou uma longa fase de ditadura, com pleno domínio da ideologia conservadora e católica. E todavia, depois do 25 de Abril, a indiferença pelo darwinismo da parte de intelectuais, da Escola, da classe culta, continua a ser, na prática, absoluta. Nem pelas suas implicações políticas, sociais, filosóficas, nem como teoria científica, o darwinismo se fixa e se expande em Portugal. Nem como símbolo de mudança política, nem como estímulo à pesquisa científica.

A indiferença pelo darwinismo deve estar, provavelmente, relacionada com o nível de desenvolvimento cultural e científico. Nesta perspectiva poderá entender-se que as culturas de Itália, Espanha e Portugal, ainda que nascidas de uma raiz comum, não tiveram decerto o mesmo ritmo de desenvolvimento, tendo nós ficado muito, para trás, além da intervenção de outras causas internas e externas mais profundas (v. pp. 5-8) que marcaram a evolução própria da sociedade portuguesa até aos nossos dias. As razões históricas da nossa indiferença pelo darwinismo parece-me constituir um problema interessante, merecedor de análise.

Entretanto o darwinismo científico está mais vivo (e polémico) do que nunca. Os seus prolongamentos filosóficos ou desvios ideológicos nunca foram tão vigorosos e discutidos. A moderna teoria da evolução biológica assenta solidamente no darwinismo, independentemente da expansão por que está passando a teoria, e de novas perspectivas que se abrem. Na realidade, a explicação darwiniana generalizou-se e aprofundou-se para limites nunca atingidos antes, e evolui ensaiando novos caminhos.

Apesar do empenho de diversos biólogos portugueses, existem numerosos campos de investigação onde ainda não entrámos e outros onde apenas raros estudiosos aplicam o seu labor. Falta-nos uma sólida tradição científica em biologia evolutiva e um aumento substancial de competências e de meios de trabalho. Se a classificação e a problemática da identificação de subespécies, espécies, etc., são de facto de indiscutível importância (prática, mas não só) tal circunstância não deve permitir que fiquemos alheios a outras áreas. E contudo, diga-se de passagem, mesmo no espaço da taxonomia, a que estamos tradicionalmente apegados, o progresso conseguido tem sido muito insuficiente, embora existam trabalhos publicados de muito mérito e investigadores de comprovado valor profissional.

A zoologia é uma ciência que experimentou avanços espectaculares em múltiplos sectores do conhecimento biológico, mas nada nela tem sentido se não considerarmos os fenómenos numa dinâmica de ontogenia e de história, de mudança, «estabilidade», não falando de outros pontos fulcrais. Problemas há para os quais ainda se procuram respostas, como o de saber reconhecer as «reais afinidades evolutivas» entre os organismos, ou quais as relações autênticas entre adaptação e evolução, ou ainda qual a extensão e importância da selecção na natureza, ou o problema da «mente» do animal e do ser humano na sua relação com o mundo, ou a questão, ainda insolúvel, da causalidade ontogenética, ou a de fazer a síntese das duas dimensões, «visível» e «invisível», ou seja dos fenómenos aparentes à actividade normal dos sentidos com os que se passam a nível submicroscópico e, sobretudo, molecular. E, também, a crítica do dogmatismo e do irracionalismo e politização da biologia, assim como do determinismo biológico, historicamente associado à ideologia da burguesia (e seu cúmplice). A sociobiologia é o seu produto final.

Todos estes avanços, interrogações, problemas à espera de solução, e ideologias, são outros tantos pontos de convergência da zoologia moderna no

seu caminhar para a edificação de uma nova filosofia do ser vivo. A revolução darwiniana continua a ser o motor deste movimento ainda que, certamente, dê lugar mais tarde a novas concepções e a novas teorias sobre a natureza viva. Mas para

Portugal poder, de algum modo, contribuir para o progresso da moderna biologia evolutiva, terá, entre outras condições, de abandonar a sua tradicional indiferença pelo darwinismo científico.

(¹) G. F. Sacarrão — A Biologia do Egoísmo (*Publ. Europa-América*, Lisboa, 1982).

Apontamentos sobre o Darwinismo, 1 e 2 (*Naturália*, Lisboa, n.º 2 e 3, 1982).

(²) A. José Saraiva e O. Lopes — História da Literatura Portuguesa, 2 vols. *Ed. Estudos Cor*, Lisboa.

(³) Pinharanda Gomes — A «Renascença Portuguesa» (*Biblioteca Breve*, I. C. L. P., MEC, Lisboa, 1984).

(⁴) V. Magalhães Godinho — A Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa, (*Ed. Arcádia*, Bibl. Arcádia de Bolso, 139, Lisboa, 1971).

(⁵) Rómulo de Carvalho — A Astronomia em Portugal no Século XVIII, (*Biblioteca Breve*, I. C. P. L., MEC, Lisboa, 1985).

(⁶) Francisco de Arruda Furtado, naturalista do Museu da Politécnica (Lisboa) morreu prematuramente em 1887 com 36 anos de idade. Trocou correspondência com Charles Darwin (v. G. F. Sacarrão, «Apontamentos sobre o Darwinismo - 2», *Naturália* (Lisboa), n.º 3, 1982).

(⁷) Albino Augusto Giraldes de Moraes (1825-1888) foi professor da Universidade de Coimbra. Publicou em 1878 «O Darwinismo ou a Origem das Espécies» (Conferência que não chegou a efectuar-se no Clube Conimbricense), trabalho superficial e único do autor, sobre o tema. O opúsculo respectivo foi incluído em «Questões de Philosophia Natural», Coimbra. Imprensa da Universidade, 1878).

(⁸) Carlos França, foi médico e naturalista do Museu da Politécnica (Museu Bocage) desde 1904.

(⁹) António A. E. Mendes Correia (1888-1960) professor da Universidade do Porto e deixou obra notável como antropologista e vasta bibliografia de especialidade. Interessou-se pela problemática evolucionista do homem. Ainda como assistente publicou em 1915, por exemplo, um «Resumo de Lições de Antropologia» onde aborda com sobriedade e mentalidade científica o problema da origem do homem e da sua posição entre os primatas. Em 1920 publicou «As novas ideias sobre a evolução» (*A Águia*, vol. 17, n.º 99-100) e em 1924 o livro «Homo» (1926, 2.ª ed.), *Atlântida*, Coimbra.

(¹⁰) Ver «Diário do Governo», I Série — n.º 247, de 22 de Outubro de 1948; e «Programas do Ensino Liceal», Imprensa Nacional de Lisboa, 1962.

(¹¹) Quando eram feitas disseções porque a verdade é que os trabalhos práticos nem sempre fizeram parte dos programas oficiais. Ora eram suprimidos, ora eram estabelecidos. Por outro lado as disseções eram feitas em grupo, com um animal a servir para vários alunos, ou mesmo para a turma inteira.

(Falta de verba, falta de instalações, etc., a mesma história).

(¹²) G. F. Sacarrão — As Origens dos Estudos Zoológicos Portugueses (*Naturália*, Lisboa, n.º 1 e 2, 1953).

(¹³) R. B. Freeman, Charles Darwin, A. Companion (Ed. Dawson, Kent, 1978). Não é, porém, absolutamente certo que Bocage não tenha entrado em contacto com Darwin. A correspondência de C. D. parece um filão inesgotável, que está de novo a revelar a sua enorme riqueza com a publicação de 3 vols. de correspondência (um já tendo vindo recentemente a lume).

(¹⁴) Balthazar Osório — Elogio histórico do ilustre naturalista e professor J. V. Barbosa du Bocage. (*Memórias do Museu Bocage*, Lisboa, 1915).

(¹⁵) G. F. Sacarrão — Apontamentos sobre o Darwinismo - 2, *Naturália*, n.º 3, 1982.

(¹⁶) *Idem* — Espécie e Essência (*Arq. Museu Bocage*, Série Extensão Cultural e Ensino, n.º 12, 1978).

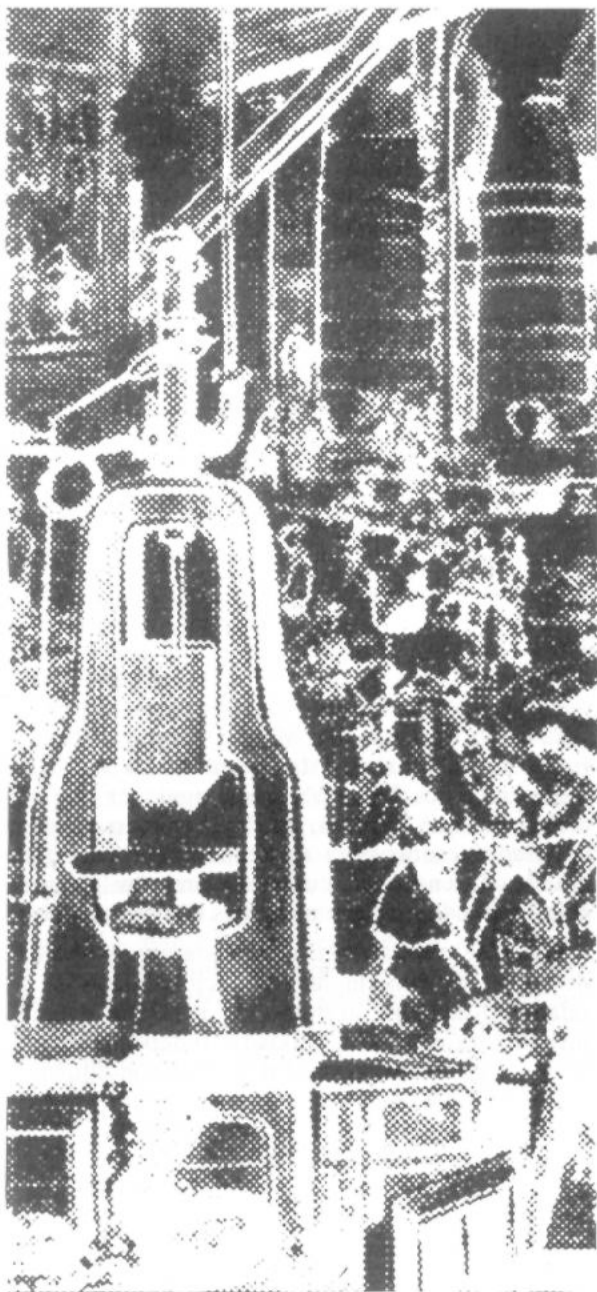
(¹⁷) Faltaram-nos sempre museus onde se fizesse a pedagogia da evolução. A sua importância como factor de cultura seria obviamente enorme. Mas a situação dos

nossos museus de história natural foi sempre precária: abandonados pelos poderes públicos permaneceram como meros Armazéns de produtos dos 3 reinos da natureza, guardando algumas raridades ou curiosidades, património agora extremamente empobrecido em consequência do incêndio de 18 de Março de 1978 que destruiu as secções zoológicas (Museu Bocage) e mineralógica do Museu Nacional de História Natural anexo à Faculdade de Ciências de Lisboa. E como centros de educação ficaram como que parados no tempo.

(¹⁸) Richard J. Wasserang e Michael R. Rose — A Reader's Guide and Retrospective to the 1982 Darwin Centennial. (*Q. R. Biol.*, 59 (L): 417-436, 1984).

(¹⁹) G. F. Sacarrão — Apontamentos sobre o Darwinismo - 1, (*Naturália*, Lisboa, n.º 2, 1982).

(²⁰) «The Darwinian Heritage» (Florença, Itália), obra a ser publicada em 2 vols.



A indústria portuguesa no século XIX

por José M. Amado Mendes *

Conhecem-se vários aspectos relacionados com as tentativas e as vicissitudes que rodearam a introdução da máquina a vapor em Portugal, desde o reinado de D. João V. Já o assunto da aplicação da máquina a vapor à indústria carece de ser revisto, à luz de documentação recentemente descoberta.

* Docente na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Texto, revisto e anotado, de uma conferência proferida na Universidade de Évora, em 24 de Abril de 1985, por iniciativa do respectivo Departamento de História e Arqueologia.

A história da indústria em Portugal, nos últimos dois séculos, ainda se encontra praticamente por fazer. Com efeito, não obstante os valiosos contributos de alguns trabalhos pioneiros sobre a matéria — devidos, entre outros, a Borges de Macedo, Armando Castro e Joel Serrão⁽¹⁾ —, há muitos aspectos que continuamos a ignorar, em virtude, por um lado, da carência de monografias e, por outro, de não dispormos ainda de uma obra de conjunto, suficientemente vasta e completa. A elaboração e o êxito desta, aliás, dependerão muito do que, no que respeita àquelas — *monografias* —, se for realizando.

Dada a natureza e a finalidade deste estudo, também não nos propomos obviamente apresentar aqui uma monografia, nem tão-pouco um trabalho global sobre o assunto, embora possamos dar alguma contribuição, assaz modesta, para o elaborar de obras de um ou outro tipo. Deste modo, é nosso objectivo: a) inventariar sucintamente o que se conhece acerca do tema, sublinhando os pontos menos divulgados ou nem sempre destacados na respectiva literatura; b) salientar alguns dados menos conhecidos ou inéditos; c) apresentar determinadas sugestões que, eventualmente, possam servir como *pistas* para futuras pesquisas.

1. Na transição do Antigo Regime para o Liberalismo

Diversas medidas de política económica, tomadas ao longo do século XVIII — desde o reinado de D. João V ao de D. Maria I, sem esquecer o consulado pombalino (1750-1777) — repercutiram-se favoravelmente no País, como provam alguns indicadores relativos às últimas décadas daquela centúria. Usufruindo simultaneamente de uma conjuntura externa bastante propícia — independência das colónias inglesas da América (1776) e rivalidade franco-britânica —, Portugal consegue então

apresentar, em vários anos, uma *balança comercial* que lhe é favorável,⁽²⁾ caso raríssimo na sua História.

Com o advento do século passado, a situação principiaria a degradar-se, sendo a indústria particularmente afectada. Para isso contribuíram o intensificar da concorrência inglesa⁽³⁾ e os efeitos, altamente devastadores, das Invasões Francesas (1807-1810).⁽⁴⁾

Relacionadas com estas, estiveram a deslocação da família real para o Brasil e a tomada de várias medidas de carácter económico que, juntamente com outros factores, favoreceram a aceleração do processo da independência brasileira. Tem sido amiudadamente referida a abertura dos portos brasileiros aos artigos provenientes das diversas nações (carta régia de 28 de Janeiro de 1808). Menos conhecido é, porém, o alvará de 1 de Abril de 1808, que liberalizou a instalação de manufacturas em território brasileiro, bem como nas restantes possessões além-mar. Pode ler-se, no mencionado diploma: «Sou servido abolir, e revogar toda e qualquer proibição que haja a este respeito no Estado do Brazil, e nos Meus Dominios Ultramarinos, e Ordemar, que daqui em diante seja lícito a qualquer dos Meus Vassallos, qualquer que seja o Paiz em que habitem, estabelecer todo o genero de Manufacturas, sem exceptuar alguma, ou em grande, fazendo os seus trabalhos em pequeno, como entenderem, que mais lhes convém [...]».⁽⁵⁾

Como se constata por esta passagem, a abolição de restrições contemplava a nacionalidade da entidade instaladora, o ramo de indústria e as dimensões da respectiva unidade. Independentemente de se averiguar, em pormenor, as consequências daquela medida legislativa — o que, efectivamente, ultrapassaria o intuito deste trabalho —, uma coisa parece certa: nas vésperas do 24 de Agosto de 1820, no Brasil já se utilizava a máquina a vapor, antecipando-se aquele território, assim, a alguns países europeus e, inclusive, à própria metrópole.

2. Inovações tecnológicas: ainda a máquina a vapor aplicada à indústria e o seu significado

Inovações tecnológicas e estrutura industrial encontram-se associadas, motivo pelo qual a *manufatura* dá lugar à *fábrica* somente com a aplicação, em escala relativamente alargada, da *máquina a vapor*. Compreende-se, deste modo, uma certa indefinição tecnológica, enquanto não se generalizou a mecanização. Acúrsio das Neves sublinhava, em 1814: «sendo a palavra *fábrica* huma daquellas, a que correspondem ideas pouco definidas, huns a entenderão com mais, e outros com menos extensão». (6)

Conhecem-se vários aspectos relacionados com as tentativas e as vicissitudes que rodearam a introdução da máquina a vapor em Portugal, desde o reinado de D. João V, com Bento de Moura Portugal, até às vésperas da Revolução Liberal de 1820, com os Raton. (7) Todavia, já o assunto da *aplicação da máquina a vapor à indústria* carece de ser revisto, à luz de documentação recentemente descoberta.

O ano mais comumente aceite, como o do início da aplicação da máquina a vapor à indústria, em Portugal, é o de 1835. (8) E, se é certo que, por vezes, se tem matizado um pouco a exactidão desta data — não lhe atribuindo foros de certeza (9) ou, então, aludindo-se apenas ao retomar da instalação regular das máquinas a vapor em Portugal, e não, propriamente, à sua introdução (10) —, não é menos verdade que só há pouco se contestou, com fundamento, a referida data. Fê-lo Jorge Custódio, ao afirmar: «Na realidade, cai pela raiz a velha teoria de que a máquina a vapor aplicada à indústria teria surgido no nosso país apenas em 1835, tese que se fundamentava em João da Costa Terenas, *Resumo do Inquérito Industrial de 1881*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883». (11)

Deve reconhecer-se, no entanto, que a antecipação do uso da máquina a vapor na indústria, em cerca de década e meia (de 1835 para 1819-1821),

não é absolutamente inédita, uma vez que já A. Balbi, em 1822, se lhe referia (12) e, mais recentemente, Albert Silbert. (13) Porém, dispomos agora de novos dados que confirmam estas últimas informações. Trata-se de documentação conservada no Arquivo da Assembleia da República, que compulsámos já em 1979 (14) e que, posteriormente, também foi utilizada por Miriam Halpern Pereira (15) e Jorge Custódio. (16) Visto o assunto já ter sido focado pelos aludidos autores e de, por certo, voltar a constar de trabalhos em preparação, (17) pouco acrescentaremos aqui.

A iniciativa da aplicação da máquina a vapor à indústria — e também à navegação, mas sobre o assunto conhece-se já o essencial, (18) pelo que nos escusamos de o repetir — deveu-se a António Julião da Costa, cônsul de Portugal em Liverpool, e respectivos sócios, João Baptista Ângelo da Costa e João Pedro de Carvalho, comerciantes, residentes em Lisboa. Uma máquina, de 40 CV, remetida do Brasil para Portugal em Novembro de 1819, destinava-se a ser aplicada a vários ramos industriais: descasque de arroz, moagem e serração de madeira. Na fundição e oficina de serralharia, por seu turno, era utilizada uma pequena máquina a vapor, de alta pressão, sem condensador. (19)

Como é sabido, a aplicação da mesma máquina a vapor a várias indústrias — processo muito em voga nos inícios da industrialização — visava maximizar o lucro do capital investido, ao tempo relativamente elevado, por causa dos ainda modestos progressos tecnológicos e do tamanho, relativamente exagerado, das próprias máquinas.

Para o efeito, os mencionados indivíduos «fizerão desde logo construir no Sítio do Bom Sucesso em Belém hum grandioso edificio analogo aos objectos para que a mesma máquina vinha destinada [...] Para que este estabelecimento pudesse prosperar sem dependencia estrangeira (20) se lhe adicionou huma officina de serralharia e outra de fundição de ferro e outros metaes [...]». (21)

Entre as questões que a introdução desta nova tecnologia coloca, podem apontar-se: data de en-

trada em funcionamento, proveniência, relativa precocidade e prossecução da iniciativa.

Relativamente à *data de entrada em funcionamento* das referidas máquinas a vapor, tal terá ocorrido entre 1819 — em Novembro deste ano, como vimos, a máquina de 40 CV foi remetida do Brasil para Portugal — e 1821. ⁽²²⁾ Com efeito, em Maio deste último ano, já a máquina mais pequena (instalada na fundição) trabalhava: «[...] , atendendo ao addicionamento da *officina de fundição de ferro, onde já se tem fabricado algumas obras para o Arcenal do Exercito, a qual hé a primeira que se estabelece em Portugal*, e que pela perfeição e comodidade das suas obras, assim de uzo domestico, como de todas as outras qualidades, tanto de guerra, como de fabricas, e não deixa de ser igualmente digna de attenção». ⁽²³⁾ Sobre o estabelecimento propriamente dito — que, na opinião dos respectivos proprietários, se podia denominar *gigantesco* ⁽²⁴⁾ —, onde funcionaria a máquina a vapor de maiores dimensões, sublinhase: «Tencionão os Proprietários annunciar ao Soberano Congresso o dia da abertura do mencionado Estabelecimento, que será proximo, para que à vista dos differentes processos se possa ajuizar mais claramente da rapidez e perfeição dos seus resultados, e asim tambem daquelles, de que hé susceptível [...]». ⁽²⁵⁾

Em conclusão: perante os dados transcritos, inclinamo-nos para o ano de 1821 (muito provavelmente entre Maio e final do ano), como aquele em que a máquina a vapor principiou a ter aplicação industrial no nosso País, isto é, precisamente 14 anos mais cedo do que geralmente tem sido admitido.

Sobre a proveniência das aludidas máquinas, pouco sabemos, a não ser que a maior (de 40 CV) foi enviada do Brasil para Portugal. Era do tipo de outras «estabelecidas» em 1819, em alguns portos brasileiros e aplicadas «ao descasque de arroz por hum maquinismo de sua ⁽²⁶⁾ invenção, pelo que obteve de S. Magde. privilegio exclusivo, e lembrando-se que hum igual estabelecimento em Portugal seria de toda a consideração [...] se re-

zolveo a comprar huma das mencionadas maquinas de vapor [...]». ⁽²⁷⁾

Outra pergunta se pode, entretanto, formular: qual a origem das ditas máquinas utilizadas no Brasil, bem como da que foi dali expedida para Portugal? Embora sem o poderemos, de momento, confirmar, admitimos a hipótese de aquelas máquinas a vapor — primeira(s) aplicada(s) à indústria em Portugal, e muito possivelmente também no Brasil — terem sido fabricadas em Inglaterra, donde terão sido levadas para o Brasil. Esta hipótese parece-nos plausível por dois motivos. O primeiro, em virtude de o principal agente da iniciativa — o já referido António Julião da Costa — ter sido cônsul de Portugal em Liverpool, onde, por certo, tomou contacto com a mencionada tecnologia, então de ponta. O segundo, com base na informação dos sócios daquele — João Baptista Ângelo da Costa e João Pedro de Carvalho —, ao dirigirem-se ao «Soberano Congresso», a fim de obterem privilégios ⁽²⁸⁾ para o seu estabelecimento: «e tanto para estas officinas, como para erigir a supra mencionada maquina, escripturou por tempo de trez annos dos melhores Artistas de Inglaterra, os quaes com suas Familias, chegão a perto de trinta pessoas, cujos salarios annuaes são mui proximamente 6.000\$000 rs». ⁽²⁹⁾

Assim, tanto o Brasil como Portugal, a exemplo, aliás, de diversos outros países, terão recorrido a tecnologia e a «know-how» da Grã-Bretanha. Esta, incapaz de o impedir — a despeito das tentativas feitas nesse sentido ⁽³⁰⁾ —, viu-se assim intimamente ligada à difusão da nova tecnologia, nas primeiras fases da industrialização. As estreitas relações luso-britânicas — económicas, políticas e até militares —, no primeiro vinténio de Oitocentos, favoreceram a referida importação de tecnologia inglesa, contribuindo para uma certa precocidade, na utilização industrial da energia a vapor entre nós. Efectivamente, é pela mesma altura (após 1820) que a máquina a vapor, sob influência britânica, se começa a difundir em França, ⁽³¹⁾ enquanto em Espanha, na área da Catalunha, teria de se aguardar pelo ano de 1832

para ver a dita inovação aplicada à indústria têxtil. (32)

Conhecemos mal, por enquanto, como prosseguiu a aplicação da máquina a vapor à indústria, entre 1821 e 1835. Porém, como em 1830 já existiam, pelo menos, 4 ou 5 máquinas a vapor, em Lisboa e seu termo, (33) aguardemos que novos estudos (34) e a exploração de documentos inéditos nos permitam conhecer melhor o tema em análise. (35) Assim, talvez a venha a provar, como é nossa convicção, que de 1821 a 1835 não terá havido um hiato, do ponto de vista da utilização industrial da energia a vapor, a despeito de a conjuntura político-militar não se apresentar então favorável às inovações industriais.

Não se deve, contudo, exagerar quanto ao significado da aplicação da máquina a vapor à indústria. Tratou-se de uma inovação importante, mas o ritmo lento e localmente circunscrito da sua difusão, nas primeiras décadas, não permitiu alterar significativamente o meio industrial português, que continuaria a não reunir as condições necessárias à *descolagem*. Como salientou Joel Serrão, «máquinas de vapor sem revolução industrial, eis a síntese porventura adequada da história da introdução e difusão da máquina de vapor em Portugal, condição necessária mas não suficiente para a abertura aos caminhos da *civilização* contemporânea». (36) É ainda necessário investigar, também, a persistência do uso da energia hidráulica e os seus efeitos retardadores, em relação à energia a vapor, em determinadas zonas.

3. Meados de Oitocentos: estímulos e resistências

Após a instauração do Liberalismo (1834), urgia solucionar problemas de índole diversa, desde os políticos e jurídicos, aos económicos, sociais e culturais. A questão da *indústria* era por vezes colocada, mas, logo que interesses mais poderosos se lhe opunham, voltava praticamente a cair em esquecimento.

Com a abolição do sistema das corporações dos ofícios (1834), a vitória setembrista (1836) (31) e a promulgação de uma pauta proteccionista (1837), a indústria, a caminho da modernização, marcou alguns pontos. Nos anos 40, divulgam-se assuntos relativos à indústria, em escritos publicados, por exemplo, na *Revista Universal Lisbonense*, no *Panorama* ou em trabalhos de Oliveira Marreca, onde se equacionam os problemas que mais afectam a indústria, em meados do século XIX. (38) Embora por vezes esquecido, trata-se de um Autor que bem merece as palavras com que, há três décadas — no 150.º aniversário do seu nascimento —, se recordava a sua acção e que passamos a transcrever: «Realmente, Oliveira Marreca representa, na luta pela aclimação da indústria entre nós, um elo fundamental de ligação entre José Acúrcio das Neves e Joaquim Pedro de Oliveira Martins, entre o começo do século e o primeiro quartel dele —, entre a *Memória sobre os Meios de Melhorar a Indústria Portuguesa* e o relatório do inquérito à Indústria do Norte». (39)

Por 1842, a máquina a vapor começa a ser construída em Portugal — pelos Collares (40) —, continuando todavia a sua introdução a fazer-se muito lentamente — pelo menos, à luz dos dados conhecidos —, até aos inícios dos anos 50. De 1840 a 1850, a média anual de «introdução» de máquinas a vapor terá sido apenas de 4 unidades, totalizando estas uma potência de 64 CV. (41)

Despontava também então a euforia das *exposições industriais*, que se irá intensificar na segunda metade do século. (42) Oliveira Martins, reportando-se a 1849, já o refere: «Em 49 houvera uma exposição de indústria em Lisboa, mas não era o fabrico o enlevo da ideia nova: *era o movimento*». (43)

As resistências, todavia, continuavam a ser ainda de grande peso, por parte de certa burguesia comercial (ligada ao Cartismo) (44) e de elementos da burguesia agrícola, estes com o apoio expresso de figuras de grande prestígio cívico e intelectual como Herculano, que não escondia a sua preferência pela agricultura, face à indústria. (45)

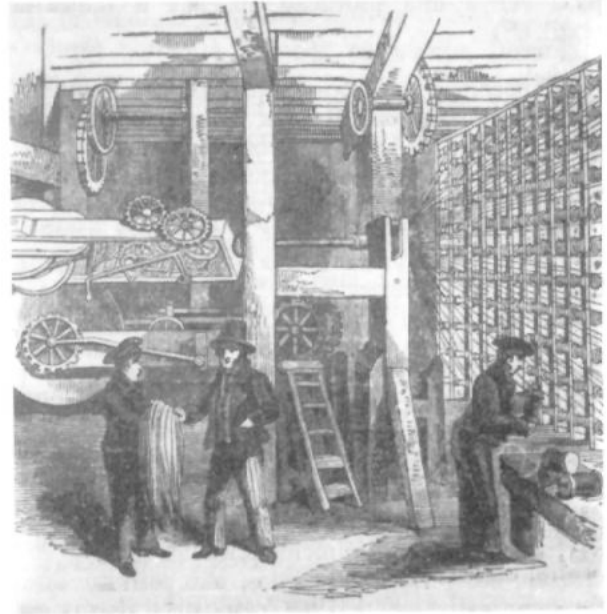
4. Tímidos avanços no terceiro quartel de Oitocentos

A Regeneração (1851), ainda que sem promover, de forma imediata e directa, o fomento industrial,⁽⁴⁶⁾ arrasta consigo dois factores da maior importância que, a médio e longo prazo, se irão repercutir favoravelmente na industrialização. Referimo-nos, concretamente, à *estabilidade política*, finalmente possível após um conturbado e agitado período de mais de três décadas, e ao arranque para o *lançamento de uma rede de transportes e comunicações*, que muito contribuiria para a formação e consolidação do mercado nacional.

Deve, todavia, acrescentar-se que, mesmo sob uma perspectiva estritamente industrial, as décadas de 1850-70 *não foram de quase estagnação*, como eventualmente se possa pensar. Os estudos até agora ao nosso alcance, relativos ao período, não nos auxiliam muito e, mesmo do ponto de vista das fontes estatísticas, as dificuldades aumentam pelo facto de o *Inquérito Industrial de 1860-1861* — que contou com a colaboração, entre outros, de Joaquim Henriques Fradesso da Silveira e de Francisco Teixeira da Silva — não ter ficado completo. Alguns trabalhos elaborados no âmbito daquele *Inquérito* (por exemplo, sobre a indústria de lanifícios e a actividade industrial nos distritos de Coimbra e Leiria)⁽⁴⁷⁾ e um estudo recentemente publicado, acerca de uma empresa moageira portuense,⁽⁴⁸⁾ reforçam a nossa convicção de que muito há ainda a investigar relativamente à evolução industrial, durante o Fontismo.

A legislação tributária também se ia actualizando, com a extinção (lei de 30 de Julho de 1860), a partir de 1 de Janeiro de 1861, da *décima industrial* — imposto que constituía um dos resquícios do Antigo Regime — e a sua substituição pela *contribuição industrial*, mais consentânea com os novos tempos.⁽⁴⁹⁾

Em meados dos anos 70, já várias empresas nacionais estiveram representadas na Exposição Internacional de Filadélfia (1876), conseguindo até algumas delas ser premiadas pelos artigos expostos.



Não se deve exagerar quanto ao significado da aplicação da máquina a vapor à indústria. Tratou-se de uma inovação importante, mas o ritmo lento e localmente circunscrito da sua difusão nas primeiras décadas não permitiu alterar significativamente o meio industrial português. (Na gravura, uma oficina de cordoaria).

Começaram a salientar-se as da indústria algodoeira, dado que, pelo menos 14 unidades foram contempladas, respectivamente do Porto (8), Lisboa (5) e Tomar (1).⁽⁵⁰⁾ Principia também a esboçar-se a concentração da têxtil do algodão no Norte, o que se viria a acentuar nas décadas imediatas.

Por estes e outros elementos, inclusive pelos fornecidos pelo *Inquérito Industrial de 1881*, infere-se que a indústria em Portugal começava, efectivamente, a desenvolver-se, a despeito das restrições que enfrentava, nomeadamente pela forte dependência tecnológica do estrangeiro. A propósito do ramo algodoeiro, mas extensivo a diversos outros, acentuava Lourenço Malheiro, em 1876: «Celebrando-se em Boston a reunião annual da «Associação dos Fabricantes de Algodão» demorei-me ali para assistir àquela reunião, que tinha por fim discutir as vantagens relativas das machinas inglesas e americanas, questão que me pareceo utilissima para nós, que *não temos systema de machinas especial e que somos obrigados a importar todo o material das fabricas do estrangeiro*». ⁽⁵¹⁾ Deficiência estrutural, na história da indústria portuguesa? Se o não é, pelo menos tem-se mantido por mais tempo do que seria para desejar. Mas, também aqui, colocamos uma reserva. Que sabemos nós, por exemplo, acerca não só de *inovações*, mas também de *adaptações tecnológicas*, especialmente em pequenas e médias empresas, em geral carecidas de capital, para importar tecnologia mais evoluída?

5. A conjuntura externa (europeia e colonial) no ocaso do século XIX e a indústria em Portugal

Nas últimas duas décadas do século passado, a problemática industrial assume uma maior importância, como atestam diversas medidas então tomadas; elaboração de dois *inquéritos industriais* (1881 e 1890), criação e difusão de várias escolas de ensino técnico, ⁽⁵²⁾ aperfeiçoamento de operários em grandes fábricas estrangeiras, a expensas

de Governo, ⁽⁵³⁾ e a promulgação da pauta acentuadamente proteccionista de 1892.

Os progressos mais significativos verificaram-se em indústrias de artigos de consumo corrente — alimentação, vestuário e calçado — e relacionadas com o alojamento — construção civil e mobiliário. Continuámos, todavia, a importar uma gama variada de artigos, da Bélgica, Alemanha e Inglaterra (maquinaria, entre outros), da Noruega e Suécia (ferro), da França (tintas, perfumaria e têxteis de elevada qualidade). ⁽⁵⁴⁾

Na esteira de outros países europeus — Inglaterra, Alemanha, França e Bélgica —, também Portugal se vai interessar pelo *mercado colonial africano*. Tratava-se de um mercado então muito cobiçado, em virtude da necessidade de alguns países europeus — em plena 2.ª revolução industrial — escoarem os seus artigos e adquirirem matérias-primas. Portugal não ficaria de fora, apesar das «leis», extremamente gravosas, que pela *Conferência de Berlim* (1884-85) e pelo *Ultimatum Inglês* (1890) lhe foram ditadas. A indústria algodoeira foi das que mais beneficiaram com o mercado colonial, embora outras também dele tenham aproveitado (tabaco e refinação de açúcar, por exemplo).

A relativa expansão industrial — particularmente da têxtil algodoeira — enfrentaria uma crise, logo nos inícios do nosso século. À medida que se avizinhava a queda da Monarquia Constitucional e a implantação da República, a indústria raramente estava na primeira linha das preocupações dos governantes. A propósito, vejamos a análise, feita por um diplomata francês (1918), à situação industrial portuguesa: «No preciso momento em que a máquina triunfava em toda a parte e transformava o fabrico, os Portugueses pararam no seu movimento industrial em ascensão, para se dedicarem à exploração administrativa ou comercial das suas colónias. Iludidos por uma falsa riqueza, baseada mais na acção política que no trabalho, abandonariam as profissões técnicas [...]». E prossegue, um pouco adiante, o referido diplomata:



Que sabemos nós, por exemplo, acerca não só de inovações mas também de adaptações tecnológicas, especialmente em pequenas e médias empresas, em geral carecidas de capital para importar tecnologia mais evoluída? (Na gravura, fábrica de sabão e velas).

«A instrução técnica é fraca; o capital raro e tímido, a clientela pequena e pobre; a concorrência externa — sobretudo a alemã — muito poderosa». ⁽⁵⁵⁾ Opinião de um estrangeiro, sem dúvida, mas que nem por isso deixa de reflectir sobre alguns pontos nevrálgicos que retardaram a industrialização em Portugal, ainda relativamente promissora poucos anos atrás, em particular na viragem do século.

6. A concluir: sugestões como pistas para a investigação

1. As fontes mais frequentemente exploradas, incluindo os próprios *inquéritos industriais*, são lacunares e geralmente não contemplam as pequenas unidades de produção, exceptuando, em parte, o *Inquérito industrial de 1890*.

2. Urge, por isso, recorrer a outros tipos de fontes, desde a imprensa, inclusive a local e regional, as escrituras notariais e, sempre que possível, a documentação dos próprios arquivos empresariais.

3. Os vestígios materiais — edifícios, chaminés, maquinismos e *sítios* de instalação de antigos estabelecimentos industriais — são fontes do maior interesse, como a «jovem» *Arqueologia Industrial* tem demonstrado à evidência.

4. *Metodologicamente*, há que dar maior relevo à elaboração de *monografias* — por ramo de indústria, área ou localidade —, bem como se devem completar as monografias «gerais» — sobre localidades, zonas ou áreas específicas —, com aspectos concernentes à indústria, tão frequentemente esquecidos. Por outro lado, *industrialização e desindustrialização* devem ser estudadas em simultâneo dadas as correlações entre elas e os consequentes ensinamentos que dessa investigação integrada se podem colher.

Para concluir, apenas diremos: o estudo da evolução industrial portuguesa apresenta-nos um vasto campo por explorar ou apenas insuficientemente explorado. O aprofundamento destas questões, para além do seu próprio interesse, permitirá também esclarecer outros domínios da nossa História. Com efeito, a *globalidade histórica* só de forma abstracta e do ponto de vista metodológico admite «cortes», como o que acabamos de praticar, contemplando apenas a *indústria* e colocando entre parêntesis diversos outros domínios.

(¹) Ver indicações bibliográficas mais precisas e completas em José M. Amado Mendes, *A área económica de Coimbra. Estrutura e desenvolvimento industrial, 1867-1927*, Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro, 1984, pp. 3-4, notas 9 a 16 e *passim*.

(²) Cf. Armando de Castro, *Balança comercial portuguesa*, in «Dicionário de História de Portugal», dir. por Joel Serrão, vol. I, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1963, pp. 274-275.

(³) Ver Jorge Borges de Macedo, *Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII*, 2.ª ed., Lisboa, Quercos, 1982, em especial a II parte, capítulo III. Recordar-se que, como ensina Bairoch, a Grã-Bretanha entrava então na segunda fase da revolução industrial, precisamente aquela em que o comércio externo desempenhou papel mais relevante (Paul Bairoch, *Commerce International et genèse de la révolution industrielle anglaise*, in «Annales. E. S. C.», 28.º ano, n.º 2, 1973, pp. 541-571).

(⁴) Vitorino Magalhães Godinho, *Prix et monnaies au Portugal. 1750-1850*, Paris, A. Colin, 1955, sobretudo p. 276. Entre muitos outros, recordemos um caso concreto: uma unidade de tecidos de algodão, em Alcobaça, de Guillot Filho, Carvalho & C.ª, foi «queimada na invasão dos Francezes» (José Acúrsio das Neves, *Varietades sobre objectos relativos às artes, commercio e manufacturas, consideradas segundo os principios da Economia Política*, t. I, Lisboa, na Imprensa Régia, 1814, p. 193).

(⁵) Alvará transcrito por Vicente Almeida d'Eça *A abertura dos portos do Brazil. Ensaio historico*, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1908, pp. 86-87.

(⁶) J. Acúrsio das Neves, *Varietades...*, t. I, p. 178.

(⁷) Ver, sobre o assunto, Joel Serrão, *Vapor, Máquina de*, in «Dicionário de História de Portugal», vol. IV, 1971, pp. 244-250; *Introdução e difusão da máquina de vapor*, in «Temas oitocentistas», I, 2.ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1980, pp. 62-78; J. Borges de Macedo, *Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII*, pp. 218-220.

(⁸) Joel Serrão, *Vapor, Máquina de*, p. 247; *Introdução e difusão da máquina a vapor*, p. 68; Sandro Sideri, *Comércio e poder. Colonialismo informal nas relações anglo-portuguesas* (trad. do inglês), Lisboa, Cosmos, 1978, p. 195.

(⁹) O próprio Prof. Joel Serrão que, nos estudos sobre esta problemática, tem referido o ano supra-indicado, sublinha: «Não podemos garantir que seja de 1835 a primeira máquina de vapor industrial portuguesa» (Joel Serrão, *Introdução e difusão da máquina a vapor*, «op. cit.», p. 68, nota 18).

(¹⁰) Cf. V. Magalhães Godinho, *Prix et monnaies*, p. 281. Armando de Castro, por sua vez, também formula algumas dúvidas sobre o assunto: «Conjugando o quadro n.º 1 com o quadro n.º 2, concluir-se-ia, o que parece pouco provável, que a primeira máquina a vapor teria sido as-

sente em 1835» (Armando Castro, *A revolução industrial em Portugal no século XIX*, 3.ª ed., Porto, Limiar, 1976, p. 27).

(¹¹) Jorge Custódio «Introdução» a José Acúrsio das Neves, *Memória sobre os meios de melhorar a indústria portuguesa, considerada nos seus diferentes ramos*, reed., Lisboa, Quercos, 1983, p. 67, nota 103.

(¹²) Adrien Balbi, *Essai statistique du royaume de Portugal et d'Algarve, comparé aux autres Etats de l'Europe*, t. I, Paris, 1822, p. 450.

(¹³) Albert Silbert, *Le Portugal méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime. XVIII^e — début du XIX^e siècle. Contribution à l'histoire agraire comparée*, Paris, vol. I, SEVPEN, 1966, p. 123.

(¹⁴) Após investigação ali realizada, solicitámos por escrito (em 3 de Outubro 1979) e obtivemos fotocópia de vários dos espécimes referentes ao assunto. Já utilizámos alguma documentação do referido núcleo em 1979, para a comunicação que apresentámos Colóquio sobre o século XIX em Portugal (cf. *O século XIX em Portugal. Comunicações ao Colóquio organizado pelo Gabinete de Investigações Sociais (Novembro de 1979)*, Lisboa, Presença, s. d., p. 33, nota 22).

(¹⁵) Miriam Halpern Pereira, *O Estado Vintista e os conflitos no meio industrial*, in «O Liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX. Comunicações ao Colóquio organizado pelo Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa — 1981», 2.º vol., Lisboa, Sá da Costa Editora, 1982, pp. 43, 50-51 e 62, nota 46 e *passim*.

(¹⁶) Jorge Custódio, «Introdução» a J. Acúrsio das Neves, *Varietades...*, p. 67 e nota 103.

(¹⁷) Referimo-nos ao estudo anunciado (como estando no prelo) por Jorge Custódio na «Introdução» citada (pp. 67-68, nota 103), bem como ao trabalho que, segundo julgamos saber, aquele investigador se encontra a preparar. Também Jaime Ferreira, num estudo sobre a moagem, em elaboração, focará o assunto, com a inclusão de novos dados.

(¹⁸) Cf. Joel Serrão, trabalhos citados *supra*, nota 7.

(¹⁹) Arquivo da Assembleia da República (AAR), cx. 45, n.º 19. Era certamente a esta última máquina que se referia Balbi, nos seguintes termos: «Dans la fonderie près du Convent de Bom-Successo, à Belem, on fond des pièces de toute qualité; il y a aussi une forge où l'on fait toute sorte d'ouvrages en fer au marteau et à la lime; on y a établi dernièrement une machine à vapeur» (A. Balbi, *Essai statistique...*, t. I, p. 450) (sublinhado nosso).

(²⁰) Isto é, sem ter que recorrer a estabelecimentos de outras empresas.

(²¹) AAR, cx. 73, n.º 61.

(²²) Em documento de 10 de Setembro de 1821, afirma-se expressamente: «[...] esta empresa tendo sido princi-

piada no anno de 1819, e ultimada no principio do actual de 1821 parece de justiça gozar das disposições das Leys até agora existentes, a cujo abrigo o supp [licante] e seus socios empregarão os seus fundos» (AAR, cx. 44, n.º 103) (sublinhado nosso).

(23) AAR, cx. 45, n.º 19, doc. datado de 5 de Maio de 1821 (sublinhado nosso).

(24) AAR, cx. 72, n.º 61.

(25) AAR, cx. 45, n.º 19.

(26) De António Julião da Costa, cônsul de Portugal em Liverpool.

(27) AAR, cx. 73, n.º 61.

(28) Após alguma insistência, conseguiram um privilégio exclusivo por 8 anos, para os ramos industriais, e de 14 anos, para a navegação a vapor entre Lisboa e Porto, no Tejo e no Douro (AAR, cx. 45, n.º 19; cx. 73, n.º 54).

(29) AAR, cx. 73, n.º 61.

(30) Particularmente até 1825 (cf. E. J. Hobsbawn *Indústria e Império* (trad. do inglês), 1.º vol., Lisboa, 1978, pp. 195-196).

(31) Cf. Pierre Léon, *L'industrialisation en France en tant que facteur de croissance économique, du début du XVIII^e à nos jours*, «Première Conférence Internationale d'Histoire Economique. Contributions», Paris, Mouton, 1960, p. 180.

(32) J. Vicens Vives, *La industrialización y el desarrollo económico de España de 1800 a 1936*, «Première Conférence Internationale d'Histoire Economique», p. 131.

(33) Jorge Custódio, «Introdução», *cit.*, pp. 67-68, nota 103.

(34) Entre outros, os referidos *supra*, nota 17.

(35) Por exemplo, a «máquina de fogo» que, em 1821, se aguardava na Mina de Buarcos, terá entretanto sido utilizada, ali ou noutra lado?

(36) Joel Serrão, *Vapor, Máquina de*, in «Dicionário de História de Portugal», vol. IV, p. 249.

(37) Ver Albert Silbert, *Cartismo e Setembrismo. A vida política do Porto de 1836-1839, segundo os cônsules franceses*, in «Do Portugal de Antigo Regime ao Portugal Oitocentista», Lisboa, Livros Horizonte, 1972, pp. 199, 209 e *passim*.

(38) Ver *Sociedade Promotora da indústria nacional. Relatório do jurado* (1849), in Oliveira Marreca, *Obra Económica*, vol. II, Lisboa, Centro de Estudos de História e Cultura Portuguesa / Instituto Português de Ensino à Distância, 1983, pp. 159-204.

(39) *A doutrinação do industrialismo em Portugal: Páginas escolhidas de António Oliveira Marreca*, in «Indústria Portuguesa», ano 280, n.º 325, Março 1955, p. 97.

(40) *Inquérito industrial de 1881. Inquérito directo*, II parte. *Visita às fábricas*. Livro I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881, p. 208.

(41) Joel Serrão, *Introdução e difusão da máquina a vapor*, «op. cit.», p. 69.

(42) Ver J. Amado Mendes, *Exposições industriais em Coimbra na segunda metade do século XIX*, in «O Instituto», vol. CXXXIX, 1979, em especial pp. 35-38.

(43) Oliveira Martins, *Portugal Contemporâneo*, II vol., 8.ª ed., Lisboa, Guimarães & C.ª Editores, 1977, p. 275 (sublinhado nosso).

(44) Ver nota 37.

(45) Ver, por exemplo, Alexandre Herculano, *Projecto de Decreto. 1851*, in «Opúsculos», vol. II, org. introd. e notas de Jorge Custódio e José Manuel Garcia, Lisboa, Presença, 1983, pp. 175-176.

(46) Como já foi destacado, a economia portuguesa é então impelida «para o predomínio das actividades comerciais em detrimento das industriais» (Joel Serrão, *Das razões históricas dos fracassos industriais portugueses*, in «Memórias da Academia das Ciências de Lisboa», Classe de Letras, t. XX, 1979, p. 18).

(47) Ver as respectivas referências bibliográficas no nosso livro *A área económica de Coimbra*, *cit.*, pp. 442, 444 e 492.

(48) Jaime Ferreira, *Subsídios para a história da moagem portuguesa: A Companhia de Moinhos a Vapor Ceres, de 1854 a 1860, no Porto*, in «Revista de História Económica e Social», 12, Julho-Dezembro 1983, pp. 127-154.

(49) Cf. Francisco António Correia, *História económica de Portugal*, vol. II, Lisboa, Tip. da Empresa Nacional de Publicidade, 1930, p. 264; *Colecção oficial da legislação portuguesa. Anno de 1860*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1861, pp. 257-271.

(50) Arquivo do Ministério das Obras Públicas (AMOP), maço não inventariado, núcleo relativo à Exposição Internacional de Filadélfia de 1876.

(51) Lourenço Malheiro — que terá chefiado a delegação portuguesa à Exposição Internacional de Filadélfia de 1876 — dirigia-se ao «Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios das Obras Publicas, Commercio e Industria», em carta remetida dos Estados Unidos da America, datada de 21 Maio de 1877 (AMOP, *ibidem*) (sublinhado nosso).

(52) Ver Joaquim Ferreira Gomes, *Escolas Industriais e Comerciais criadas no século XIX*, Coimbra, 1983. Sep. da «Revista Portuguesa de Pedagogia», ano XII, 1978.

(53) J. M. Amado Mendes, *Sobre as relações entre a indústria portuguesa e a estrangeira no século XIX*, in «O século XIX em Portugal», *cit.*, pp. 49-51.

(54) Archives du Ministère des Affaires Etrangères (AMAE) (Paris), *Correspondance Commerciale. Porto. Octobre 1899 — Septembre 1900*, vol. 9, fls. 133v. — 134.

(55) AMAE (Paris), *Europe. 1918-1919. Portugal*, 55, fl. 18 (tradução nossa).



Estatística e liberalismo em Portugal e Espanha no séc. XIX

por José Esteves Pereira *

Só a partir do setembrismo ganham significado motivações para uma cientificação do social. E é nesse virar de página que o paradigma liberal de saber e prática política começa a corroer-se.

* Docente na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Ficamos muito gratos à Casa da Cioga, na pessoa da sr.^ª Dr.^ª Zília Maria Osório de Castro, por nos ter permitido reproduzir, do arquivo de família, uma cópia do retrato de Adrião Forjaz de Sampaio, que figura nesta página.

1. Economia política e estatística * De 1815 a 1845

Um professor de Coimbra, Adrião Pereira Forjaz de Sampaio (1810-1874), no período de 1839 a 1845 inicia em Portugal ensino capaz de *economia política* e de *estatística*, numa altura em que os quadros dirigentes continuavam a sair, pela maior parte, da Universidade.

O lente de direito dava corpo a uma das exigências que nasceram do equipamento procurado pelo estado liberal, embora nem sempre se encontrando, é justo dizê-lo, pessoas que pudessem corresponder cabalmente. Diligenciava-se, de um ponto de vista prático, a formação de gestores qualificados prolongando-se assim um desiderato que vinha de longe.

Desde o século XVIII, sobretudo nas duas últimas décadas, depois conforme a actividade da Academia das Ciências se tornou mais intensa, principalmente no que respeita a assuntos de economia, desejar o ensino de economia política foi uma coisa, efectivar a sua institucionalização foi outra. A preocupação por esse saber de ponta da época ligava-se, também, à percepção de que se requeriam muitas reformas de estrutura, o que veio a ser discutido na regeneração vintista. Apoiou-se a criação imediata de cadeiras de economia política, como aconteceu na sessão de 10 de Fevereiro de 1821 e houve manifesto interesse nos pareceres e alvites que se produziram⁽¹⁾. Porém, as vicissitudes subsequentes do quotidiano da vida nacional, marcado pela precariedade, fizeram com que o empenho pedagógico e científico da matéria que vamos tratar sofresse adiamentos sucessivos, até ao princípio da década de quarenta. De tal es-

tado de coisas nos dá conta, Silva Carneiro, em 1850, em prelecções marcadas, já, pelo magistério de Forjaz:

«Pelo que respeita a esta nossa terra, a ciência da economia política ainda é muito nova. Só em 1820 houve o primeiro ensejo de a fazer cultivar entre nós; mas obistou a isso a reacção de 1823; houve novo ensejo em 1826; mas tornou a obstar a reacção de 1828. Assim só com o estabelecimento definitivo do sistema constitucional, em 1834, é que puderam abrir-se os primeiros cursos de economia política em Lisboa, no Porto e em Coimbra. Os de Lisboa e Porto foram particulares, e regidos, o primeiro pelo Sr. António d'Oliveira Marreca, o segundo pelo Sr. Agostinho Albano da Silveira Pinto. O de Coimbra foi criado (na) faculdade de Direito, por Decreto de 5 de Dezembro de 1836, e regido até 1845, pelo ilustre autor do nosso *Compêndio*»⁽²⁾.

O «ilustre autor» a que o curso impresso de Silva Carneiro se reporta é, mais precisamente, Adrião Forjaz de Sampaio e que ao longo deste artigo estará, quase sempre, presente.

Importa, todavia, antes de atender à elaboração do *Compêndio* de Forjaz sublinhar que a actividade iniciada pela Academia das Ciências, no que tange a estudos económicos incluiu, ao lado de preocupações como o da normalização de pesos e medidas, a confecção de mapas, a elaboração de quadros quantificados da demografia, o estudo de recursos materiais existentes, também, a *estatística* como meio viabilizador de uma economia política operacional. O académico Manuel de Almeida,

* Utilizo o termo *estatística*, hoje universalmente consagrado, para me referir a *estadística* ou *statistica*. Com o uso do termo corrente pretendo englobar a especificidade de uma origem conceptual que tem a ver com, 1) a definição de Forjaz de Sampaio, de 1840: «ciência da situação actual dos estados, ou de suas forças e recursos presentes, morais e materiais, por via de resultados do seu governo, território, número, indústria e civilização da povoação

(*Elem. de Stat.* (1841), I, § 1, p. 1) e, também, com 2) a acepção, menos enumerativa, de 1874, dos *Elementos de Economia Política e da Estadística*: «Estadística é a ciência dos factos sociais, e principalmente políticos enunciados por algarismos. O seu principal objecto é fazer conhecer profundamente a situação actual, as forças, e os recursos do Estado» (I, § 291, p. 103).

PRIMEIROS ELEMENTOS
DA
SCIENCIA
DA
STATISTICA.

EXTRAIDOS PRINCIPALMENTE DO JORNAL DOS TRABALHOS DA
SOCIETÉ FRANÇAISE DE STATISTICA UNIVERSAL PARA
AUXILIO DAS PRELECCOES SUPPLEMENTARES DO CURSO DE
ECONOMIA POLITICA DA FACULDADE DE DIREITO DA UNI-
VERSIDADE DE COIMBRA.

POR

Adrião Pereira Souto de Sampaio,
Lente Substituto Ordinario da faculdade de direito
da Universidade de Coimbra, e Socio da Aca-
demia Real das Sciencias de Lisboa.

Coimbra:

IMPRESSA DE TROVÃO, & COMPANHIA — 1841.

Os alunos terminavam a sua longa e penosa carreira sem os primeiros e mais indispensáveis princípios da economia das nações...

Visconde da Lapa, entendia que a *estatística* possibilitava o conhecimento por parte do Estado de carências que, se fossem conhecidas e quantificadas, mais racionalmente poderiam ser supridas. E com a preocupação em fazer as contas aos recursos existentes promovia-se, como lhe parecia óbvio, um interesse maior por áreas de saber que eram, efectivamente, virgens para a maioria dos responsáveis pela coisa pública⁽³⁾.

A utopia fisiocrática dos académicos, assumida sem ingenuidade, mas com entusiasmo, reproduziu-se em variados momentos da actuação vintista, em Cortes, quando se teve que trazer a terreiro, a par da reflexão económica que, ideologicamente, naturalmente se invocou, a debilidade de dados que servissem aos esquemas de argumentação sobre matéria económica ou financeira.

No evolver de propostas que no triénio vintista aparecem como possibilitadoras da maneira mais adequada de legislar sobre o comércio, a agricultura ou o que se pretendia para a indústria, o certo é que é com manifesta dificuldade que se aclimatam propostas conducentes a um tratamento científico do que se projecta. Verdadeiramente, só a partir do setembrismo ganham significado motivações para uma cientificação do *social*. E é nesse virar de página que o paradigma liberal de *saber e prática* política começa a corroer-se. Mas não é só entre os que propõem uma ruptura, como Henriques Nogueira, Sousa Brandão ou Lopes de Mendonça que as convicções e projectos que vinham do vintismo se pretendem reformulados, ou mesmo, abandonados. O problema não deixou de estar presente entre aqueles que, mais directamente, estavam investidos na tarefa de formar quadros dirigentes.

De 1839 a 1851, apesar das grandes convulsões políticas e ideológicas ocorridas, na esfera do estado, de um estado que se procura, o ambiente mental aparecerá cada vez menos preso à intangibilidade dos princípios e ao peso de um passado desculpabilizador. Nas reformas jurídico-institucionais verifica-se maior pragmatismo. Quanto a uma filosofia política e económica, entre as in-

tenções de um liberalismo de escola e o proteccionismo que melhor nos cabia, entre os nossos interesses políticos, comerciais e estratégicos e a pressão das políticas continentais ou a de Inglaterra, a questão era saber se a solução para muitos problemas não residia, afinal, em nos governarmos em função do que *realmente* podíamos ser, nacional e internacionalmente.

É neste contexto que se compreendem propostas entusiasmadas como a de Adrião Pereira Forjaz de Sampaio, criticando práticas e avançando ideias novas. E é por tudo o que se contém num necessário afastamento, quer de excessivo idealismo de uns, quer de uma palpável inadequação a novos tempos, de outros, que Forjaz se oporá a um anjo tutelar do vintismo, José Ferreira Borges, e à sua pedagogia de matéria económica, bem como a uma estrutura educativa equívoca:

«Os hábitos e espírito de governo, anteriores a 1834, e a confusão do judicial com o administrativo e o fiscal, mal consentiam que se atribuisse às ciências políticas e administrativas em separado da jurisprudência ou ao menos a par com ela, a importância e o ingresso nos estudos da Universidade, que as necessidades do estado e o exemplo da Europa mais ilustrada demandavam. As duas faculdades de jurisprudência (leis e cânones) eram quase exclusivamente *civilistas* ou *eclesiásticas*; do direito público português quase nada se estudava; menos ou coisa nenhuma do administrativa e fiscal; e os alunos terminavam sua longa e penosa carreira sem os primeiros e mais indispensáveis princípios da economia das nações»⁽⁴⁾.

Sem prolongarmos este situar, que Forjaz de Sampaio vai delineando, na *Prefação* da 3.^a edição dos *Elementos de Economia Política e Estatística*, de 1845, não se esqueçam, todavia, os motivos que levam o professor coimbrão a repensar as coordenadas teóricas do liberalismo, trazendo justificação para a didáctica de economia política, que queria fazer vingar. Não se trata de uma aquisição desinteressada, a promoção da economia política e o

seu ensino. O corpo discente acompanhava o esforço do professor. Diz-nos, em determinado passo, que o aceitar a cadeira se deveu, não só às deliberações do Conselho da Faculdade, mas também aos «votos dos alunos», os quais desde logo requereram para que se efectuasse a reforma na continuação desse mesmo ano lectivo de 1836 para 1837; e particularmente o instavam para que não recusasse a tarefa, caso lhe fosse cometida⁽⁵⁾.

Não se pode dizer, de facto, que neste interesse discente residisse o desejo de um mudar por mudar. José Silvestre Ribeiro (1807-1891) em comentário ao *Programa das prelecções de ciência e legislação de Fazenda*, para o ano lectivo de 1866-1867, na Universidade, comentário que veio a lume no *Jornal do Comércio*, no n.º 3885, e que foi incorporado nos *Princípios de Finanças*, de 1868-1869, de Pereira Jardim, diz-nos: «Nos dias em que cursei os estudos jurídicos formavam elas duas faculdades — a de leis e a de cânones — que mais tarde se fundiram em uma só faculdade, a de direito, como de razão é. Quem falava então de filosofia do direito? Quem pronunciava sequer o nome de economia política e de estatística?»⁽⁶⁾. A recordação de Ribeiro, é, pois, do tempo em que persistia, no âmbito do ensino jurídico a ausência de uma disciplina como a de economia política. Mas, mesmo que as alusões do crematístico surgissem, não eram mais do que a reprodução puramente académica de uma divulgação da «escola clássica». A isso se refere Forjaz de Sampaio sublinhando o interesse e o apoio dos seus alunos:

«... por espaço de sete anos continuaram a assistir às nossas prelecções com tamanha assiduidade e aplicação que certamente em nenhuma outra aula se excedia, e nem em todas se igualava. A escolha de um compêndio não podia deixar de ser o nosso primeiro cuidado, atentas as leis e os hábitos de ensinar e estudar da Universidade. Foram-nos insinuadas as *Instituições* de J. Ferreira Borges, ainda então vivo, e cuja fama e alta situação política cobriam a insuficiência desta e de outras obras suas, que por esse

tempo começaram de ser lidas em diferentes cursos, e hoje, salvo o código comercial, abandonadas. O nome do autor, a língua em que é escrita, a abundância de exemplares, o voto de pessoas de respeito, certamente pouco lidas naquela obra, eram motivos mais que sobejos para a escolher, como texto das lições, quem não só não havia feito algum estudo sobre ela, mas de nenhuma outra, por então se podia aproveitar mais ao alcance dos alunos. Pouparamos a memória do finado; quem quer que haja confrontado estas *Instituições* com o *Curso de Economia Política*, de Storch, far-nos-á a justiça de reconhecer que era absolutamente indispensável mui de pronto rejeitá-las. O conselho da Faculdade acedeu à nossa consulta, substituindo-as no fim do ano lectivo de 1836 para 1837 pelo bem conhecido *Catecismo* de J. B. Say» (7).

Será, de facto, o *Catecismo*, a base do primeiro compêndio publicitado sob a responsabilidade de Forjaz de Sampaio. E será no seguimento da adaptação de tal compêndio que, ao lado da teorização económica, se dará lugar a uma elaboração didáctica, do que, ao tempo, era a estatística.

2. Forjaz de Sampaio e o ensino da Estatística

A ideia de complementar o curso de economia política com alguns rudimentos de estatística, surgiram por proposta de António Nunes de Carvalho, no Conselho de Faculdade de Direito, em 9 de Julho de 1840, referindo-se por essa ocasião a «íntima relação» de ambas as ciências, e logo na primeira edição, dos *Primeiros Elementos da Sciencia da Statistica*, (8) Sampaio exprimiu a necessidade de uma superação de tratamento puramente teórico, sobretudo tendo em conta o mesmo tipo de inoperacionalidade que adviria de ler Storch, ou Say, que muito embora fosse ponto de partida, para o autor, em economia política deveria ajustar-se, efectivamente, a uma função prática, diríamos de «formação profissional». Na metodologia

que se entrevê na prefação dos seus *Elementos da Sciencia da Statistica*, pretende-se, de facto, enquadrar «notas de esclarecimentos práticos, mormente nacionais, e modelos de mapas correspondentes para a estatística numérica» (9). Estávamos em 1841.

Em 1845, continuando a reflectir sobre o ensino da estatística e quando trocara já importante correspondência com quem sabia da matéria, Silvestre Pinheiro Ferreira, de quem falaremos à frente, acentua-se o empenho prático do professor Forjaz de Sampaio:

«Pelo que respeita aos elementos de estadística, deram-lhe origem circunstâncias análogas às que nos determinaram a escrever os de economia política. Por vezes fora presente ao conselho de faculdade, que, observando o professor desta ciência o rigoroso sistema de cortar por todos os objectos menos dignos de sobrecarregar a memória e atenção dos alunos, lhe sobriam em anos regulares alguns dias de lição, os quais conviria aplicar para outro assunto análogo e proveitoso. E como não só a ciência da riqueza nacional e do estado receba grande clareza de dados estadísticos; mas muito conviesse, pela universal importância prática da estadística, fazer pelo menos, conhecer os seus primeiros elementos aos nossos alunos, alguns dos quais vão para o diante exercer funções políticas e administrativas, e todos se habilitam para as mais importantes e elevadas, resolveu o mesmo conselho que a exposição destes princípios terminasse o ano destinado à economia política» (10).

Constituía, também, propósito do autor a aplicação do cálculo de probabilidades aos factos sociais, aliás, na linha do que, crescentemente, corporizaria a ciência. E Sampaio não se esquece de referir o carácter positivo e matemático de um saber ainda jovem.

O aspecto mais marcado das reflexões que introduzem as cinquenta páginas do compêndio é,

porém, a própria utilização social dos conhecimentos em causa. Não é exagerado que Forjaz se queira pôr a pensar «*estatisticamente*» numa sociedade «industrial» de que temos eco, muito embora haja alguma distância entre Coimbra (e Lisboa mesmo) e Paris, donde Silvestre Pinheiro Ferreira, dedicando-se à economia política, reflecte sobre uma «civilização» que se vai tornando mais possível a uns do que a outros⁽¹¹⁾. E, de Paris, escreverá a Forjaz, dando-lhe notícias de alguns livros de estatística, actualizados que, para este, vieram a ser bastante importantes.

3. Silvestre Pinheiro Ferreira e Forjaz de Sampaio

Forjaz de Sampaio edita em 1862, em «O Instituto», um conjunto de cartas, de 1840 a 1843, de Silvestre Pinheiro Ferreira, incluídas num artigo que intitula *Algumas lembranças do sr. Silvestre Pinheiro Ferreira*⁽¹²⁾. Interessa-nos, aqui, a que mais se prende ao arranque compendiarista do lente coimbrão, embora nesta colectânea se abordem questões quer de direito constitucional, quer de aspectos de vida universitária. De qualquer uma das cartas não é difícil concluir que entre o remetente e o destinatário, embora de comum exista conhecimento capaz quanto às matérias, é notória a distância que vai do estrangeirado ao professor de Coimbra. A experiência de ausência de Pinheiro Ferreira se não contém uma total insensibilidade, não deixa de ser expressão de menor envolvimento nas coisas que ao seu país importavam, em termos de urgência. Não há que duvidar da enorme capacidade de informação que o caracteriza, quando se quer interessar pelo que se ia tentando fazer ou remediar, num país em busca de «regeneração». O que ressalta, em todo o caso, no teor das missivas para Forjaz é o olhar frio, de um saber rigoroso e englobante que contrasta com uma maior sensibilidade a conjunturas mentais e materiais de quem «faz votos para que o governo de Sua Magestade crie, em faculdades separadas de ensino jurídico, ensino próprio de ciências políticas e

administrativas»⁽¹³⁾. Está mais comprometido em raízes, o discurso de Forjaz de Sampaio. Pinheiro Ferreira, agradecendo os *Elementos de Economia Política*, quase se espanta que na sua pátria «fossem já tão conhecidas as doutrinas de que depende, em grande parte, a sua regeneração». E acrescenta:

«Não é de admirar que eu sentisse esta surpresa, achando-me ausente e quasi sem comunicações literárias há trinta e oito anos; porque no pouco tempo que, neste intervalo, aí me demorei, não tive um momento para poder avaliar os progressos que entre nós tinham feito as ciências»⁽¹⁴⁾.

De Setúbal, em fuga para a Haia, da Holanda para Berlim, daqui sob a ameaça napoleónica para o Rio de Janeiro, depois de 1823 em Paris, Pinheiro Ferreira quase aparece a desculpar-se de menor preocupação reflexiva, no período vintista, quando desempenha as funções de Ministro dos Negócios Estrangeiros, dentro de um quotidiano político em que o entendimento que teve com as opções do legislativo foi o de alguma distância e, até, conflitualidade.

Mas passemos a uma outra carta, em que Pinheiro Ferreira fornece a Forjaz de Sampaio informações sobre bibliografia actualizada no campo da Estatística:

«Não sei achar expressões, com que agradeça a vossa senhoria o mimo dos seus interessantes *Elementos de Estatística* e das teses que vários candidatos ao capelo sustentaram nessa ilustre universidade, para mim de tão saudosa memória. Eu sinto ter perdido um ilustre trabalho de M. Gräberg de Hemso, sueco, intitulado *Théorie de la Statistique*, pois haveria grande satisfação em ofertá-lo a Vossa Senhoria. É obra por extremo rara, mas o sr. Filipe Ferreira d'Araújo e Castro tem-a traduzida em português e ocupa-se em enriquecê-la com algumas notas. Tê-la-ia já publicado, se não fosse a falta de editor, porque

nem aqui, nem aí, os livreiros se encarregam de obras a que não prevêem um grande e pronto consumo. Permita-me Vossa Senhoria que eu acrescente aqui os títulos de três outras obras, que me parece poderão prestar-lhe bom serviço no desempenho do trabalho, que vossa senhoria indica estar disposto a empreender, a bem da nova criação que temos de agradecer a Vossa Senhoria e ao ilustríssimo dr. António Nunes de Carvalho a quem, por esta ocasião, rogo a Vossa Senhoria se digne de me fazer lembrado, como uma das pessoas que lhe consagram mais particular estima: *Theorie de la Statistique* par Gräberg de Hemso. *Traité de Statistique* par Dufau, Paris, 1840. *Filosofia della Statistica esposta da Melchiore Gioja*, Lugano 1837, 3 v. 8.º gr. Esta última obra sobretudo é preciosíssima pela originalidade e delicadeza de pensamentos, e pela sua imensa erudição em todas as ciências que têm alguma relação com a Estadística. De passagem seja-me lícito dar a razão em tribunal tão competente, porque me afasto do uso que, pelas obras que daí recebo, ou me consta vejo prevalecer de se dar a esta ciência o nome de *Estadística ou Statistica*. Quanto ao primeiro, eu ignorava que ele aí vogava, quando aqui adoptei o de *Estadística*, mas quando o soubesse, como é palavra de novo cunho, teria sempre ousado dar-lhe este que me parece mais nacional, assim como o outro o é das nações de quem tomamos a palavra. Elas conservam o *t* latino do radical *status*; entretanto que nós o mudámos em *d* que tem a vantagem de ser mais doce ao ouvido. Eis aqui a minha escusa; espero que seja aceita, ao menos como tal, por vossa senhoria e geralmente pelos nossos colaboradores. O mesmo espero quanto à adição do E inicial que me parece dever conservar, tanto em razão da etimologia como porque, à excepção da palavra *sciencia*, e outras poucas começando como ela, por *sc*, não conheço nenhuma outra na nossa língua que comece por *s* seguido de consoante. Ora eu, na minha tendência à simplificação, reduzo a três todas as regras



Silvestre Pinheiro Ferreira quase se espanta que na sua pátria «fossem já tão conhecidas as doutrinas de que depende, em grande parte, a sua regeneração». (Retrato surgido na «Revista Popular», Lisboa, 1851, vol. IV, pg. 5).

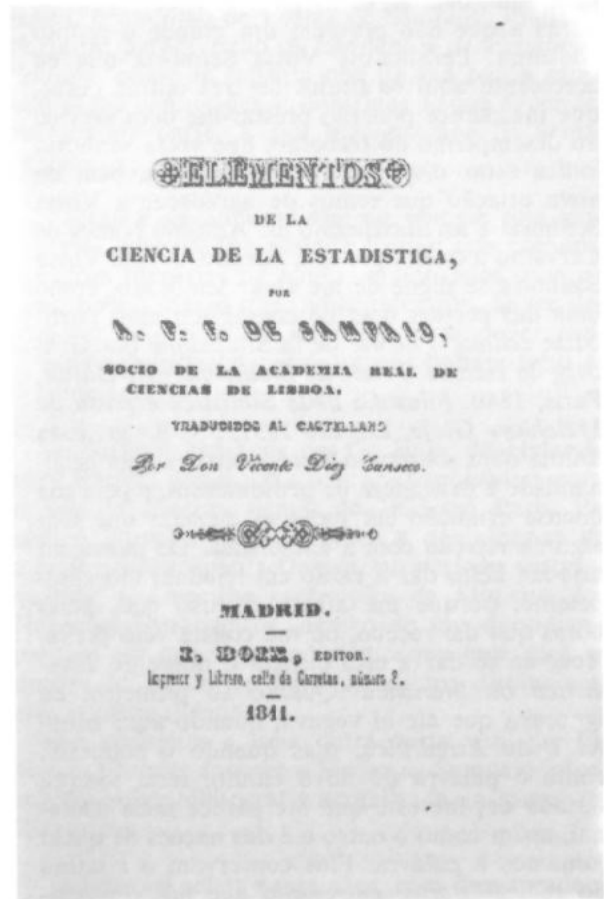
da Ortografia, e são: Uso (quando o é geral); Analogia (tomando por base as palavras em que é uso geral para aqueles em que os escritores de nota variam); e Etimologia, quando não há nem uso geral nem base em que assente a analogia. Desculpe Vossa Senhoria esta minúcia gramatical, ditada pelo pejo de ver afastar-me do uso que vejo ir prevalecendo» (15).

Do conteúdo que nesta carta nos interessou, e prestando atenção à sua data, não deixa de ser significativo que em edição mais cuidada, a de 1845, Forjaz aproveite bem o compêndio de Dufau, juntando aos *Elementos de Estatística* uns *Princípios Gerais de Estatística segundo Mr. Dufau*, acrescido da referência de fonte original: *Traité de Statistique*, Paris, 1840 (16). Organiza, entretanto, também para a edição de 1845, uma *Bibliografia selecta de economia política e estatística, compreendendo os autores que tivemos presentes ao escrever os nossos elementos*, onde, entre outras obras, aparece referenciado o *Précis d'un Cours d'Économie Politique*, de S. P. Ferreira, de 1840. Note-se, que esta última obra continha uma das melhores bibliografias da época sobre economia política. Quanto a Gioja ou a Gräberg de Hemso parecem não ter estado até 1845, ao alcance de Forjaz de Sampaio. E aceita, entretanto, as sugestões de nomenclatura que aparecem defendidas na carta silvestrina.

Assim, entre 1840 e 1845, podemos dizer, que apesar de ajustamentos, de maior informação e de sugestões esparsas que colheu, o lente coimbrão criara um corpo de elementos de *estatística* para acompanharem o ensino de Economia Política, na Universidade. Porém, este destino escolar definido, não impediu que, em Espanha, dessem fé dos *Primeiros Elementos da Sciencia da Statistica*.

4. A tradução castelhana

No mesmo ano em que a obra a que nos acabámos de referir sai em Coimbra (1841) (17), são



É muito significativo de um interesse em publicitar conhecimento útil o conjunto de reflexões que, à guisa de prefácio, introduzem a tradução castelhana da obra de Forjaz.

impressos em Madrid, por Inacio Boix, uns *Elementos de la Ciencia de la Estadística, por A. P. F. de Sampaio... traducidos al castellano por Don Vicente Diez Canseco* (18). Será o primeiro compêndio de estatística do país vizinho, esta tradução de Forjaz de Sampaio, como o faz notar Sanchez-Lafuente Fernandez, na sua *Historia de la Estadística como ciencia en España (1800-1900)* (19). O tradutor, Diez Canseco, era um helenista competente, a quem se deve uma versão notável das obras de Hipócrates para castelhano. Mas ao traduzir bem a pequena obra de Forjaz, na edição espanhola com 76 páginas, não se remeteu ao puro exercício de dar em castelhano, o texto português de Sampaio. É muito significativo de um interesse em publicitar conhecimento útil, todo o conjunto de reflexões que, à guisa de prefácio, introduz a obra e que nos parece influenciado pelo que Forjaz entendeu dizer sobre economia política, desde que o conselho da Faculdade o encarregou da leccionação de tal matéria:

«Todos los españoles convienen en la utilidad y en la urgentissima necesidad de una buena *estadística*. El gobierno mismo lucha impotentemente con la falta de los preciosos y indispensables datos que aquella le ofreceria; y casi todas sus disposiciones en materias de administracion son, ó irritantes, ó inobservables; porque, adoleciendo de vicios capitales, llevan en si mismas envuelta la imposibilidad del cumplimiento. En España (mui duro y bochornoso es confesarlo) se ignora por gobernantes y gobernados, desde el numero exacto de población general, hasta el más tenue dato acerca de nuestras fuerzas actuales, de nuestros recursos e de las producciones de nuestro privilegiado suelo, considerada cada provincia aisladamente y con relación à las demás: apenas tenemos idea acerca de la estadística de las otras naciones; cosa indispensable para fomentar y dirigir con acierto el comercio exterior» (20).

e mais à frente:

«Si la carencia de datos estadísticos se hace sentir en el sistema tributario, no es menos sensible su falta en lo respectivo a la industria agrícola, fabril y comercial» (21) (...).

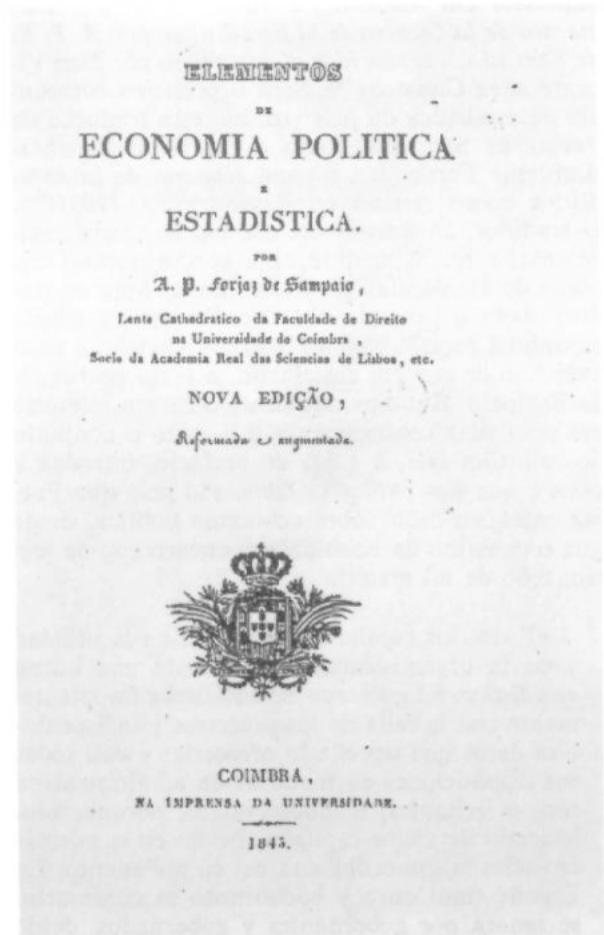
«La ciencia de la estadística es nueva; ignórala el gobierno, y le disculpamos por ello; esto es, ignora de la ciencia lo mucho que han adelantado otros gobiernos que han tenido ocasion y facilidad de cultivar su profundo estudio y practicarla» (22).

É mais demorada a objurgatória de Don Diez Canseco, que adverte que muito possivelmente, em Portugal, nos anos próximos, só se empregariam em determinadas repartições, os que tivessem estudado e obtido aproveitamento, quer em Economia Política, quer em Estatística. Ora, tal exemplo, deveria, também, ser seguido na vizinha Espanha (23).

Recentemente, a tradução castelhana da obra a que nos vimos reportando, foi objecto de uma edição fac-similada, ao cuidado do Instituto Nacional de Estadística, de Espanha. A edição é acompanhada de uma pequena publicação anexa, um *Comentário* (com uma *Apostila*). E, no *Comentário*, diz-se que Forjaz de Sampaio segue Achenwall (1719-1772), considerado o criador da ciência estatística, que a define como «ciência dos Estados», conxionando, *solo, povo e governo*. Importa ver, no entanto, que, se o professor português sublinha que — Achenwall «professor de história na universidade de Goetinga, em 1743 criou o nome e a ciência de estatística» e que «em seguimento das lições de história explicava a seus alunos a situação dos Estados da Europa, que designava verbalmente com o nome de *statistica*, ciência dos estados: *de statum scientia* fazia *statistica*», (24) —, a presumível consonância de um ponto de partida com o plano de cientificação, de 1748-1749, do autor alemão (25), tem que ser vista à luz de informações mais actualizadas. O que, aliás, se percebe pela simples leitura do rosto da primeira edição dos *Elementos de Sciencia da Statistica* e do contexto em que Achenwall é notado. O autor português

reproduz, em 1841, o que podia aproveitar para uma boa elaboração didáctica e vinha, nomeadamente, no *Bulletin de la Société Française de statistique universelle*, no *Journal des travaux*, da mesma sociedade, na *Révue étrangère et française de législation et d'économie politique*. A obra de fundo que cita, na primeira edição, é *Statistique Elementaire de la France* (Paris, 1805) de Peuchet. Depois, até 1874, Forjaz de Sampaio actualizar-se-á constantemente. Um bom exemplo disso serão as *notas e remissões* que constituem um tomo, de 368 páginas, na última edição dos *Elementos de Economia Política e Estadística*. Entretanto, em 1844, aparece em Espanha um *Tratado Elemental de Estadística*, de José Maria Ibañez⁽²⁶⁾. A boa sistematização e desenvolvimento desta obra não retira, porém, o valor que se contém na do autor português. Como afirmou Isabel Sanchez Casado: «El libro de Sampaio debe ser leído no con sonrisa disculpadora de su romanticismo, sino para saber que si bien es cierto que las técnicas de obtención de productos se van transformando cada día, los pensamientos primarios, los objetivos individuales, no ya en esta ciencia de la estadística sino en casi todas, son, pudiéramos decir, permanentes. Y Sampaio, qua escribió su libro hace quasi ciento cincuenta años, los espuso, ordenadamente en poco más de cincuenta páginas, cincuenta y dos para ser más precisos, en un volumen «in octavo», sin equivocaciones, como base total de su pensamiento. Un pensamiento que conserva plena vigencia»⁽²⁷⁾.

A importância das matérias tratadas, em tão poucas páginas, avaliam-se pelo próprio índice, e situam-se no horizonte de uma crescente desvinculação, da ciência a que se devotava, «das ciências sociais de que a julgaram privativa, graças à sua enganadora etimologia»⁽²⁸⁾, passando, depois, a ser utilizada, de modo intensivo, na biologia, na astronomia, na psicologia, na meteorologia e em muitos aspectos de vida prática. Entretanto, desde o *paradigma Achenwall*, a equivocidade do nome e da utilização primitiva, resolveu-se na univocidade crescente de um método, com o predomínio



do cálculo sobre a enumeração, até ao ponto em que o «cálculo de probabilidades», e depois, a vária tecnologia envolvida «vient donner à la science statistique sa justification théorique et ses méthodes de recherche»⁽²⁹⁾.

Mas, porque algum cepticismo e ironia se podem invocar, às vezes, quando aquela ciência e aquela técnica são mobilizadas para funções em que o *Poder* nem sempre aparece como parte desinteressada, talvez seja bem deixar meia página de Forjaz, da última revisão compendiária dos seus prolon-

gados estudos de economia e estatística:

«A linguagem rigorosa dos números, certos e exactos, manifesta sem disfarce a verdade *nua e crua*. Se o governo que constitui o centro da esfera administrativa, não quer que a verdade se manifeste; se teme a sua descoberta, e sem consequência transmite às autoridades imediatas instruções análogas a seus intuitos, é muito de recear que as estadísticas não sirvam senão de iludir os incautos» (1874)⁽³⁰⁾.

(¹) Cfr. «Diário das Cortes Geraes e Extraordinárias da Nação Portuguesa», n.º 12, (sessão de 10-2-1821), pp. 74-75; *Idem*, n.º 42 (sessão de 24-3-1821), p. 530 (na rubrica *Pareceres*).

(²) Bernardino Joaquim de Silva Carneiro, *Lições de Economia Política publicadas por alguns dos seus discipulos*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1850, Lição 14.ª, § 24, pp. 60-61.

(³) Manuel de Almeida (Visconde da Lapa), *Memória sobre o modo de formar um plano de estatística de Portugal*, in «Memórias Económicas da Academia de Ciências de Lisboa», Lisboa, Imprensa Régia, 1815, t. V, pp. 155-171.

(⁴) Adrião Pereira Forjaz de Sampaio, *Elementos de Economia Política e Estadística*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1845, (3.ª ed.), Prefação, p. II.

(⁵) *Idem*, p. III.

(⁶) José Silvestre Ribeiro, *O programa das preleções da sciencia e legislação de fazenda para o anno lectivo de 1866-1867 na Universidade de Coimbra*, in António dos Santos Pereira Jardim, *Princípios de Finanças segundo as preleções feitas no ano lectivo de 1868-1869*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1904, 6.ª ed. (3.ª póstuma), pp. VI-VII.

(⁷) Sampaio, *Elementos de Economia Política e Estadística*, supracitados, Prefação, pp. III-IV.

(⁸) *Idem*, *Primeiros elementos da sciencia da statistica extraídos principalmente do Jornal dos Trabalhos da Sociedade Francesa de Statistica Universal para auxilio das preleções supplementares do curso de economia politica da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Imprensa de Trovão & Companhia, 1841.

(⁹) *Idem*, Prefação, p. ij.

(¹⁰) *Idem*, *Elementos de Economia Política e Estadística*, supracitados, Prefação, p. VII.

(¹¹) Cfr. Silvestre Pinheiro Ferreira, *Précis d'un Cours d'Économie Politique, suivie d'une Bibliographie choisie de l'Économie Politique par M. de Hoffmanns*, Paris, Edouard Carnot, Libraire-Éditeur, 1840, pp. 7-38.

(¹²) Sampaio, (A. Forjaz), *Algumas lembranças do sr. Silvestre Pinheiro Ferreira*, in «O Instituto», Coimbra, vol. XI, n.º 3, pp. 81-83.

(¹³) Sampaio, *Elementos de Economia Política e Estadística*, supracit., Prefação, p. VIII.

(¹⁴) «Carta de Silvestre Pinheiro Ferreira para Forjaz de Sampaio» (Paris, 20-1-1840), in *Algumas Lembranças*, cit., p. 81, col. 1-2.

(¹⁵) Carta de Silvestre Pinheiro Ferreira para Forjaz de Sampaio (Paris, 16-6-1841), in *Algumas Lembranças*, cit., pp. 82-83.

(¹⁶) Sampaio, *Elementos*, cit., pp. 179-187.

(¹⁷) Veja-se a nota 8.

(¹⁸) Cfr. Isabel Sanchez Casado, «Comentário» anexo à reprodução fac-similada dos *Elementos de Estadística*, feita pelo Instituto Nacional da Estatística, de Espanha (1982), pp. 5-12.

(¹⁹) *Idem*, pp. 5-6.

(²⁰) *Elementos de la Ciencia de Estadística*, Madrid, I. Boix, 1841, «Prologo del Traductor», pp. 5-6.

(²¹) *Idem*, pp. 6-7.

(²²) *Idem*, p. 9.

(²³) *Idem*, p. 11.

(²⁴) Sampaio, *Primeiros Elementos da Sciencia da Statística*, cit., Introd. I, § 2.

(²⁵) Cfr. um artigo, não assinado, sobre Achenwall, in *Dictionnaire de l'Économie Politique contenant l'exposition des principes de la science, publié sous la direction de Ch. Coquelin et Guillaumin*, Paris, Librairie de Guillaumin et C.ie, 1852, T. I, p. 11 (col. 1). Aproveito a oportunidade para transcrever o que vem neste dicionário sobre

Forjaz de Sampaio, aliás, mal grafado: «Farias (sic) de Sampaio, professeur de droit à l'Université de Coimbre. Elementos de Economia Política (Éléments d'Économie Politique), 1845, in, *Idem*, p. 756 (col. 1).

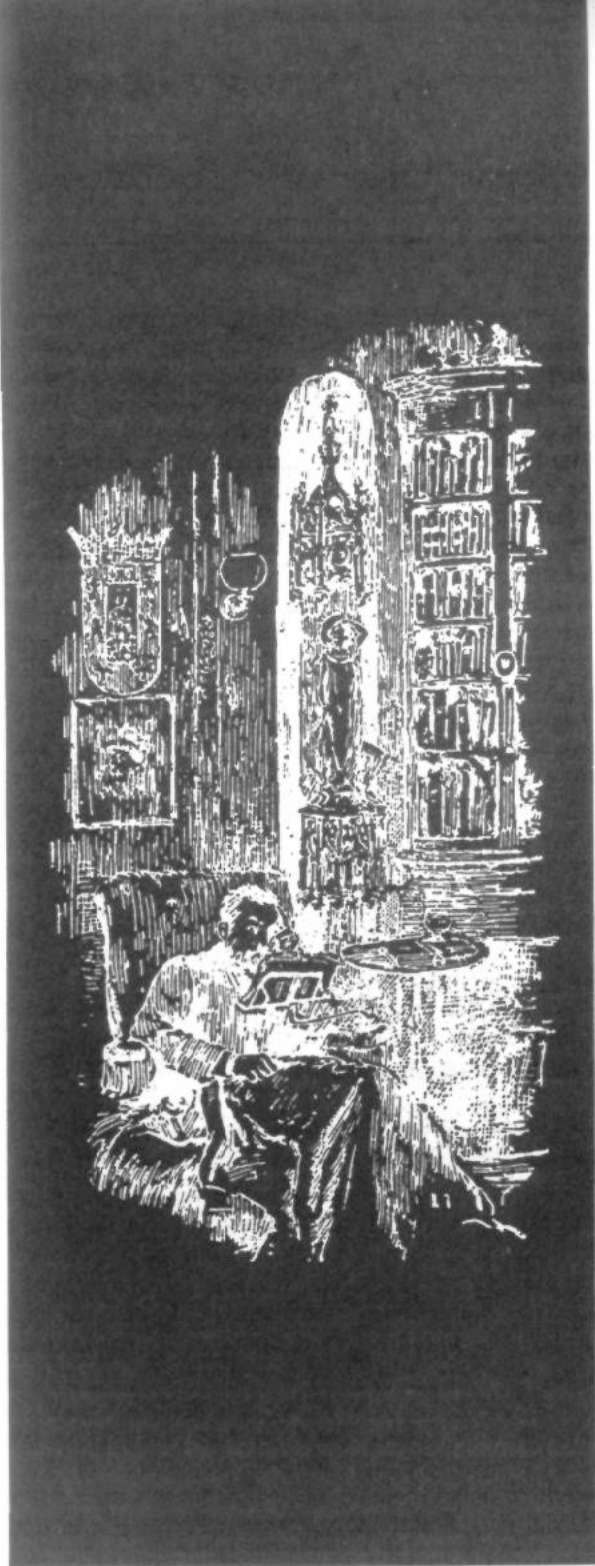
(²⁶) Cfr. *Apostila* anexa à edição fac-similada a que nos referimos, há pouco.

(²⁷) Cfr. Isabel Sanchez Casado, in *Comentário* supra-cit., p. 16.

(²⁸) Marrecas Ferreira, *Do conceito de Estatística*, «Rev. do Comércio» (1-1-1916), cit. por M. B. Amzalak, *A estatística do comércio internacional*, Lisboa, Portugalíia, 1919, p. 1.

(²⁹) André Vessereau, *La statistique*, Paris, P. U. F., 1964, p. 6.

(³⁰) Sampaio, *Elementos de Economia Política e Estatística. Compêndio do curso destas sciencias na Faculdade de Direito da Universidade*, Coimbra, Livraria Portuguesa e Estrangeira, do Editor Manuel d'Almeida Cabral, 1874, T. II, p. 309.



História e filosofia da história em Oliveira Martins

por Pedro Calafate *

Havia no espírito e na constituição intelectual do autor do «Portugal Contemporâneo» uma resistência considerável à cristalização em sistemas, conducente ao ecletismo, na base da qual sempre existiu uma fé inabalável nas ideias.

* Docente na Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa.

Na gravura, Oliveira Martins, num desenho de Rafael Bordalo Pinheiro.

O que mais directamente impressiona na obra deste nosso autor oitocentista, para além das inegáveis capacidades de prosador, é a sua plasticidade às múltiplas correntes de ideias que atravessaram o século.

Oliveira Martins foi um intelectual eclético, atitude que nele traduzia, essencialmente, um espírito de abertura mental. Foi, aliás, essa atitude subjacente à sua actividade intelectual que necessariamente o afastou, desde cedo, de Teófilo Braga, a quem acusava de cair no vício do cientismo e num espírito de sistema, limitador das reais possibilidades e necessidades da actividade do espírito.

Havia, de facto, no espírito e na constituição intelectual de Martins, uma resistência considerável à cristalização em sistemas, conducente ao Eclectismo, na base da qual sempre existiu uma fé inabalável nas ideias.

Em artigo dedicado à análise da *Morte de D. João*, de Guerra Junqueiro, escreve a este respeito: «Há infelizmente um modo de olhar as coisas da sociedade que é o maior obstáculo à rápida conciliação dos interesses e das tradições. Ao encarar os enovelados rolos da sombra densa, por entre a qual entrevemos o agitar aparentemente confuso das ideias, das classes e das pessoas, o primeiro movimento espontâneo do espírito é abraçar-se a uma ideia, a uma classe — e quantos, mal de nós, a um nome —, endeusá-lo, e fulminar tudo quanto de perto ou de longe, mais ou menos completamente parece opor-se-lhe» e, logo de seguida, acrescenta: «Não há no mundo escolhidos nem réprobos, há homens. E a verdadeira e exclusiva missão do homem é compreender-se a si e ao mundo onde existe». (1)

Nas palavras do nosso escritor transparece a atitude do crítico para quem a compreensão do mundo e da vida não se compadecia com a constituição de barreiras intransponíveis ao pensamento mas sim com a busca de tudo quanto pudesse contribuir para esclarecer o complexo novelo da existência.

No entanto, esta curiosidade sempre aberta e inquiridora não caía no vício oposto, qual o da assimilação sem critério, conducente ao sincretismo indecifrável. Pelo contrário, podemos identificar, no seu pensamento, um conjunto de tendências fundamentais que o nortearam. Todavia, importa sublinhar que a sua vasta obra não ficou totalmente isenta de contradições e oscilações entre modelos opostos, não escapando, tão-pouco, a uma desenvolvimento por fases, não absolutamente idênticas e com possibilidade de demarcação. A isso nos referiremos mais adiante.

Nesta conformidade, um dos impulsos fundamentais do seu pensamento, melhor dizendo, uma das motivações a que Martins sempre permaneceu fiel, foi um bem vincado pendor para os problemas morais. Sintomático, também, o facto de o autor se estrear em público com um romance histórico, escrito sob o impulso de Herculano, que em muitos aspectos tomou como mestre: o nosso escritor, autor do *Febus Moniz*, jamais se separaria duma concepção da História entendida como lição moral e como arte e estética, sempre próxima do género literário.

Entre Proudhon e Hegel

Atentemos, primeiro, nas consequências filosóficas da tendência para a Ética em Oliveira Martins.

Com efeito, este espontâneo eticismo, por si revelado, será responsável pela simpatia com que encarou a obra de Proudhon, na linha fundamental que percorreu os escritos deste filósofo francês: a ideia de uma Justiça Universal em nome da qual se tornava inadmissível o domínio de um homem pelo outro ou de uma nação pela outra.

Proudhon e a ideia de Justiça representaram um encontro natural para Oliveira Martins, perfeitamente adaptados às tendências intelectuais que, desde sempre, revelou. A Justiça era, escrevia Martins, depois de explicitar o seu tributo a Proudhon, «/.../ a própria substância da alma humana que

o tempo nos vai gradualmente revelando, pela expansão natural da potência própria. Essa revelação é a razão da nossa existência /.../. (2)

Outra das suas marcantes tendências situar-se-á ao nível de uma profunda sede de harmonia e unidade que o levará a acolher, de bom grado e numa primeira instância, o método dialéctico de Hegel. O filósofo alemão afigurava-se-lhe o «Aristóteles da nova idade filosófica», autor da «filosofia objectiva».

É esta vertente hegeliana que o afastará do Positivismo, distante da Metafísica, ao qual encarou como castrador das possibilidades do espírito. No entanto, a tendência para a cristalização em rígidos sistemas que encontrava na moderna filosofia alemã levava-o, em atitude tipicamente ecléctica, a preferir filtrar o pensamento alemão através do «espírito francês, «/.../ porque assim, repassadas, revificadas essas ideias pelo génio francês, mais plástico, chegam-nos limpas da pureza do dogmatismo escolástico, e duma nebulosidade mística que as revestem na mãe pátria». (3) Assim se exprimia o nosso autor em «Os Poetas da Escola Nova» para, mais à frente, caracterizar esta aconselhável fusão entre a filosofia alemã e o «espírito francês» como a «fusão da Justiça com a filosofia objectiva», magistralmente operada, dizia, por Proudhon. (4)

De «filosofia objectiva» se tratava, de facto, porque, para Oliveira Martins, as verdadeiras realidades eram as ideias, ou melhor, a Ideia e o Espírito, como afirmou no início da sua *História de Portugal*. Nesse sentido, a História mais não era do que uma manifestação do Espírito e, na «Introdução» a *O Helenismo e a Civilização Cristã*, escrita em 1878, acrescentará: «A plena existência dos seres é o princípio da sua criação; e assim a manifestação do Espírito consciente na sua plenitude é o princípio do mundo e a finalidade da história». (5)

História como manifestação do Espírito e, por isso mesmo também, História finalista ou, como lhe chamou oportunamente José Marinho, «concepção teológica ou ontológica da história» que,



É a vertente hegeliana que afastará Oliveira Martins do positivismo, ao qual encarou como castrador das possibilidades do espírito.

acrescenta noutro passo, «/.../ leva o nosso historiador a exigir, para todo o processo histórico, circunscrito ou ilimitado, um princípio e um fim.»⁽⁶⁾

Idealismo e história finalista são as duas vertentes de uma única realidade de pensamento, revestindo-se cada uma delas de consequências fundamentais no modo como se dedicou à produção do conhecimento histórico.

A primeira levou-o a separar dois níveis na História: a história das acções concretas e individuais às quais se dedicou na História de Portugal; por outro lado, a história dos princípios ideais que lhes subjazem, de que se ocupou na *História da Civilização Ibérica*.

A segunda foi, como não será difícil de depreender, responsável pela ilusão finalista inerente à perspectiva através da qual encarou o passado e que lhe permitirá, na *Teoria do Socialismo*, defender, como tese fundamental, que «A teoria do Socialismo é a Evolução. Evolução quer dizer movimento natural e fatal executado segundo uma lei do universo.»⁽⁷⁾

Sublinha-se, portanto, a existência, em Martins, de um ponto privilegiado de convergência do movimento histórico das sociedades humanas, de fundamental importância para a sua epistemologia da História, pois se traduz na constituição de um paradigma evolucionista com a consequente predestinação do movimento. Como mais tarde voltaria a referir em *Instituições Primitivas*, «/.../ de revoluções em revoluções, as sociedades, agitadas pelas concepções do espírito individual, encaminham-se tumultuariamente para o último estado a que tanto se pode chamar positivo como crítico ou científico.»⁽⁸⁾

Mas as palavras de Martins levar-nos-iam ao engano se nelas encontrássemos uma adesão incondicional ao cientismo de cariz positivista. Como dele escreveu José Marinho, Oliveira Martins foi um espírito «/.../ oscilante entre o positivismo, sua crítica, retrocessos ao iluminismo e sinais de algo mais profundo e mais sério que aos grandes românticos fora dado preanunciar.»⁽⁹⁾

De facto, foi esta última dimensão de que nos falou José Marinho que, sobretudo a partir de 1878 e nomeadamente no seu artigo sobre «As Eleições»,⁽¹⁰⁾ o conduziu ao encontro da filosofia de Edouard Hartmann.

Hartmann publicara a sua *Filosofia do Inconsciente* em 1869 e a obra, banhada de êxito, cedo conheceria sete edições e a respectiva tradução francesa em 1877, prefaciada por D. Nolem. O filósofo alemão assentava toda a sua teoria na tese de um Inconsciente criador do mundo, anterior ao espaço e ao tempo, um Todo-Uno que possuía todos os atributos da inteligência divina como a onisciência, onipresença e a ubiquidade, excepto a consciência.

O Inconsciente seria assim a alma do mundo e a dimensão do absoluto, o próprio Deus criador, do qual saíam a multiplicidade dos indivíduos e dos caracteres de acordo com leis determinadas. Havia, deste modo, um determinismo causalista que o levou, inclusive, a aceitar a teoria da selecção natural de Darwin.

No entanto, a consciência, ausente do acto criador inicial, apenas posteriormente se constitui através da oposição de funções do Inconsciente. Diz, com efeito, D. Nolem: «Ora, como todos os indivíduos orgânicos são funções, são forças deste género, a mútua oposição destas forças faz emergir, por todo o lado, a consciência.»⁽¹¹⁾

Portanto, a um estado de vontade cega sucede-se, mediante uma evolução definida pelo fogo de oposições e contrastes das funções do Inconsciente, uma progressiva erupção da consciência, elevando-se sobre o meramente instintivo e irracional.

A partir daqui, a ideia de uma tomada de consciência torna-se fundamental em Martins, passando ela própria a determinar o início da História: a evolução das sociedades humanas conhece uma primeira fase, caracterizada pelo predomínio dos actos naturais e espontâneos provenientes do instinto e correspondendo a um período de indeterminação fundamental; segue-se-lhe uma fase de ultrapassagem do instinto e de determinação ope-

rada pela consciência. Assim, os dois grandes ciclos da evolução humana, em Martins, eram caracterizados por uma primeira fase de «inconsciente» e por uma segunda de «consciente»: «O primeiro caracteriza-se pela luta, o segundo pela concórdia; no primeiro, os homens, às cegas, encontram em tudo matéria para ardentes decisões, violentos combates, reptos insensatos do que julgam as ordens do seu espírito livre; no segundo, /.../ percebem a necessidade das coisas e o lugar adequado a cada uma delas na série ininterrompida da História». (12)

Assim se exprimia Oliveira Martins na década de setenta. No entanto, após o malogro das suas experiências políticas e da sua passagem pelo governo em que, respondendo a uma sede de acção, procurara concretizar as ideias que o animaram, entra numa fase decididamente pessimista e de descrença na possibilidade de realização da Justiça e da Igualdade na sociedade dos homens.

O mundo surge-lhe, sobretudo a partir de 1886, como um irremediável espectáculo de injustiças e contradições insofismáveis. Martins não fala mais na vitória final da Justiça de Proudhon ou na da Ideia de Hegel, mas sim numa permanente vontade de esquecer a realidade concreta dos factos: a paz, a harmonia e a justiça habitavam decididamente dentro de nós em total dessincronia com a realidade observável e o mundo parecia-lhe, então, um paradoxo inultrapassável. Não mais se nota em Martins a crença inabalável no progresso e na acção pela orientação firme e esclarecedora das ideias sublimes, mas, pelo contrário, um ideal de recolhimento, um esquecimento, um voltar-se para si próprio numa misantropia desiludida.

A própria leitura que fez de Hartmann em «As Eleições» ou na «Introdução» a *O Helenismo* se modificou, passando a privilegiar não já a vitória da consciência mas o predomínio do inconsciente irracional aliado ao pessimismo de Schopenhauer que o levou a encontrar apenas na Arte uma vaga e momentânea possibilidade de conforto pela fuga à realidade observável que lhe permitia, ancorando-o ao refúgio da imaginação.

Aí, na fase pessimista, Martins emparelhava com o seu íntimo amigo Antero que, desde meados da década de setenta se deixara tomar, igualmente, pela «filosofia do inconsciente» de Hartmann, mas dela retirando os enunciados pessimistas que magistralmente exprimiu na poesia *Os Vencidos* e no soneto *O Inconsciente*. (13)

Quanto a Oliveira Martins, deixou-nos um impressionante e expressivo documento da sua descrença quando, em 1888, afirmava: «As ilusões foram-se todas. Ditoso tempo em que os filósofos acreditavam na Ideia de Hegel e nas suas sucessivas revelações. A Ideia falhou. Ditoso o tempo em que os juristas acreditavam no dogma da liberdade e no advento da terra prometida aos povos. A Liberdade falhou». (14)

As fases de Oliveira Martins são o exemplo perfeito de um intelectual em mutação constante, que não repousa na crença simplista da estabilidade das coisas e sofre o drama do choque e cruzamento de tendências que a sua sensibilidade recolhe; ele que também sempre encarara a História como um «teatro dramático».

Sociedade, Evolução, História e Metafísica.

Em 1884, escreveu Antero que desde a sua célebre fórmula apresentada na *Teoria do Socialismo*, segundo a qual «A teoria do Socialismo é a Evolução», Oliveira Martins nada mais teria feito do que aprofundar e desenvolver as consequências dessa ideia através de sólidos estudos económicos, políticos e históricos. (15)

É esse desenvolvimento que a partir de agora nos interessa considerar, definindo as premissas fundamentais do modo como este autor encarou o conhecimento histórico.

Em resultado da sua adesão inicial ao Hegelianismo, embora matizado, como vimos, pelo «espírito francês», sobretudo por Proudhon, a História é, para Oliveira Martins, uma «revelação» progressiva de um algo que, como tal, define uma «evolução». Revelação daquilo que constitui a ver-

dadeira realidade, ou como ele próprio tantas vezes o disse, por exemplo na reedição de *Os Lusíadas e a Renascença em Portugal*, a verdade não era «o aspecto material das cousas, mas sim a substância dessas mesmas cousas — aquilo a que se chama o Ideal». (16) A História surgia-lhe, então, como revelação do Espírito e as verdadeiras realidades eram as ideias: «A razão absoluta é com efeito revelada, e transmitida de geração em geração por uma tradição ininterrompida; reúne assim todas as garantias de certeza. Anterior a todo o direito e jamais desmentida em código algum, expressão da relação social e jurídica entre os homens, tem na História uma revelação incessante /.../». (17)

Esta revelação constitui a «lei fatal da evolução», mediante a qual o indivíduo se vai gradualmente afirmando um ser moral e livre e, como tal, essa lei, considerada como universal e exacta, encontra-se no Espírito porque, «Uma coisa só existe realmente quando se afirma pela sua liberdade». (18)

O papel atribuído ao Ideal como verdadeira realidade, é de capital importância ao nível do seu pensamento social e histórico e exprime um dos traços mais marcantes da sua configuração intelectual, na fase que precedeu o período de desilusão e descrença, a saber: a de uma enraizada fé no poder e sublimidade das ideias e, também, um optimismo reformista que, por essa via, permitiria a regeneração do país.

Assim, quando, em 1870, em «Os 50 anos da Monarquia Constitucional», se referia às atribulações da nossa história política mais recente, disse: «1820 é uma ideia; 1834, uma ideia e um interesse; e hoje é o interesse somente.

À proporção que avançamos vemos o desaparecer da ideia e o avolumar da pessoa. Por isso os homens se amesquinham. Só as ideias podem agigantá-los. Este crescer da pessoa à custa da ideia retrata-se pelas mesmas datas». (19)

Também no seu importante estudo sobre «As Eleições», escrito em 1878, Oliveira Martins

voltava a repetir o mesmo tipo de considerações: «Se, portanto, no ordinário modo de ser das sociedades contemporâneas houvesse um sentimento de tal modo elevado que fosse comum a todos os homens e apagasse as diferenças de interesses que os dividem entre si e os isolam; — se uma ideia religiosa ou cívica dominasse por tal forma os indivíduos que perante essa causa maior eles esquecessem todos os motivos de ordem secundária que usualmente presidem às decisões dos homens, e lhes determinam os actos da vontade; — poderia com razão supor-se que a soma dos votos individuais exprimisse o pensamento ou a opinião colectiva. Apagadas todas as diferenças perante a dedicação religiosa ou cívica, os votos traduziriam, na sua pureza, o verdadeiro querer do povo». (20)

Ora, não havendo essa unidade ideal (perspectiva romântica que assenta na existência de uma *alma nacional* de fundamentação metafísica), esse sentimento vivo que arrebatesse o entusiasmo colectivo, a soma dos votos não poderia nunca traduzir a voz colectiva porque «não podem somar-se quantidades heterogéneas».

Se eram estas as repercussões da realidade e sublimidade do Ideal, ao nível do seu pensamento sociológico e político, no tocante ao seu pensamento acerca da História, as consequências não poderiam ser muito diversas. Assim, na «Advertência» com que abre a *História de Portugal*, escreve: «Toda a boa filosofia nos diz que o homem real é a imagem rude de um homem ideal, que essa imagem vive no mundo inconsciente, e que todas as acções dos homens, maculadas de defeitos e vícios, obedecem a um sistema de leis idealmente sublimes». (21)

No mesmo ano em que saiu à luz a *História de Portugal*, publicou também, Oliveira Martins, a *História da Civilização Ibérica* (1879) e se na primeira destas duas obras se entregou à narração e descrição dos vícios dos homens, desligados do suporte de leis ideais que os animaram, já na segunda o critério é diferente: a obra, diz, «/.../ respira um entusiasmo optimista que, ao primeiro exame, pareceria contraditório com o pessimismo

e mesquinho carácter que as acções dos homens apresentam»,⁽²²⁾ quando consideradas enquanto actos meramente individuais.

No primeiro caso, a História transforma-se num tribunal e numa escola de educação moral, pela reprovação que os vícios e paixões nos merecem. Já no segundo caso, ela deverá constituir-se num exercício de «compreensão» atinente ao «espírito» de cada época. É a existência destes dois critérios distintos que nos vai permitir falar da existência simultânea de uma perspectiva verdadeiramente «crítica», ao lado de uma *história pragmática e valorativa*.

No entanto, se a História, no seu conjunto é, então, esta «revelação» de uma realidade ideal substancial, tal «revelação» constitui-se num *processo*, num movimento, define uma lei geral, quer dizer, uma evolução, mediante a qual o indivíduo se vai gradualmente afirmando um ser moral e livre — e aqui temos um dos motivos primaciais que o levou a simpatizar com Hegel, porquanto o sistema do filósofo alemão lhe conferia sólidas bases para teorizar o movimento das sociedades e da História.

A partir daqui, a sua preocupação será a de, ao definir o conceito de evolução, separar-se da exclusividade do enfoque mecanicista que de modo algum se coadunava com as necessidades especulativas de Martins.

Como defendeu em *Elementos de Antropologia*, a ciência natural confirma e impõe a tese da evolução, mas o homem não é tão-só e apenas um ser natural, é também um ser moral que se afirma pela sua liberdade e, como tal, é pela manifestação do seu espírito consciente que também se impõe. Daqui a necessidade de algo mais na consideração da ideia de evolução. É o que nos diz José Marinho em «Sentido da Vida e Origem do Homem em Oliveira Martins»: «Devemos acentuar o mérito, raro no seu tempo, e não só entre nós, de pretender libertar a tão séria e tão funda concepção evolucionista de uma exclusiva missão mecanicista do universo». ⁽²³⁾

A concepção de evolução de Martins é, continua José Marinho, de natureza *dinamista*: «Não na matéria extensa, mas na força, termo a entender em sentido ao mesmo tempo fundo e múltiplice, está o segredo da vida, está o segredo da origem do homem». ⁽²⁴⁾

Este conceito de força não se esgota, naturalmente, numa exclusiva dimensão física ou físico-química, não tem, portanto, um sentido restrito, mas sim um amplo sentido, permitindo encará-la como virtualidade de ser que excede e antecede o mundo físico.

Então, como lei fatal que é, a Evolução não encerra os indivíduos nos limites de um arrojado determinismo: levanta-se pois o problema da Liberdade.

Este é um dos pontos em que Martins se afasta relativamente de Hegel, acusando-o de «torcer a História a seu modo». De facto, em 1882, numa crítica aos *Ensaios de Filosofia da História* do então jovem Silva Cordeiro, diz: «Também Hegel torcerá a História a seu modo para mostrar como realidade constantemente predestinada essa marcha progressiva que, todavia, é de facto não só intermitente como irregular, dando-se aqui, negando-se além, pondo paralisações e degenerações ao lado de desenvolvimentos expansivos». ⁽²⁵⁾

Adiante compreenderemos melhor o significado exacto desta crítica de Martins à concepção hegeliana. Vejamos por agora o modo como encara os problemas do determinismo, da evolução e da liberdade, enunciados de forma bastante clara na «Introdução» a *O Helenismo*.

Como já tivemos oportunidade de constatar, essa evolução é tributária de um determinismo de tipo claramente filosófico: «/.../ a história acaba no dia em que o homem obtiver a soma de espírito consciente de que é capaz, esse dia só pode chegar quando a unificação de todas as raças e a civilização de todos os povos estiverem consumadas». ⁽²⁶⁾

Por aqui se pode constatar a estreita ligação entre História e Filosofia da História no pensamento de Oliveira Martins. No entanto, o pro-

blema que aqui importa esclarecer, por agora, é este: havendo leis em História e estando esta subordinada a um finalismo de tipo filosófico, qual é o espaço para o livre-arbítrio, ou melhor, para o poder de disposição individual e de grupo?

Antes de mais, importa fazer uma distinção importante e clarificar melhor os conceitos: as leis que presidem ao Espírito não são propriamente as mesmas que presidem aos fenómenos que a História narra e descreve. Para que essa identificação fosse possível, para que de uma mesma coisa se tratasse, seria mister que o indivíduo fosse capaz de manifestar o Espírito na sua pureza ideal: «Um tal homem teria sido Deus e não poderia haver mais de um homem assim». (27)

Verifica-se, portanto, uma diferença entre Lógica e História, entendida esta como o «teatro onde o Espírito se revela». Essa diferença é a mesma que distingue o «homem ideal» da sua «imagem rude» que age concreta e individualmente no plano da História.

Atendendo a essa definição, Martins especifica o que entende por leis em História: «No momento, porém, em que aplicando à história os processos científicos, a observação e o método, e abandonando as abstracções, que só noutra esfera têm lugar, procurarmos indagar se existe ou não um sistema de leis invariáveis e constantes, seja qual for a soma de circunstâncias fortuitas que dêem individualidade própria a cada exemplo, teremos de reconhecer a existência de tais leis com o carácter indispensável de necessidade e constância». (28)

Uma coisa é, portanto, a ordem dos fenómenos, outra, aquilo a que chama as «abstracções que só noutra esfera têm lugar» e essa é a esfera da Metafísica, indispensável para a plena compreensão da História e na qual se inscreve, como veremos, a sua noção de Progresso.

Colocado o problema nestes termos, poderemos compreender as suas palavras: «/.../ a história não é meramente a dedução lógica das fases normais do Espírito; mas sim o teatro onde ele, recebendo a influência do temperamento individual, dos caracteres de raça, das condições geográficas

e climatológicas, da tradição e de todas as causas exteriores que o obrigam a manifestar-se por diversos modos no tempo e no lugar; o teatro, dizemos, onde o Espírito mais superiormente se revela. Esta superioridade e nenhuma outra diferença, distingue a história das ciências que se lhe seguem na categoria inferior». (29)

Existem, pois, causas internas e externas que impedem a História de se constituir, ao nível fenomenal, numa manifestação monolítica das fases do Espírito. As primeiras, as causas internas, têm a ver com a constituição das raças, ideia romântica, entendidas como «subcategorias de capacidade étnica», através das quais, na esteira dos grandes românticos da primeira metade do século, negava a unidade da espécie humana. As segundas, não se bastando a si próprias, como pensava Montesquieu, mas combinadas com aquelas, são a origem de tantas diversidades e tantos acontecimentos fortuitos que se verificam no «teatro» histórico.

Esta ideia de diversidade e de fortuito constitui-se, só por si, numa nota de afastamento perante a rigidez e inflexibilidade determinista que Martins não podia aceitar: existe um espaço importante na História para a manifestação das diferenças individuais e ráticas, assim como para a interferência de circunstâncias externas, geográficas, climatológicas e de outra ordem.

Esta é uma das dimensões do problema. A outra é a que faz emergir a Liberdade da Fatalidade, introduzindo o factor Consciência: «As leis do Universo são fatais e inacessíveis à liberdade; o ponto mais elevado da acção do homem é mover-se dentro da fatalidade, de acordo com ela, consciente de quem é e como é, e como que obrigando-a assim a patentear as suas feições misteriosas». (30)

E assim chegamos ao termo da resposta, quando na já citada «Introdução» a *O Helenismo* escreve: «A influência da consciência livre, actuando individualmente sobre o espírito colectivo ou reagindo contra as fatalidades naturais, é o exemplo que se oferece mais proeminentemente para justificar a constância do fortuito ao lado do necessário na história. Nem é absolutamente verdadeira a teoria

que considera esses homens, cuja influência decide dos destinos de uma nação, como uma espontânea e natural emanção das condições da sua época, porque amiúde encontramos exemplos do contrário; nem tão-pouco o é a teoria oposta que vê nos grandes homens individualidades inteiramente livres e independentes que actuam subjectivamente na sociedade. Se nós observarmos as feições e a história dos grandes conquistadores e estadistas, encontramos em todos a personalidade enérgica imprimindo o cunho próprio ao movimento que as condições evolutivas da história lhes mandam consumir, e que eles efectuam, tornando-se como que na encarnação da ideia colectiva. Mas se de outro lado estudarmos a fisionomia e história dos grandes inovadores e revolucionários, aí veremos predominar o espírito subjectivo e aparecer a luta, pelo encontro da série em que ele se envolve, com a série cujos termos a sociedade vai percorrendo». (31)

Portanto, os indivíduos não são tão-só um produto de factores objectivos exteriores, nem tão-pouco seres que agem fora de quaisquer condições de necessidade, seguindo os seus impulsos subjectivos. O que se verifica, especialmente nos heróis, ou se preferirmos, nos grandes homens, é uma intensa luta entre a sua energia excepcional e o sistema do «organismo social», orientado por leis necessárias.

A História transforma-se assim numa «luta» e daqui lhe advém o seu carácter profundamente dramático e teatral: os grandes homens a que se referia aproximam-se dos heróis da tragédia grega, lutando desesperadamente contra um destino imposto, tentando arrostá-lo de frente, contra todas as vicissitudes. Por seu turno, como próxima do género teatral e literário, a tarefa do historiador é correlata da do artista e do literato. Daí também o modo como privilegiou a narrativa, voltada para a imaginação e para o sentimento, procurando uma ressurreição, quase sempre minuciosa, do passado, cujos mestres eram, em França, Michelet e Renan.

Noutra perspectiva, concluímos que é esta energia individual, esta capacidade subjectiva de inter-

venção, que destrói a previsibilidade pura e simples, introduzindo o fortuito como dimensão fundamental.

O fortuito, ou melhor, o acaso, definia-o o autor, recebendo profunda influência de Cournot, como o encontro de duas séries independentes. No caso acima apontado, vimos o modo como se cruzavam a «série em que o espírito subjectivo se envolve» com a «série cujos termos a sociedade vai percorrendo». No entanto, o encontro destas séries independentes alarga-se, no teatro histórico, a muitos outros domínios: a bala que mata um chefe numa batalha decidindo o desfecho da luta, a tempestade ou o terramoto que subitamente acontecem...

É este «elemento cego da realidade» que, em última análise, implica uma oposição fundamental entre Lógica e História, entre o ser e o dever-ser, entre a norma e o facto. É o acaso que obriga o teatro da História a divergir da norma.

Daí a aparência de um suceder catastrófico e desconexo, de paralisações e regressões ao lado de movimentos expansivos. Não nos enganemos porém: «A vida total exprime a soma e a sucessão das vidas individuais, e o caos aparente é a ordem imanente». (32)

A relação que o autor aqui nos apresenta transforma-se na chave de explicação do seu conceito de Progresso assim como da dimensão das profundas relações entre a História e a Filosofia da História. No entanto, para melhor esclarecimento da questão, torna-se necessário compreender qual o conceito de sociedade inerente ao pensamento de Martins.

Vimos já, em diversas passagens, que utiliza com frequência a expressão «organismo social».

As sociedades eram, de facto, para o nosso autor, totalidades orgânicas, simultaneamente racionais e naturais e, como todos os organismos, elas estavam sujeitas a um processo de nascimento, maturidade e queda. Apesar de seres colectivos, o desenvolvimento das sociedades era, neste domínio, análogo ao dos seres individuais.



Os organismos sociais estavam sujeitos à acção de condições «estáticas» e «dinâmicas», ideia que em Oliveira Martins deixa transparecer a nítida influência de Comte e da sua Sociologia.

Por seu turno, os organismos sociais estavam sujeitos à acção de condições «estáticas» e «dinâmicas», deixando transparecer a nítida influência de Comte e da sua Sociologia. De facto, num estudo que intitulou de «Teoria da História Universal», escrito em 1884, refere-se, com detalhe, a esses dois momentos, apontando como definidoras das condições «estáticas», «/.../ a capacidade constitucional da raça e a propriedade do lugar escolhido para o seu estabelecimento»,⁽³³⁾ ou seja, a inseparável relação entre as condições exteriores do meio e a ideia romântica de um «génio íntimo» de cada raça particular.

No tocante às condições dinâmicas, Oliveira Martins fá-las entrar na já referida categoria de «acaso», quer dizer, para além daqueles dois elementos definidores da «estática social», existiria um terceiro e fortuito «/.../ que é a soma indeterminável dos acidentes origens e regressões, das quedas, das paralisações de desenvolvimento /.../. É isso que usualmente se diz História: é o dinamismo dos corpos sociais para o qual a observação não chega a fornecer-nos regras e leis invariáveis e que, portanto, chamamos fortuito — em oposição ao organismo particular de cada um desses corpos sociais, cujas leis de desenvolvimento nos são suficientemente conhecidas». ⁽³⁴⁾

Assim, a separação e a diferença existente entre os critérios subjacentes à elaboração da *História de Portugal* e da *História da Civilização Ibérica* corresponde também a essa divisão: esta, traduz o nível das «condições estáticas», onde o estabelecimento de leis se torna possível; aquela, às condições fortuitas do dinamismo social.

Este modelo orgânico participa do ambiente naturalista do século XIX, o qual se estendera à reflexão sobre a sociedade, com projecção na Literatura, na Filosofia e na História. Tratava-se de um paradigma em rápida expansão e generalização desde os estudos de Claude Bernard e Geofroy Saint-Hilaire, no domínio da Fisiologia, e de Lombroso e Nordeau, no campo da Psicopatologia.

Nesta conformidade, tanto na arte, como na filosofia social, se advogava a superioridade do mé-

todo fisiológico na anatomia rigorosa dos factos e na perscrutação do modo de funcionamento dos «organismos sociais».

Por seu turno, o modelo orgânico revestia-se de outra consequência epistemológica não menos importante, pois permitia encarar o desenvolvimento e o funcionamento da sociedade em termos *immanentistas* e em termos de *totalidade*. Deste modo se ultrapassava o atomismo social do século XVIII, subalternizando o *indivíduo* enquanto categoria e privilegiando a *relação* dinâmica. Para além do mais, a expressão máxima desta totalidade, consubstanciava-se na ideia de *Humanidade*, que a partir de então se impôs com uma força quase religiosa.

De qualquer forma, foi este modelo orgânico que permitiu introduzir metodologias de análise idênticas às utilizadas pelas disciplinas científicas.

A decadência e o progresso

Em articulação com esta inspiração na Biologia encontramos ainda o conceito de Decadência. Com efeito, em Martins, a decadência surge-nos como um facto natural e como uma lei intrínseca dos «organismos sociais».

Na *História da Civilização Ibérica* escreve, acerca da nossa pretendida decadência dos finais do século XVI: «Caímos, passámos, porque é da natureza de todas as coisas vivas — e uma sociedade é um organismo — nascer, crescer e morrer.» E, mais à frente, termina: «nascemos, crescemos e morremos de um modo natural». (35)

Daqui deriva a ideia de ciclo em Martins, ideia que é quase tão velha como a própria História. Encontramo-la, por exemplo, em Políbio que a utilizou com o intuito de conferir um sentido à «história universal». Reaparece no Ocidente medieval cristão com o nosso bracarense Paulo Orósio, na *História Contra os Pagãos*, na qual as catástrofes da história se sucediam de uma maneira cíclica. De novo a encontraremos em João de Barros, nosso humanista de Quinhentos, quando,

no «Prólogo» da *Década* III, se refere explicitamente ao curso circular dos acontecimentos históricos. Mas é com o autor da *Ciência Nova*, J. B. Vico, que a ideia assume a sua maior projecção nos tempos modernos: mediante a teoria do «corso» e do «ricorso», Vico tornava natural e inevitável, a sucessão, em cada época, de períodos de apogeu e decadência.

Foi precisamente esta ideia que se repercutiu em Oliveira Martins, e aqui retomamos o ponto em que havíamos ficado.

De facto, havendo decadências periódicas e naturais, o Progresso, ao nível aparente do acontecer histórico, não segue uma linha sempre igual em ritmo e direcção: «/.../ é absolutamente errada a ideia de um progredir constante, igual, sem acidentes nem catástrofes, /.../ surgem muitas vezes, como terramotos, as revoluções, as invasões de inimigos, determinando, agora, saltos rápidos, sublevações, diríamos no progredir, outras vezes, quedas, digamos, submersões parciais ou totais, o deffinamento e a morte». (36)

No entanto, como já dissemos, em Martins, esta desordem aparente esconde uma ordem imanente. Nem poderíamos esperar que os sucessivos apogeus e declínios traduzissem como que o martírio de Sísifo. É o que nos diz, por exemplo, em *Raças Humanas e Civilização Primitiva*: «/.../ mal de nós, se do conjunto de impressões produzidas por este livro, não ficar no leitor a ideia de que os homens têm em si, mas numa quantidade que é diferente com as raças, a virtualidade de um progresso constante e sempre igual na sua essência, embora se manifeste por modos infinitamente variáveis». (37)

Somos, assim, de novo, confrontados com os dois níveis da História: por detrás da oscilação por vezes tumultuosa do acontecer, situa-se outra zona, mais profunda e estável, a das essências, que nos abre as portas à Metafísica. Logo, uma coisa é o progresso ideal, outra, o movimento oscilante nas esferas do concreto existir dos homens em sociedade. Esta evolução virtual a que se refere em *Raças Humanas* constitui-se naquilo a que chama

«um destino imanente» que, apesar da tortuosidade das linhas mediante as quais se manifesta, «/.../ segue como os rios direito ao mar /.../ sempre dirigido a um fim predestinado». (38)

É, então, a propósito deste finalismo que Oliveira Martins situa a necessidade da Filosofia na História, melhor dizendo, da Filosofia da História: «/.../ a ideia científica da história acaba onde começa o pensamento da sua finalidade» e noutra passo: «Há pois leis históricas, e por isso a história é uma ciência tão verdadeira como qualquer outra. Essas leis não contêm, porém, nem podem contra a causa final da história /.../ o conteúdo não pode exceder o continente; a ciência não pode compreender a filosofia /.../». (39)

Qual é então esse fim da História enquanto movimento? Qual é o destino predestinado dessa evolução que é virtualidade de ser? Oliveira Martins responde na «Introdução» a *O Helenismo*, revelando uma profunda inspiração hegeliana e hartmaniana: «/.../ a ciência histórica positiva acabará no momento em que a revelação do espírito consciente for suficiente para se impor na sua liberdade, e não só como pensamento senão como acção positiva, aos elementos naturais inconscientes». (40)

Em outro estudo de não menor importância e já por nós aqui citado, em que se refere ao pensamento de Silva Cordeiro, Oliveira Martins coloca o problema em equação de uma forma ainda mais clara, remetendo-nos para a necessária relação entre a ordem do *ser* e a do *dever-ser*: «Por muito que se conceda ao espírito crítico e objectivo /.../ é necessário não irmos ao ponto de matarmos em nós mesmos a mola íntima da nossa consciência. Se, à força de querermos entrar na natureza das coisas nos esquecermos de nós mesmos, das nossas crenças, da nossa fé, e ainda das nossas próprias paixões, sucede-nos truncarmos essa natureza de que também fazemos parte /.../. Assim, quando os sensualistas de hoje se fatigam meritoriamente a investigar como as coisas são, nós devemos juntar às conclusões objectivas estoutra — o como devem ser». (41)

Esse «dever-ser», em Oliveira Martins, identifica-se com um progresso que tem por objecto a liberdade absoluta do espírito: «Essa é a filosofia que encerra em si o conjunto de factos incoerentes, contraditórios, progressivos, regressivos da história dos diferentes povos». (42)

Outra das dimensões deste problema é a que nos remete para a aporia do UNO e do MÚLTIPLO cuja resolução participa necessariamente dessa articulação entre «caos aparente» e «ordem imanente».

De facto, a sucessão dos actos individuais tal como o catastrófico transcurso dos fenómenos sociais não revelam, a um nível que não o meramente aparente, um amontoado de incoerências. Martins sentia a necessidade filosófica e também estética de «/.../ reconhecer na vida uma unidade de acção, e nos actos, ainda os menos pensados, a obediência a um impulso constante de ideias permanentes». (43)

Se com estas palavras Oliveira Martins se referia à sua própria experiência intelectual, enquanto indivíduo, assim deveria suceder também na história das nações, como na da Humanidade. Por esta via postulava o autor o problema da identidade nacional, não infirmada pelo decorrer dos ciclos de apogeu e decadência do país, no decurso da sua sobrevivência histórica. Obedecendo ao impulso do Romantismo, ele reconhecia nas nações uma *alma nacional*, de elaboração lenta, penosa e obscura, a qual traduz a síntese da energia colectiva, momento culminante em que todas as forças do organismo colectivo se resolviam num equilíbrio estável e desde então substante, quer dizer: fundamental e fundamentante.

Em determinados momentos da existência histórica das nações essa «alma» *encarna* como «ideia» em certos homens privilegiados que assim se transformam em símbolos da nacionalidade latente em cada indivíduo. De entre esses, disse-o na *História de Portugal* e na reedição de *Os Lusíadas e a Renascença em Portugal*, eram os poetas épicos «cuja voz é colectiva e não meramente individual» aqueles que melhor capacitados se encontravam

para encarnar a «vis íntima» de cada povo ou nação.

Aquí afloram o problema do método, pois era através da Arte, «irmã da Metafísica», e por uma via essencialmente intuitiva, que ao homem era dada a apreensão das zonas mais profundas do ser: «A arte não procede segundo a razão, analisando e abstraíndo, vai aos saltos, guiada por iluminações súbitas, obedecendo ao génio que a inspira e lhe patenteia francos os horizontes da verdade». (44)

Também por isso Oliveira Martins privilegiou uma concepção da História enquanto arte. Nos seus escritos transparece uma profunda intuição poética na base da qual se encontra a consideração da realidade aparente como uma sombra ou símbolo de uma outra realidade verdadeira que é pura harmonia. Como muito bem apontou António José Saraiva: «O artista é historiador porque para ele as coisas transitam, decorrem, sucedem-se, e a realidade é um trânsito. O historiador é artista porque para ele os factos em trânsito são símbolo de harmonia permanente». (45)

Mas os processos meramente racionais não eram negados, mantinham-se em complementaridade com aqueles: eram níveis diferentes pelos quais se exercia de modo também diverso, mas complementar, a actividade do pensamento. De um lado, o império seguro da razão, científico, positivo, claro e nítido; para lá dele, o reino do indefinido, do vago, do crepuscular, «onde toda a verdade é sentimental», reino que se alarga e dilata «à medida que o robustecimento da nossa razão e a quantidade dos nossos conhecimentos cresce». (46)

Martins recuperava, deste modo, a problemática do *sentimento*, mediante a qual Rousseau começara a reagir contra a considerada frieza do racionalismo iluminista, mas como autor que oscilou entre vários e diversos pólos, sublinhou José Marinho que, para ele, a história positivista ou a história materialista dialéctica, não eram propriamente a História, mas processos de investigação histórica.

De qualquer forma, são as suas considerações acerca da «alma nacional» que mais uma vez nos permitem esclarecer a dimensão das relações entre a Ciência e a Filosofia: «A verdade de considerações desta ordem não é susceptível de prova; mas o espírito carece de perscrutar os enigmas e decifrá-los com a imaginação quando a ciência lhe não dá resposta suficiente». (47)

Por último, se era a «alma nacional» que se constituía em garante da unidade ao nível das histórias nacionais, já ao nível da Humanidade no seu conjunto, Martins pugnava pela «unidade de todas as raças» num contexto de claro darwinismo social que o levava a ver nos arianos os agentes desse fim predestinado. Mas também aqui, esta reivindicação de unidade, elevando-se e sobrepondo-se à multiplicidade das diversas raças, participa de uma visão de nítida penetração da Filosofia na História: «/.../ venceremos nós, indo-europeus, a cujas mãos coube o destino da humanidade? /.../. A filosofia diz que assim *deve ser*, mas a ciência não nos autoriza a afirmar que assim *tenha de ser*». (48)

Deste modo se concatenavam a Lógica e a História, a sanção moral e a razão histórica, a norma e o facto, o ser e o dever-ser.

(¹) Oliveira Martins «A Poesia Revolucionária e a «Morte de D. João», (1875), in *Páginas Desconhecidas*, Lisboa, 1957, pág. 141.

(²) Oliveira Martins, *Idem*, pág. 153/154.

(³) Oliveira Martins, «Os Poetas da Escola Nova», in *Páginas Desconhecidas*, *Op. cit.*, pág. 164.

(⁴) Oliveira Martins, *Idem*, pág. 200.

(⁵) Martins, O., «Introdução» a *6 Helenismo e a Civilização Cristã*, in J. P. Oliveira Martins, *Temas e Questões*, Lisboa, 1981, pg. 32.

(⁶) Marinho, José, «Oliveira Martins e o sentido da História», in *Estudos sobre o Pensamento Português Contemporâneo*, Lisboa, 1981, pg. 25.

(⁷) Oliveira Martins, *Teoria do Socialismo...*, (1873), Lisboa, 1952, pág. 3.

(⁸) Oliveira Martins, *Quadro das Instituições Primitivas*, (1883), Lisboa, 1893, pág. 6.

(⁹) José Marinho, «Oliveira Martins e o Sentido da História», in *Estudos Sobre o Pensamento Português Contemporâneo*, Lisboa, 1981, pág. 31.

(¹⁰) Oliveira Martins, «As Eleições», in *Política e História*, vol. I, Lisboa, 1957.

(¹¹) D. Nolem, «Introdução» a *Philosophie de L'Inconscient*, de E. Hartmann, Paris, 1877, pág. XXIV.

(¹²) Oliveira Martins, «A Poesia Revolucionária», *Op. cit.*, p. 141.

(¹³) Vide Joaquim de Carvalho, «Antero de Quental e a Filosofia de Eduardo de Hartmann», in *Obra Completa de Joaquim de Carvalho*, vol. I, Lisboa, 1978, págs. 409 a 432.

(¹⁴) Oliveira Martins, «Pessimismo», (1891), in *Literatura e Filosofia*, Lisboa, 1955, pág. 376.

(¹⁵) Antero de Quental, «Le Portugal Contemporain — Oliveira Martins», in *Prosas*, vol. III, Coimbra, 1931, pág. 2.

(¹⁶) Oliveira Martins, *Camões, Os Lusíadas e a Renascença em Portugal*, 2 ed., Porto, 1891, pág. I.

(¹⁷) Oliveira Martins, «O Ultramontanismo», in *Páginas Desconhecidas*, *Op. cit.*, pág. 35/36.

(¹⁸) Oliveira Martins, *Teoria do Socialismo*, *Op. cit.*, pág. 4.

(¹⁹) Oliveira Martins, «Os 50 anos da Monarquia Constitucional», in *Política e História*, vol. I, *Op. cit.*, pág. 107.

(²⁰) Oliveira Martins, «As Eleições», *Op. cit.*, pág. 285.

(²¹) Oliveira Martins, *História de Portugal*, Lisboa, 1901, pág. X.

(²²) Oliveira Martins, *Idem*, pág. 10.

(²³) José Marinho, «Sentido da Vida e Origem do Homem em Oliveira Martins», in *Op. cit.*, pág. 49.

(²⁴) José Marinho, *Idem*, pág. 48.

(²⁵) Oliveira Martins, «Ensaio de Filosofia da História, de Silva Cordeiro», (1882), in *Literatura e Filosofia*, *Op. cit.*, pág. 238.

(²⁶) Oliveira Martins, «Introdução a O Helenismo e a Civilização Cristã» (1878), in J. P. Oliveira Martins, *Temas e Questões*, pref., org. e notas de Guilherme de Oliveira Martins, Lisboa, 1981, pág. 32.

(²⁷) Oliveira Martins, *Idem*, pág. 23.

(²⁸) Oliveira Martins, *Idem*, pág. 23.

(²⁹) Oliveira Martins, *Idem*, pág. 22/23.

(³⁰) Oliveira Martins, «A Poesia Revolucionária...», *Op. cit.*, pág. 141.

(³¹) Oliveira Martins, «Introdução» a *O Helenismo...*, *Op. cit.*, pág. 28.

(³²) Oliveira Martins, *Idem*, pág. 31.

(³³) Oliveira Martins, «Teoria da História Universal», (1884), in *Política e História*, vol. II, Lisboa, 1957, pág. I.

(³⁴) Oliveira Martins, *Idem*, pág. I.

(³⁵) Oliveira Martins, *História da Civilização Ibérica*, Lisboa, ed. Europa/América, s. d., pág. 142.

(³⁶) Oliveira Martins, «Teoria da História Universal», *Op. cit.*, pág. 21/22.

(³⁷) Oliveira Martins, *Raças Humanas e Civilização Primitiva* (1882), Lisboa, 1905, pág. 43.

(³⁸) Oliveira Martins, *Idem*, pág. 60.

(³⁹) Oliveira Martins, «Introdução» a *O Helenismo...*, *Op. cit.*, pág. 24.

(⁴⁰) Oliveira Martins, *Idem*, pág. 25.

(⁴¹) Oliveira Martins, «Ensaio de Filosofia da História, de Silva Cordeiro», *Op. cit.*, pág. 234.

(⁴²) Oliveira Martins, *Idem*, pág. 240.

(⁴³) Oliveira Martins, *Camões, Os Lusíadas...*, *Op. cit.*, pág. XI.

(⁴⁴) Oliveira Martins, *Idem*, pág. I.

(⁴⁵) António José Saraiva, «Três Ensaio sobre Oliveira Martins», in *Para a Hist. da Cult. em Port.*, Lisboa, 1946(?), pág. 221.

(⁴⁶) Oliveira Martins, *Camões, Os Lusíadas...*, *Op. cit.*, pág. 6.

(⁴⁷) Oliveira Martins, *História Civ. Ibérica*, *Op. cit.*, pág. 154.

(⁴⁸) Oliveira Martins, «Ensaio de Fil. da Hist...», *Op. cit.*, p. 241.

DESIAS

DE

D'OLIVEIRA

1889-1891

DO SONHO
ES-DE-SOL



IMBRA
VIEGAS, EDITOR
DA CALÇADA, 143

DCCC XCI

The friends of the friends

uma dedicatória
de Alberto de Oliveira
a Camilo Pessanha
"endossada" a Alberto
Osório de Castro

por Maria José de Lencastre *

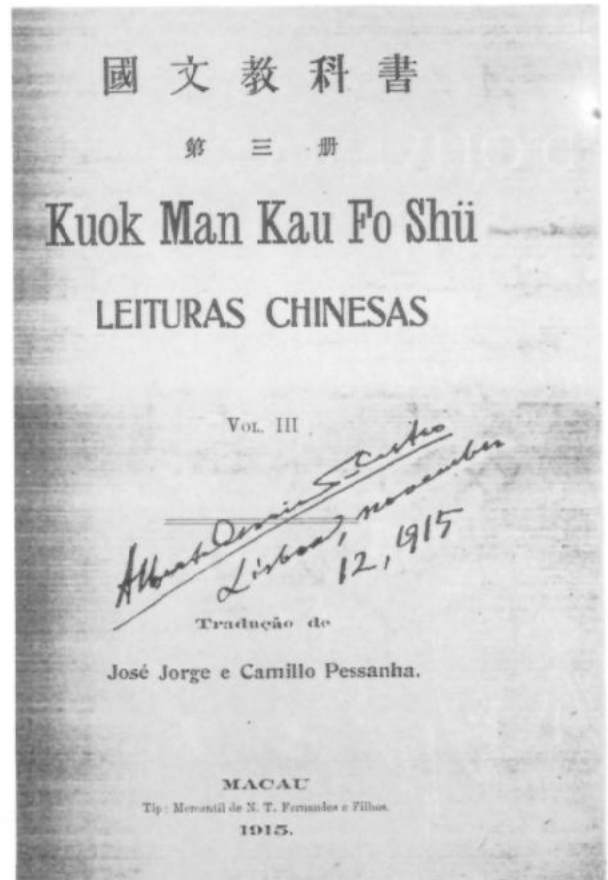
... E falta um nome para completar este quarteto imaginário: António Nobre, 24 anos, desde há alguns meses na Sorbonne, em Paris, o primeiro a ter lido e comentado os versos que agora se publicam.

* Investigadora. Agradeço ao Prof. Doutor Martim de Albuquerque ter-me gentilmente facultado os volumes autografados de Alberto Oliveira e de Camilo Pessanha dos quais reproduzimos algumas páginas.

Um lugar e uma data: Coimbra 1891. Três nomes associados a um livro: o do autor, Alberto de Oliveira, 18 anos, e os dos seus condiscípulos: Camilo Pessanha, 24 anos e Alberto Osório de Castro, 23 anos, todos eles estudantes da Faculdade de Direito e todos eles poetas. Falta um nome para completar o nosso quarteto imaginário: António Nobre, 24 anos, desde há alguns meses na Sorbonne em Paris, o primeiro a ter lido e comentado os versos que agora se publicam: «Alberto: ótimos os teus versos. Há pouco, quando os recebi, pensei em enviar-te um abraço pelo Fio, tamanha impressão me fizeram: são um céu — Alexandrinos de Pureza, onde entretanto saltam faíscas, em zigzague!» (1).

Aliás, *les jeux sont faits*: o imaginário quarteto nunca chegará a formar-se, todos os encontros-desencontros já tiveram lugar. E assim, parece velha de tão intensa a amizade entre Alberto de Oliveira e António Nobre (terminará com uma ruptura tempestuosa da parte de Nobre daí a dois anos), iniciada aquando da entrada na Faculdade em 1888, estreitada no convívio dentro e fora do ambiente académico, nos entusiasmos e polémicas da «Boémia Nova», nas férias passadas juntos em Leça da Palmeira com projectos e amores divididos. Uma amizade que se exprime agora sob a forma epistolar (cartas frequentes e extensas, um diário que ambos escrevem para dar a ler ao outro), desde quando «Anto», reprovado duas vezes, trocou Coimbra por Paris.

Menos íntima mas não menos firme é também já a amizade entre Camilo Pessanha e Alberto Osório de Castro: uma afinidade electiva nascida e cultivada em terreno académico mas que se tinha alargado em 1889-90 numa colaboração intelectual fecunda quando Osório de Castro publicara no jornal «O Novo Tempo» de Mangualde, por ele dirigido, alguns poemas e saborosas crónicas de Camilo Pessanha. A camaradagem inicial intensificar-se-á nestes anos num sentimento de estima profunda e de afecto que perdurarão até à morte de Pessanha em 1926.



Houve, pois, um «encontro» entre os quatro poetas numa mais ou menos breve simultaneidade de frequência do mesmo espaço, geográfico e cultural; no respirar duma mesma atmosfera, a da Coimbra universitária em que os jovens literatos dessa geração se entusiasmavam ou polemizavam com a nova estética que acabava de explodir em França, o simbolismo, codificada no manifesto publicado por Jean Mauréas em 1886.

A Alberto Osório de Castro
 offero esta coisa informo
 como documento da minha pobre
 vida frustrada, — da qual o orgulho
 não se em amido tem sido
 um dos poucos supportes.

13/9/1888

Alberto Osório de Castro

A Alberto Osório de Castro offero esta coisa informe como documento da minha pobre vida frustrada — da qual o orgulho da sua amizade tem sido um dos poucos supportes. Lx.º, 9bro, 13, 915.

Mas Camilo Pessanha e António Nobre, aqueles que viriam a ser os maiores poetas da sua geração, porque não se «encontraram»? Curiosamente, nem um nem outro cita, até mesmo de passagem, o nome do outro. Na verdade, alguns motivos contingentes não contribuíram para os aproximar.

Alberto de Oliveira, António Nobre e Alberto Osório de Castro, enquanto fundadores da «Boémia Nova», participaram juntos, em 1889, na conhecida polémica entre as duas revistas antagonistas que significavam na substância duas diferentes maneiras de considerar o simbolismo («Boémia Nova» e «Os Insubmissos»). O grande ausente do «quarteto» é, nesta ocasião, justamente Camilo Pessanha. As razões da sua não-presença talvez sejam devidas a motivos meramente factuais: a grave doença nervosa de que fala Alberto Osório de Castro⁽²⁾ e um afastamento dos estudos universitários devido à reprovação no 4.º ano do curso (Junho, 1888).

Um ano antes, Pessanha colaborara numa outra revista: «A Crítica», dirigida por Lomelino de Freitas⁽³⁾, o qual em 1889 é o chefe da redacção, com o pseudónimo de «Mefistófeles», da revista «Boémia Velha» em polémica, não só no título, com a «Boémia Nova»⁽⁴⁾.

Em «A Crítica», Pessanha publicara aliás uma longa, severa e documentada recensão crítica à obra *Versos da Mocidade* de António Fogaça. Ora este jovem, muito popular no ambiente académico de Coimbra, autor da letra da *Estudantina* e actor em récitas universitárias, era um amigo de António Nobre que o estimava também como poeta:

«Os poetas de Coimbra estão furiosos uns com os outros: intrigas sobre intrigas. Têm uma alma mesquinha, a par duma inferioridade que os torna verdadeiramente sórdidos. Exceptuo o António Fogaça, que tem talento e alma.»

(*Carta a Augusto de Castro*, de 25.10.1888).

E a sua morte prematura, alguns meses depois, fora causa de grande dor para Nobre:

«O meu pobre amigo António Fogaça está perdido. Imagina lá: primeiro um tifo, depois uma congestão pulmonar e agora uma pericardite. Quem pode resistir a estas três juntas! Tenho pena que não o conhecesses; estimá-lo-ias, certamente. Era ele o único espírito claro e guiador que poderia alumiar a minha estrada de bacharel. Na casa dele, à Couraça de Lisboa, passo eu todo o tempo disponível, mas talvez não o passe lá mais, porque esperanças de Vida não as há de 48 horas».

(*Carta a Augusto de Castro* de 20.11.1888).

É sempre aleatório fazer hipóteses sobre aquilo que poderia ter sido; mas não é completamente ilegítimo pensar que talvez a morte do amigo tenha afastado inconscientemente António Nobre daquele que, embora correctamente, o criticara.

Se não trocaram impressões, confidências ou planos de futuro, Camilo Pessanha e António Nobre viveram, porém, como já dissemos, um mesmo tempo e um mesmo espaço. Coimbra suscitou neles um misto de sentimentos complexos e contraditórios. A Coimbra académica provocou em ambos sofrimento agudo (sentimento mais egocêntrico em Nobre, mais universal em Pessanha) causado por aquilo que eles sentiam como violência contranatura e obtusidade da vida estudantil e pela separação dos afectos familiares.

Pessanha registou as suas impressões com uma ironia amarga nas crónicas publicadas em «O Novo Tempo»:

«Esta crónica vai pungida de frio e de meia-treva. Os últimos oito dias de férias passadas aqui sentem todo o acabrunhamento do tempo lectivo, como os últimos oito dias de aula toda a expansiva alegria das férias. O movimento começa a circunscrever-se na cidade: é preciso ir-se a gente afazendo à clausura. E depois podia acontecer que nos esquecêssemos em um passeio por mais ao largo, e que, ao voltarmos,

o bedel já tivesse apontado as faltas. Às tardes, o mesmo trilho na Baixa, os mesmos passeios isocrónicos, por uma necessidade dolorosa de digestão, como as marchas cadenciadas das feras enjauladas a todo o comprimento da sua leonreira.»

(*Crónica da Alta* de 5.1.1890).

E ainda, noutra crónica publicada no mesmo jornal em 10-1-1890:

«— Cá estamos, pois então? Para nos *formarmos*, para sermos homens. Sim: que para sermos homens, quer dizer humanos, é preciso antes de mais nada, sequestrarem-nos do nosso meio, da nossa família, da nossa terra; é preciso remover quanto possa suavizar o nosso trabalho, fazer-nos amar o nosso trabalho; preservarem-nos das bênçãos dos nossos pais e dos beijos dos nossos irmãos mais novos; — de tudo isso que podia insinuar nas nossas organizações de futuros esteios da pátria o condenável, o deletério sentimento do amor. [...] Sim: cretinos, todos nós. Cretinizados pelo medo à palmatória e pelo medo ao lente. Cretinizados por um livro abominável em que pretenderam ensinar-nos a ler, e depois pelo trabalho deprimente de decorar os compêndios, de repetir os compêndios à pressa, no fim do ano, para ficarmos distintos nos nossos exames.»

Ao passo que António Nobre confiou as suas penas nas cartas aos amigos:

«Porque eu sou muito infeliz. Quando me lembro, que diante de mim tenho cinco anos de estudo bacharelático, animal, no meio desta gente que não me compreenderá nunca, porque a minha educação tanto literária, como social é — juro-te —, inteiramente diferente da deles; — eu sinto um desânimo incomparável.»

(*Carta a Augusto de Castro* de 25.10.1888) ⁽⁵⁾.

Em ambos, curiosamente, o sentimento comum de isolamento e de inadaptação ao rígido meio acadêmico fez-lhes sentir, aguda, a nostalgia da Natureza, mestra de vida, ao contacto da qual tinham vivido anos da sua juventude. Pessanha, para o dizer, utiliza a ironia, o paradoxo:

«Havia de ser bonito a gente estudar em qualquer vilória da província, em qualquer aldeola de camponeses ou de pescadores! Boas coisas devia a gente aprender ao ar da maresia e ao ar do monte».

(*Crónica da Alta*, «O Novo Tempo», 10.1.1890).

Para António Nobre, o sentimento da liberdade perdida encontra o registo expressivo de saudade pungente, típico das suas cartas pessoais:

«Nunca me apeteceu tanto Leça — ar puro, Paz, Mar —, nunca invejei ninguém como te invejo a ti: na tua alcova azul, todas as manhãs cedo varrida lado a lado pelo oxigénio, olhando da Janela (que dá para a Estrada da Parafita), com esses teus olhos perspicazes e pequeninos de médico, toda uma paisagem verde de pinheiros, que não há aqui [...]. O que pensarás tu da minha vida por cá, desta tão celebrada vida coimbrã, que a Legenda tanto exagera, a ponto de muitos mocinhos virem para estas margens do Mondego, mais pelo prestígio dela, do que pelo da carta de doutor. Pensarás e pensas recto, que esta vida é uma maçada, se tantas são as saudações que faço à tua. Coimbra, sonhada a distância, vista por entre a gaze da legenda, é porventura deliciosa, pelo que tem de estranho e bizarro, como de resto o são muitas coisas, vistas e sonhadas daquela maneira; — entretanto observada, experimentada, apalpada, como o é todos os dias por nós, só deixa — quando à noite vamos dormir —, uma impressão de tédio imenso, que só nos claustros do sono, em passeio com as Recordações, podemos esquecer»⁽⁶⁾.

(*Carta a Alfredo de Campos* de 24.4.1890).

E efectivamente podemos verificar com relativa facilidade que uma coisa é a transfiguração da cidade nos longos retratos poéticos de Nobre ou no soneto de Pessanha *No Claustro de Celas*, e outra coisa completamente diferente é a imagem da Coimbra «real», da cidade vivida quotidianamente que emerge dos textos privados dos dois poetas. Pessanha, por exemplo, numa das crónicas de «O Novo Tempo» em forma de carta aberta a Alberto Osório de Castro, fornece uma fotografia «em negativo» dum Natal coimbrão; enquanto Nobre, mesmo antes de deixar Coimbra, envia a Alberto de Oliveira um último feroz retrato da cidade:

«De resto... passou o dia de Natal —, um dia de Natal todo claro de belo sol absorvente. Não imagina como isto é doce, mesmo aqui por Coimbra. Alexandre da Conceição escreveu uma vez que Coimbra só é bonita em férias. E eu creio mais que só é bonita em férias de Natal ou de Páscoa. [...] Isto perdeu o seu ar habitual de caserna: das casas vem uma alegria de consoada, ruidosa, bem cheirosa — com avozi-zinhas, com pequenitos, com tudo. Coimbra é outra de todo, principalmente para os estudantes que ficam — sem o pesadelo da *cabra* e sem o pesadelo da *sebenta*. Eu, por exemplo, que posso dispor do meu dia em absoluto, para tomar sol e para sentir saudades. A missinha mesmo, ouvi-a ontem: a missa do galo, constelada, lucilante, perdida no meio da noite, como um sonho».

(C. Pessanha, *Crónica da Alta*, «O Novo Tempo», 28.12.1889).

«Levantei-me entusiasmado e fui abrir as ogivas talhadas nestas pedras milenares e, ao ver toda Coimbra outonal, essa paisagem religiosa, milagrosa, o Mondego sem água, os choupos, meus queridos corcundas, sem folhas e vergados pelos anos —, pareceu-me que estava num mundo extinto, todo espiritual, onde só um homem vivia, que era o Anto encantado, na sua Torre.

AO seu illustre camarada Camillo
Pessanha.

Alberto d'Oliveira.

Coimbra, 11 Mayo 1891.

AO seu illustre camarada Alberto
Osório de Castro.

Incluzza

Camillo Pessanha

Coimbra, 11 de junho 1891



POESIAS
DE
ALBERTO D'OLIVEIRA

1889-1891

BIBLIA DO SONHO
PORES-DE-SOL



COIMBRA
ANTONIO F. VIEGAS, EDITOR
141, RUA DA CALÇADA, 143
—
M DCCC XCI

Quando Alberto de Oliveira escreve a dedicatória a Camilo Pessanha, este já defendeu a sua primeira causa. Osório de Castro encontra-se praticamente na mesma situação. António Nobre abandona finalmente a vida universitária coimbrã...

Mas depois que o Sol, luzindo alto já, aclarou bem a Terra, e a Univesidade se pôs a dar horas, e os pregões dos papéis públicos apunhalavam esganadamente o ar, vindo ainda ferir-me os ouvidos; quando a ignóbil Coimbra se levantou da cama, por escovar e sem banho; e a atmosfera começou a cheirar mal, a trazer-me o hálito do Ténia, o suor do «Azul», e a transpiração do Lombo; — eu caí, ainda mais uma vez (nunca é a última), na desilusão das Coisas e fiquei-me triste a cismar porque será que o pregão das *Novidades*, o suor do Lombo, ou os ais do Ténia podem mudar o aspecto do céu e quebrar a linha dos choupos! [...]».

(A. Nobre, *Carta a Alberto de Oliveira* de 4.10.1890).

Sensibilidades diferentes, Pessanha e Nobre descreveram, cada um à sua maneira, sentimentos e sensações semelhantes experimentados contemporaneamente: a idiossincrasia pela vida universitária, a solidão, o lirismo da paisagem coimbrã, as amizades, E também alguns acontecimentos que marcaram de certo modo a vida comunitária daquele período.

Um acontecimento que provocou grande eferescência na vida estudantil de Coimbra foi, por exemplo, a passagem em Portugal da pequena atriz Dora Lambertini. Uma atriz «muito falada» pelas suas interpretações, que suscitou grandes entusiasmos e estimulou a inspiração de vários poetas, entre os quais Alberto de Oliveira (7). Entusiasmo a que se esquivou, diga-se de passagem, o cepticismo estrutural de António Nobre (8), e ao qual, pelo contrário, aderiu Camilo Pessanha, que deixou da atriz, que vira representar em Coimbra, um inigualável retrato «simbolista», impregnado de uma delicada atmosfera decadente (9).

Outro acontecimento que tocou de muito perto a vida dos dois poetas, foi a dramática circunstância, em inícios de 1890, da grave epidemia de *influenza* que provocou muitas vítimas na população estudantil. Um acontecimento que foi vivido, ine-

vitavelmente, segundo as maneiras de ser diametralmente opostas de Nobre e de Pessanha. Ao passo que Nobre vive o problema da doença com a pose frívola do dândi, quer quando ela ainda não é um facto dramático (Janeiro de 1890) (10), quer quando já se revelou na sua maior atrocidade (Março de 1890) (11), Pessanha sente e descreve a epidemia com aquele tom lúgubre e funéreo que às vezes é próprio da sua escrita, num quadro digno das iconografias medievais, com a morte armada de foice arrastando a carroça atulhada de cadáveres (12).

O nosso estudo pode ter aqui a sua provisória conclusão. Os laços e as relações que unem, mais ou menos concretamente, os componentes de um quarteto que não existiu mas que, à maneira de Henry James, consistiu nos «Friends of the Friends», estão já delineados. É evidente que muitos outros laços, muitas outras correspondências, ficam ainda por descobrir ou por averiguar. Um balanço desta primeira averiguação consiste todavia essencialmente no facto de que esta «relação que não existiu» entre os dois poetas maiores, encontrou uma sua maneira de se realizar, um seu canal platónico, graças aos outros dois poetas. Duas figuras talvez artisticamente não excelsas, mas almas sensíveis, que dum maneira «oblíqua» conseguiram coagular o encontro no plano da literatura. A dedicatória, ponto de partida do nosso trabalho, é, desta obliquidade, o testemunho mais flagrante. Quando, em Maio de 1891, Alberto de Oliveira escreve a dedicatória a Camilo Pessanha, Pessanha já defendeu a sua primeira causa e daí a um mês deixará Coimbra. Alberto Osório de Castro encontra-se praticamente na mesma situação. António Nobre, abandonada finalmente a vida universitária coimbrã, vive o seu privado decadentismo parisiense. Do encontro humano destas figuras, que já se aprestam a entrar na literatura, ficam umas dedicatórias num livro. Dedicatórias que talvez, agora, possamos ler como um *rendez-vous* entre biografia e literatura.

(¹) Carta a Alberto de Oliveira de 22.6.1890. (Todas as cartas de Nobre citadas neste artigo in: António Nobre, *Correspondência*. Organização, introdução e notas de Guilherme de Castilho, 2.^a ed. ampliada e revista, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa 1982). A recolha *Poesias do Sol*, uma das duas partes que formam o volume *Poesias* de A. de Oliveira, é aliás dedicada a A. Nobre, cuja amizade ocupa na vida do autor um lugar de importância relevante como, inequivocamente, ressalta das suas palavras: «... António, o teu nome tinha de vir neste livro, para que a minha Alma não ficasse incompleta. De todos os Portugueses que o lerem, só a compreenderão inteiramente tu e eu, que em cada verso, quase em cada palavra, encontraremos a sugestão da nossa camaradagem, da absoluta identificação das nossas Almas e dos nossos Espíritos. Não ha aqui uma unica emoção, que, antes de a crystallizar pelo Verso, eu te não houvesse primeiro comunicado, ao desdobrar o meu temperamento diante dos teus olhos de Amigo. Este livro dar-te-á a illusão de ser eu próprio: e quando, nas suas capas de pergaminho, elle bater á porta do teu quarto do Bairro-Latino, tu acreditarás porventura que fui eu que atravessei os Pyreneus para te ir abraçar, partilhar o pão-negro da tua melancolia e da tua saudade! [...]».

(²) «Atlântico», 1942.

(³) Condiscípulo de Pessanha, Lomelino de Freitas cultivou apenas ocasionalmente as letras e foi sobretudo um político, pertencendo ao grupo de António José de Almeida.

(⁴) Diga-se de passagem que «Boémia Velha» não possui o nível teórico e cultural das duas principais revistas rivais, mas aproveita simplesmente uma circunstância especial para se inserir na polémica com um tom chocarreiro e goliardo.

(⁵) E ainda noutra carta ao mesmo de 22.11.1888: «Enquanto a mim não sei que te dizer. Habituei-me a isto e vou passando conforme Jesus o quer. Continuo a ser esperado por *troupes*, continuo a *andar à corda*, continuo, mais do que nunca, a ser um triste sem esperanças de alegria...».

(⁶) Mas não podemos esquecer, além das cartas, também os versos, escritos no mesmo período, do poema *Carta a Manuel*: «[...] Ah quanto fora bem melhor a formatura, / Na Escola Livre da Natureza, Mãe pura! / Que óptimas preleções as preleções modernas, / Cheias de observação e verdade eternas, / Que faz diariamente o Prof. Oceano! / Já tinha dado todo o *Coração Humano*, / / Manuel, faltava um ano só para acabar / Meu curso de Psicologia com o Mar. / Porque troquei pela Coimbra de avelã / Essa Escola sem par, cujo Reitor é Pã? [...]».

(⁷) A. de Oliveira dedicou-lhe o poema *Dora* (in *Poesias. Poesias do Sol*, pp. 114-116), no qual, em epígrafe, se pode ler: «Ó Dora, ouve a impressão que me agita e fascina, / / Vendo-te creança, inconsciente, pequenina, / A alastrar

sobre um palco o teu genio estonteante: / Pequenina Sarah, em formato-diamante!».

(⁸) «Mas será a pequena Artista Dora digna de ti! Cautela...» (Carta a Alberto de Oliveira de 22.6.1890).

(⁹) «Pois os meus olhos que não choraram quando na convenção de Évora Monte quebrei a espada no joelho, humedeceram-se ontem de ver a pequenina actriz, tão branca e tão pequenina como uma pétala de açucena, vibrar toda a escala do sofrimento: a tristeza de cismar com as pupilas que se dilatam na meia sombra saudosa, o borbulhar serenamente das lágrimas pela ternura clara das manhãs, e o choro arquejante das dores sem remédio em que eu a sentia quebrar-se, com o coração a esvoaçar no escrínio do tórax franzino e o sangue, ao todo uma gota de carmim — expirar-lhe em uma pulsação insofrida, muito de leve» (*Crónica da Alta*, in «O Novo Tempo» de 15.11.1890).

(¹⁰) «A tal doença, que dizem ser da moda ter, que é elegante ser «influenzado», é, em minha opinião, ordinárrissima: até o rei Carlos a teve» (Carta a Alberto de Oliveira de 9 de Janeiro).

(¹¹) «Por agora limito-me a protestar contra o grande alvoroço que de norte a sul houve, por motivo da minha leve angina pultácea, e protesto por me incomodar a ideia de que estivesse gravemente enfermo, algum dia, às portas da Morte e o Sol continuasse a brilhar, e o Planeta não parasse, no seu giro alucinado «de rei da Baviera», dizendo ao Quid: Stop!»

(Carta a Vasco da Rocha e Castro, de 1 de Março).

(¹²) «Depois, morrer novo, muito novo, ir de capa e batinha, pela primavera quando assomam rosetas de sangue nas faces dos tísicos e desabrocham os primeiros malmequeres à flor da cova. Ir entre duas alas de estudantes, todos poetas, todos amortalhados nas mesmas capas negras; todos com os olhos pisados como os nossos olhos, das lágrimas com que humedeceram as primeiras cartas dos primeiros amores. Irem todos arrastadamente pela encosta de Montarroio, todos mais ou menos doentes, precocemente velhos, mais ou menos afectados de anemias, de febres, de bronquites crónicas, de lesões cardíacas embrionárias... Paira por sobre a Alta um recolhimento religioso e fúnebre. A epidemia, quase debelada, deixou convalescenças intermináveis, intermitências de febre, quebrantamentos de músculos, opressões de peito, e nas almas um alquebramento de tristeza sem horizonte, como um nevoeiro espesso. Quem aturou aqui nestes quinze dias sem aulas, sente por tudo isto, pelo canto da rua, que se descobre da nossa janela, onde lá em baixo algum transeunte vai escorregando na lama moída —, por esta atmosfera pútrida de enfermaria, por este cheiro a febres e a caldos de galinha fracos, a mesma repulsão que faz os doentes de tifo pedirem com os lábios crestados e as pupilas em fogo para os mudarem de leito» (*Crónica da Alta*, «O Novo Tempo» de 29.1.1890»).



O sangue e a rua

elementos para uma antropologia da violência em Portugal

por João Fatela *

O sangue e a rua: entre estes dois pólos se inscreve, mais do que a história do crime, a história de um país oscilante entre uma sociedade de terra e uma sociedade de mar. Entre a fidelidade e a infidelidade a uma pertença comum.

* Antropólogo. Sumariam-se aqui, sem preocupação de equilíbrio de conjunto, alguns dos temas principais de uma tese de 3.º ciclo de antropologia, apresentada em Julho de 1984 na Universidade de Paris VII (Jussieu), sobre o tema *Le sang et la rue: l'espace du crime. Portugal: 1926 - 1946*. Foram, porém, tidos em conta, para a redacção deste artigo, certos trabalhos posteriormente publicados.

Por muito nos termos identificado com um país suave e brando, há quem pense que a violência apareceu entre nós com a democracia. Ora, mais do que a violência, não será a sensibilidade em relação a ela que tem aumentado nos últimos anos? Com a consolidação do regime democrático e a transformação do sistema de valores em que assentava a sociedade portuguesa, a maneira de exercer e representar a violência modifica-se também, criando um fosso cada vez maior entre a imagem e a realidade. É certo que a sistemática ocultação da violência como prática cultural em Portugal não se explica apenas pelo silêncio quase completo da nossa antropologia ou da nossa historiografia. Pode dizer-se que em todas as sociedades ocidentais a violência se foi apagando como prática cultural, à medida que se constituía como prática delinvente.

Correlativa do Estado moderno e da economia de mercado, a revolução individualista dos fins do século XVIII, ao instituir um novo tipo de relação social baseado na dinâmica igualitária (aparecimento do indivíduo como ser «autónomo, existente por si e para si próprio») e não na dinâmica da troca («reconhecimento da anterioridade do social»), transformou igualmente o estatuto antropológico da violência⁽¹⁾ e, por conseguinte, a sua percepção. Gesto de obediência à ordem colectiva para a sociedade tradicional, como no caso da vingança, a violência passou a ser um espelho da «desagregação individualista do tecido social» que caracteriza a modernidade⁽²⁾, qual eco desmedido da irredutível solidão do «homem sem qualidades» que é o homem moderno, para o qual a violência é uma ameaça directa à sua liberdade. Raymond Verdier observava recentemente, a propósito da vingança, que a opinião habitual que faz desta forma de violência «uma simples reacção individual a uma ofensa» se deve sobretudo à sua «exclusão do campo das práticas compatíveis com o sistema de valores instaurado pelo Estado moderno e, mais precisamente, à estatização do direito»⁽³⁾.

Também em Portugal a ocultação da violência como prática cultural não se pode dissociar do movimento jurídico-penal que, a partir do século XIX, tende a «escondê-la» dentro do corpo do condenado, ao mesmo tempo que o «esconde» a ele dentro da prisão. Sabe-se, porém, que, apesar da instauração do Estado liberal e da promulgação do Código Penal em 1852, a sociedade portuguesa continuou a regular-se, em muitos casos, por outras formas de direito, não só compatíveis mas também coexistentes, como veremos, com a prática da vingança. Daí que o silêncio da antropologia sobre a dimensão cultural da violência seja mais estranho ainda.

Uma das razões que nos levaram a delimitar o trabalho que aqui sumariamos em torno dos anos 1926-1946, foi a promulgação, em 1936, da Organização Prisional (O. P.) que veio coroar um movimento de reforma cujo primeiro grande marco data de 1867, com a abolição da pena de morte e a criação da prisão moderna em Portugal (Penitenciária de Lisboa). Ao abrir, dez anos depois, esta adopta o sistema filadelfiano de isolamento permanente e o uso obrigatório do capuz fora da cela⁽⁴⁾. A O. P. materializa a mudança operada desde finais do século XIX, sob a influência da escola positiva, segundo a qual os princípios da «defesa social» articulados em torno da «personalidade» do delinvente e da sua «perigosidade» passam a impregnar o sistema penal português, inspirado inicialmente nos princípios da escola clássica: legalidade, responsabilidade penal, pena retributiva (Código Penal de 1852, reformulado em 1866). Veremos mais à frente a importância desta orientação no que se refere à redefinição do estatuto jurídico da vadiagem. Ora a O. P., quer através do regime progressivo das penas que ela consagra, quer através do modelo arquitectónico em pavilhões por ela adoptado, intensifica a «abertura» da prisão ao meio «natural» do condenado (a família, a terra) e (fecha-a) definitivamente à vida da cidade. De facto, paralelamente ao regime austero das Penitenciárias de Lisboa e Coimbra, grande parte das pequenas prisões da província continuavam ainda a oferecer,

«em pleno coração da cidade», como escreve Pierre Cannat, «a visão hedionda das suas enxovias abertas de par em par. Por detrás das espessas grades enferrujadas, figuras esqueléticas estendem as mãos a pedir esmola. Energicamente interpelados, os vizinhos acabam por comover-se e dão-lhes uma moeda, um pedaço de pão ou um copo de vinho...»⁽⁵⁾. Esse período (1926-1946), que corresponde, por outro lado, à institucionalização do salazarismo, representa, portanto, no ponto de vista político, jurídico ou cultural, um momento decisivo cujos efeitos me pareceu importante descrever em função de um tema — a violência — sinal eloquente das mutações de uma sociedade⁽⁶⁾. Na medida em que um dos nossos objectivos era compreender a maneira como a violência se separou do corpo social que a produz, para se refugiar no corpo individual dos seus protagonistas, este período revela-se muito particular pois é nele que, de certo modo, se acaba a operação de invisibilidade do corpo condenado inaugurada no século passado num contexto político radicalmente oposto.

Neste aspecto, a abundante literatura criminológica portuguesa constitui, para além dos seus arcaísmos, um instrumento indispensável para compreender os pontos de encontro, ruptura ou compromisso entre uma leitura antropológica e uma leitura criminológica da violência. A história de antropologia portuguesa encontra-se, aliás, intimamente ligada à história da criminologia e alguns dos seus mais célebres representantes, como Mendes Correia, oscilaram constantemente entre uma e outra. Desta leitura cruzada, mas em que o modelo criminológico termina por absorver o modelo antropológico, Mendes Correia dá-nos um exemplo muito característico que encontramos presente em quase toda a criminologia portuguesa, pelo menos até aos anos 30⁽⁷⁾.

Divide este autor os criminosos portugueses em «fortuitos ou de ocasião» e «habituais», mas esta divisão veicula duas outras que separam, implicitamente, os criminosos em «falsos» e «verdadeiros», e «bons» e «maus», ou antes, «bons» porque «fal-

sos» (ocasionais), e «maus» porque «verdadeiros» (habituais)... Mendes Correia, que inclui nos «fortuitos» (portanto «falsos», etc.), a maioria dos homicidas e nos «habituais» (portanto «verdadeiros», etc.), os vadios e ladrões, considera como criminosos de ocasião «todos aqueles que, sem profundas e particulares tendências criminosas, praticam acidentalmente um delito, movidos por um poderoso factor de momento, como a miséria, a fome, a embriaguez, uma paixão, um estado emotivo, o amor, a honra, a cólera, o ódio, a vingança, um ideal político ou religioso»⁽⁸⁾. O autor atribui, por outro lado, às «características psicológicas» do português, homem «excessivo e instável» como todos os meridionais, mas «o menos feroz e o menos astuto» deles todos, a razão da «relativa moderação» da criminalidade em Portugal, apesar das «más condições económicas da população, a sua desorganização familiar jurídica e política, e o péssimo ambiente educativo em que ele respira...»⁽⁹⁾. Ao fazer da violência a expressão de uma pretensa natureza psicoétnica («o português é...»), Mendes Correia está, porém, a torná-la antropológicamente irreconhecível, reduzindo a honra e a vingança, dois modos inseparáveis de socialização, a dois traços psicológicos que conduzem a gestos mais ou menos incontrolados... No fundo, Mendes Correia abandona a sua qualidade de antropólogo e comporta-se como qualquer criminologista. Mais grave, é, contudo, a posição da literatura etnográfica que, à excepção de um autor como Ernesto Veiga de Oliveira⁽¹⁰⁾, desconhece praticamente a violência na sua dimensão cultural, fazendo dela uma simples irrupção de cólera ou o modo de ser de certas «personalidades» pouco comuns... Mesmo para Jorge Dias, a visão de uma sociedade harmoniosa, sem conflitos nem divisões, traduz-se na sua incapacidade para pensar antropológicamente a violência, que ele encara como o excesso provisório de uma bondade natural⁽¹¹⁾. É certo que esta literatura é muito rica no que diz respeito a práticas rituais ou festivas pelas quais a sociedade portuguesa celebra e circunscreve a violência que a anima (sacrifícios simbólicos, jogos, etc.). O que

nós criticamos é a total incompreensão ou inadvertência em relação à violência comum (não à delinquência) enquanto respiração de toda uma freguesia, espelho terrível e fascinante do chamado «mundo dos vizinhos»...

Crime e violência

Ao utilizarmos a criminalidade portuguesa entre 1926 e 1946 como base para definir os contornos de uma antropologia da violência, adoptámos de facto uma posição semelhante à da antropologia criminal mas com o objectivo de separar a violência da carga criminológico-penal que a tem envolvido. Assim, a definição jurídica do crime («facto voluntário declarado punível pela lei penal» segundo o art.º 1.º do antigo Código Penal Português) deu-nos sobretudo a possibilidade de delimitar um campo de investigação donde partimos para definir uma violência cuja lógica difere e até se opõe, apesar de certos pontos de convergência, à do Código Penal⁽¹²⁾. Em certas ocasiões, é ela que faz da violência uma exigência social a que é impossível eximir-se sem correr o risco de ser submergido pela sua própria vergonha. A questão fundamental com que depressa nos vimos confrontados não foi tanto saber que violência pode uma sociedade tolerar para continuar a existir, mas sobretudo que violência deve ela produzir para não desaparecer como sociedade. O facto de ter escolhido a definição do Código Penal Português como ponto de partida do nosso trabalho não significa, porém, que ela represente para nós a «verdadeira» definição de «crime» e menos ainda de violência. Repare-se no exemplo da vingança e na situação paradoxal em que se encontra aquele que é levado a praticá-la num país como Portugal, onde ela continuou a vigorar muito para além da promulgação do Código Penal que nasceu como reacção a este tipo de violência. Perante o Código Penal que proíbe matar e o código da vingança que ordena fazê-lo, o vingador terminará por ser julgado como um simples «criminoso». E no entanto, de um passado

sem crime ao seu sistema de valores, tudo lhe diz o contrário.

Mais concretamente foi a estatística judiciária (E. J.) que constituiu o material de base que, em seguida, procurámos interpretar antropologicamente à luz dos dados históricos, jurídicos, etnográficos (monografias, literatura oral, etc.), de forma a traçar o que consideramos um esboço topográfico da violência em Portugal no plano antropológico⁽¹³⁾. Só através da consulta sistemática dos arquivos judiciários de uma ou mais regiões, por exemplo na linha do trabalho efectuado sobre o Givaudán (França) entre os séculos XVII e XIX⁽¹⁴⁾, poderíamos elaborar uma verdadeira antropologia histórica da violência.

Vejam os rapidamente as principais tendências da estatística criminal de 1926 a 1946⁽¹⁵⁾. O aspecto mais significativo que ressaltava já do estudo de Alfredo Luís Lopes para os anos 1891-1895, é a primazia do número de condenados por crimes contra as pessoas sobre os condenados por crimes contra a propriedade e sobretudo por crimes contra a ordem e a tranquilidade pública⁽¹⁶⁾. Entre 1926 e 1935, para 73.415 condenados por crimes contra as pessoas (continente e ilhas) contam-se 29.252 por crimes contra a propriedade e 11.757 por crimes contra a ordem e a tranquilidade pública, movimento que vai continuar a verificar-se, a um ritmo semelhante, em 1936, 1942 e 1948. O movimento ascendente e contínuo dos crimes contra as pessoas e o desequilíbrio em relação às outras duas categorias são tanto mais curiosos quanto, na Europa ocidental, «a passagem de uma criminalidade de violência a uma criminalidade de logro» ou da «fraude»⁽¹⁷⁾ é um fenómeno paralelo à formação da sociedade capitalista desde finais do século XVIII. Esta diferença em relação aos países industrializados da Europa era já apontada por A. A. Fernandes de Castro, em 1939, no seu estudo estatístico sobre a criminalidade portuguesa⁽¹⁸⁾.

Analisando mais em pormenor os dados relativos a 1936 sobre as pessoas julgadas⁽¹⁹⁾, três tipos de crimes merecem ser referidos: dois em razão

da sua importância quantitativa e o terceiro, pelo lugar que ocupa desde o século passado nos discursos criminológicos, penais ou políticos, embora paradoxalmente, por causa do seu estatuto jurídico peculiar, acabe por desaparecer quase completamente da estatística judiciária. A nível quantitativo, os dois crimes principais são as *ofensas corporais* e o *furto* (diferentes formas) com respectivamente 8.538 e 3.289 pessoas julgadas, contra 305 por homicídio (diferentes formas, inclusive as tentativas) e 57 por roubo. Mas é em comparação com o número global de pessoas julgadas em cada uma das respectivas categorias, 11.237 por crimes contra as pessoas e 4.680 por crimes contra a propriedade, que estes números adquirem o seu verdadeiro sentido. Pelas obsessões que polariza e pelas mudanças culturais e institucionais que traduz, a *vadiagem* constitui a terceira grande figura de «crime» em sentido lato, que marca toda a história social portuguesa, principalmente desde 1912. Foi então que, por influência da escola positiva e no contexto de anomia social da I.^a República, a *vadiagem* deixou de ser um crime no sentido jurídico, passando a ser considerada como expressão de uma «personalidade perigosa» que importa corrigir (medida de segurança) em vez de condenar (pena). É por isso que ela quase não figura na estatística judiciária, que diz respeito como se sabe, a pessoas julgadas ou condenadas por crime.

Todavia, é no campo da criminalidade contra a ordem e a tranquilidade pública, em que a *vadiagem* se integra, que se observam as mudanças mais significativas entre 1936 e 1948, fenómeno que não pode dissociar-se do contexto cultural e socio-político da época e de uma nova maneira de criminalizar e reprimir. É o caso do alcoolismo, que a E. J. passa a citar, pelo menos a partir de 1942; dos mais diversos crimes políticos (ofensas ao governo, rebelião, propagação de ideias subversivas, etc.); dos crimes de contrabando, descaminho e antieconómico (açambarcamento, mercado negro, etc.), cujo recrudescimento, entre 1942 e 1948, é impressionante (82 e 2.716 casos respectivamente). Também a análise da evolução geral da criminali-

dade entre 1931 e 1948 (número médio de condenados por 100 mil habitantes nos distritos do continente e ilhas) indica que é nos crimes contra a ordem e a tranquilidade pública que se verifica o aumento mais importante, facto que uma leitura em números absolutos não permite averiguar. Assim, para um aumento de 3,18 no que se refere aos crimes contra a ordem e a tranquilidade pública, temos + 2,96 nos crimes contra as pessoas e + 2,81 nos crimes contra a propriedade⁽²⁰⁾.

O *sangue e a rua*. Entre estes dois pólos se inscreve a criminalidade portuguesa, de que as ofensas corporais (com o homicídio), o furto e a *vadiagem*, são as principais figuras. Entre a criminalidade de *sangue*, pela qual a sociedade procura salvaguardar as suas fronteiras, e a criminalidade de *rua*, pela qual tenta alargá-las ou subvertê-las, traduz-se o movimento de um país e a sua violência constitutiva.

A proximidade e o conflito

Foi a análise do homicídio que, no entanto, nos permitiu determinar, com mais precisão, a coerência interna desta criminalidade, a lógica que a inspira e que não pode confundir-se com a do Código Penal.

O homicídio, a que um estudo do Instituto de Criminologia de Coimbra, em 1935, chama «o crime por excelência do nosso país»⁽²¹⁾, fala-nos de um mundo interpessoal e hierárquico que ele ajuda a perpetuar. Grito desgarrado onde vem cristalizar-se uma violência multiforme, difusa e estatisticamente superior, feita de ofensas e ameaças, de rixas e injúrias, é nele que reside a chave interpretativa da violência em Portugal. Bate-se, agride-se, injúria-se, disputa-se muito neste país sem chegar a matar. O estudo da mortalidade por homicídio na Europa, entre 1929 e 1931 (taxa por 100 mil habitantes), indica para Portugal uma taxa de 2,5 claramente superior à de Espanha (0,9) mas inferior à de Itália (2,6) e, sobretudo, à da Grécia (5,6), para citarmos apenas a Europa do Sul onde a cri-

minalidade violenta era, nesta altura, quatro vezes superior à da Europa do Norte⁽²²⁾.

A partir de algumas monografias, curtas mas preciosas sobre este tema⁽²³⁾, foi possível delinear uma breve topologia do homicídio cujas características principais são as seguintes:

- o homicídio é uma prática de homens e de homens adultos, tanto no que diz respeito às vítimas como aos seus autores, à excepção do infanticídio e o envenenamento, onde a diferença entre os sexos tende progressivamente a diminuir;
- na sua maioria, os autores de homicídio são homens sem passado criminal;
- o homicídio é geralmente praticado num contexto relacional que se caracteriza por um «alto grau de personalização», como escreve Maria Rosa de Almeida e o estudo de Silva Maldonado confirma. Assim 168 (89,9%) dos 187 casos estudados por este autor ocorreram em situação de *conflito* e apenas 19 (10,1%) por razões de lucro (roubo, etc.) Quanto à primeira categoria, o conflito teve lugar em 45,8% das vezes entre pessoas conhecidas, 41,6% entre pessoas íntimas e 2,9% entre pessoas desconhecidas.

Os protagonistas do homicídio pertencem quase sempre a um dos quatro «grupos primários» de que fala Maldonado: territorial ou geográfico (mesmo lugar de origem ou de residência); familiar; de coabitação ou vizinhança e funcional (trabalho). Noutros casos, a relação «íntima e duradoura» entre eles nasceu por interpenetração de vários destes grupos, reforçando-se através de «laços afectivos»: amigos íntimos, amantes, namoradas e respectivos familiares, rivais de namoro, etc. Segundo Maldonado, a maior parte dos homicidas caracterizam-se ainda, ao contrário dos autores de furto por «uma acentuada falta de mobilidade» social e profissional: eles exercem quase todos uma actividade agrícola ou artesanal.

A E. J. de 1936 sobre os instrumentos, móveis e lugares do crime, apontava já para esta sociedade tecida de laços íntimos e permanentes que o homicídio revela e, paradoxalmente, intensifica. A desafronta e a vingança, a reacção contra a provocação ou a injúria, o ciúme e a defesa de uma pessoa de família, as questões de terras ou de heranças, etc.⁽²⁴⁾ são exemplos de situações conflituosas surgidas num contexto de relações altamente personalizadas, baseado «no conhecimento total e prolongado da pessoa de outrem, no conjunto das suas posições sociais actuais e passadas, e na particularidade da sua personalidade», como escreve Henri Mendras a propósito do *interconhecimento*, que ele considera o modelo da sociabilidade camponesa⁽²⁵⁾. Os lugares do crime (o campo, o caminho, a feira ou a taberna) e os instrumentos utilizados (a enxada, a tranca de ferro que sustém a porta da casa rural, o pau ou a navalha, companheiros inseparáveis do camponês em muitas regiões) definem o quadro desta violência que brota de uma conflituosidade quotidiana.

Das relações entre a vítima e o autor do homicídio em 172 dos 187 casos estudados por Silva Maldonado, resultam três grupos principais: um, constituído por pessoas da família do autor ou a ele muito chegadas, tais como amantes, amantes de familiares do autor, amantes do cônjuge do autor, cônjuge das amantes do autor, familiares das namoradas, rivais de namoro, etc. (25 vítimas); outro, por vizinhos (21 vítimas); e o terceiro, por conterrâneos e conhecidos (57 vítimas). Trata-se de uma conflituosidade violenta que dividiremos em três grandes categorias: *intrafamiliar*, numericamente bastante significativa, como se vê, *interfamiliar*, a nível de uma aldeia ou de uma freguesia e *intercomunitária*, entre aldeias ou freguesias.

O homicídio forma uma *geografia de sangue* dentro do país. A distribuição regional dos condenados por homicídio (número médio por 100 mil habitantes) entre 1908 e 1954 (quatro períodos irregulares) elaborada por Maria Rosa de Almeida aponta os distritos de Vila Real, Bragança e Guarda como aqueles em que a concentração de homi-

cídios, ao longo destes quatro períodos, é mais elevada. O inquérito do Instituto de Criminologia de Coimbra respeitante aos anos 1927-1930 confirma também o lugar preponderante que estes três distritos ocupam, juntamente com o de Viseu, no campo do homicídio. Não se esqueça, porém, que, entre 1908 e 1954, no distrito de Beja, as percentagens de condenados por homicídio foram sempre superiores à média geral. Também entre 1950 e 1954, os distritos de Setúbal (criado em 1927) e Leiria ultrapassam qualquer outro distrito do país, excepto o de Bragança. Por sua vez, os distritos de Aveiro, Coimbra, Faro, Portalegre e Porto «mantêm-se sempre ou quase sempre na classe mais baixa de condenados por homicídio».

A permanência de certos focos de violência — em especial desse estranho círculo de sangue formado pelos distritos de Trás-os-Montes e da Beira Alta, para além das variações observáveis de uma época para a outra —, é um fenómeno que o trabalho de A. Luís Lopes assinalava já nos finais do século XIX mas que a distribuição por distritos nem sempre permite observar. O Instituto de Criminologia de Coimbra citava, por exemplo, os concelhos de Vila Verde e Vieira, no distrito de Braga, como «de fértil produção de homicídios». Mas dada a dispersão e a disparidade de algumas destas zonas de maior violência (repare-se apenas nas diferenças entre Beja e Leiria ou entre a Guarda e Setúbal), só uma análise comparativa poderá desvendar os fios que eventualmente as ligam umas às outras e explicam uma tal permanência.

Vingança e honra

Nos anos 30, um inquérito do Instituto de Criminologia de Coimbra junto dos Delegados do Procurador da República de Trás-os-Montes cita como principais causas de homicídio nesta província, para além do consumo de álcool, o grau de instrução e educação, a miséria, as questões respeitantes à «organização da propriedade», parti-



A nossa literatura etnográfica, à excepção de um autor como E. Veiga de Oliveira, desconhece praticamente a violência na sua dimensão cultural, fazendo dela uma simples irrupção de cólera. (Na gravura, A queima do Judas, festa popular. Às Pub. Dom Quixote agradecemos a autorização para reproduzir esta gravura, bem como a da pg. 81, que extraímos do livro «Festividades cíclicas em Portugal»).

cularmente as questões de águas, extremas, serviços, aproveitamento de baldios (horas de rega e pastos), disputas entre herdeiros, etc. Sobre as relações do camponês com a terra, escreve-se neste estudo: «As questões de propriedade figuram entre as questões de honra mais importantes da sua vida. São, em suma, o seu ponto de honra. Às vezes, por uma tira de terreno ou por uma questão de águas, de escasso valor, gasta-se uma fortuna em Justiça, se o génio dos contendores não prefere o desforço directo». E o inquérito aponta os agricultores, pequenos proprietários, jornaleiros e pastores como «a classe profissional que maior contingente de homicídios fornece» (26).

Na sua obra mais conhecida sobre Portugal, Paul Descamps refere-se várias vezes também a «disputas que se terminam em vinganças privadas», a propósito do Minho (Viana do Castelo e Braga), Beira Alta (Viseu) e, é claro, Trás-os-Montes, que outrora era uma espécie de Córsega onde reinavam o banditismo e a vendetta». «Os homicídios diminuíram, escreve ele a propósito desta província, mas os conflitos que degeneraram em lutas sangrentas por causa da usurpação de propriedade, irrigação e mulheres, ainda não desapareceram». Se nessa altura o banditismo já tinha acabado com a abertura de estradas e caminhos de ferro, o mesmo não aconteceu com o «espírito de clã» que, no Minho, se baseava no «alargamento dos laços de parentesco» e conduzia, segundo Descamps, a «soluções menos sangrentas» (27).

Vemos, assim, como a violência de sangue obedece tantas vezes, a uma lógica própria que seria absurdo confundir com uma questão de temperamento e parece dificilmente compreensível fora do duplo código da vingança e da honra, a exemplo do que acontece com outras sociedades da área mediterrânica. O mais curioso é que neste país «atlântico por posição» e «mediterrânico por natureza», segundo a famosa expressão divulgada por Orlando Ribeiro, seja sobretudo nas regiões do norte, onde a influência mediterrânica é menos marcante, que a cultura da violência de características tão mediterrânicas parece mais viva ...

Ilegítimo no plano dos princípios, matar torna-se em certas circunstâncias um imperativo social a que nenhum homem pode esquivar-se sem perder a sua reputação. Como diz o provérbio, «homem honrado, antes morto que injuriado» (28). É por isso que nesta sociedade onde toda a gente se conhece mas onde todos se espiam, onde ninguém recusa uma ajuda mas onde cada um se apressa em divulgar a mais pequena falta do seu vizinho, a violência, em vez de ser neutralizada pelo olhar implacável da opinião, é estimulado por ele. Mais ainda, esta sociedade que encoraja a violência física em nome da honra condena, em certos casos, o roubo com a mesma veemência, em nome da vergonha (29). Aquando da sua visita nos anos 30, à Colónia Penal Agrícola de Sintra, Artur E. Morgan, da administração penitenciária americana, exprimia a sua admiração perante esta «concepção particular da honra» do nosso camponês, que perde o «respeito» em caso de roubo e não quando mata um vizinho por ocasião de uma rixa (30). Também Ary dos Santos, por ocasião de uma visita à Penitenciária de Lisboa, observava em 1938: «É interessante saber-se que, entre a própria população das cadeias (...), os reclusos condenados por homicídio ou ofensas corporais consideram-se de uma espécie muito mais respeitável e digna do que os autores de crimes contra a propriedade, a quem chamam *filhos do crime*. Esses, os de sangue, costumam dizer que são três as fêmeas que os atiram para a cadeia: a *mulher*, a *terra* e a *partilha*» (31). A abolição do júri em 1927 resultou em parte desta tolerância em relação aos crimes de sangue. Escreve Mendes Correia: «O povo absolve mais facilmente os autores de crimes contra as pessoas que não envolvam traição, má fé ou um instinto particularmente cruel ou quesilento, do que os autores de crimes contra a propriedade» (32).

José Cutileiro foi talvez o único antropólogo português que se interessou pela problemática da honra, embora na sua belíssima monografia sobre Vila Velha (Alentejo), ela seja essencialmente abordada através da sua vertente negativa: a ver-

gonha⁽³³⁾. Este silêncio em relação à honra é idêntico àquele que cobre a prática da vingança, pois onde impera o código da honra, impera também, como seu corolário, o código da vingança. Mais do que a resposta individual a um acto agressivo, a vingança é uma instituição social com a sua ética, as suas regras, as suas relações de poder e que, nas sociedades mediterrânicas (Cabilia, Córsega, Calábria, etc.), se encontra intimamente ligada ao código da honra que lhe serve de referência. Finalmente no caso português, ainda são certas obras literárias (Camilo, Bento da Cruz, Torga, Aquilino, etc.) que melhor nos referem a maneira como os valores da honra impregnaram a sociedade rural. *Terras do Demo* — romance de Aquilino sobre as terras serranas do norte da Beira, onde a violência faz desabrochar flores de sangue em paisagens de pedra — é sem dúvida o testemunho mais eloquente de um quotidiano aldeão que a honra transforma em dramaturgia permanente⁽³⁴⁾.

No prefácio à tradução portuguesa da célebre colectânea de textos dirigida por J. G. Peristiany sobre a honra e a vergonha nas sociedades mediterrânicas⁽³⁵⁾, José Cutileiro enumera como «princípios» da honra comuns a toda a sociedade portuguesa, o «primado da família e, para segurança desta, (a) importância da prosperidade, aqui (Vila Velha) geralmente em terras (noutros lugares em terra ou em gado) e (a) importância do comportamento sexual das esposas e das filhas». Se «diferenciação» há a nível do país, diz ele, «não é nos princípios mas nas consequências práticas que deles advêm segundo diferentes contextos de estrutura social. E essas diferenças, se existirem, não me parece que se devam procurar entre cidadãos e rurais mas entre o norte e o sul do país — ou, melhor, entre as regiões de latifúndio do sul e as regiões de minifúndio do norte. Estas diferenças de sistema de propriedade parecem estar ligadas a diferenças na estrutura da família e, conseqüentemente, à aplicação prática do sistema de valores morais»⁽³⁶⁾. Se a questão parece mais complexa do que esta análise sugere, é certo que ela só poderá ser devidamente esclarecida quando uma das re-

giões do norte tiver sido estudada segundo «a problemática corrente da antropologia mediterrânica» como escreve este autor. Para Cutileiro, uma das características que distingue Vila Velha das sociedades mediterrânicas a que no entanto se assemelha no plano «ideal» da «defesa dos interesses e prestígio da família», é a forma «menos carregada de ameaças de violência» ou de «expressões agonísticas» com que o «sistema de valores morais», em razão da «estratificação social» desta freguesia, é posto em prática⁽³⁷⁾. Que dizer então das regiões do norte onde, como dissemos, é mais agonística a maneira de viver, se exceptuarmos esse enigma que é o distrito de Beja?

Não nos deixemos iludir pelo facto de a palavra «honra» ser pouco utilizada na linguagem corrente; o código da honra é mais «vivido» de que «enunciado»⁽³⁸⁾. Como observa Leite de Vasconcelos, não emprega o homem do campo muitas vezes o termo «palavra» para significar «palavra de honra», sinal da importância que este código representa para ele? ⁽³⁹⁾.

Só num contexto inter-relacional muito intenso, onde cada um sabe quem é o seu vizinho, de que lado se situa ou qual é a sua posição social, onde, portanto, as «relações pessoais face a face» têm predominância sobre as «relações anónimas»⁽⁴⁰⁾, é que os valores da honra são social e eticamente operantes. «Tem honra, escreve o Cardeal Saraiva, no seu *Ensayo de alguns sinónimos da língua portuguesa*, o homem que constantemente, e por hum sentimento habitual, procura alcançar a estima, boa opinião e louvor dos outros homens e trabalha por o merecer»⁽⁴¹⁾. O grau de «personalização» que caracteriza as relações entre protagonistas do homicídio é, em si mesmo, a marca de uma sociedade de honra onde o indivíduo é inconcebível fora do seu sistema de pertenças. Destinada a salvar a coesão social, e regulada pela honra, a vingança não é uma forma de violência cega e incontrolável, mas previsível, situando-se simetricamente à delimitação clara do papel de cada membro (homem/mulher, homem/rapaz, etc.) dentro da comunidade⁽⁴²⁾. É esta proeminência do grupo

sobre o indivíduo que a vingança é chamada a defender em gestos de uma quase fatalidade. A partir do momento em que o homem, enquanto representante do grupo (familiar, aldeão, etc.) falha ao dever de vingança, e portanto deixa de poder «aparecer» diante dos outros com o prestígio da sua honra, deverá «desaparecer» na vergonha da sua humilhação⁽⁴³⁾. Como diz Paulo, o salteador mítico do romantismo português: «Maldição sobre mim, que nasci com o sestro fatal de uma infelicidade irresistível (...). Só, só no mundo... só e a minha vingança!» Mas não podendo exercê-la de imediato, Paulo escolhe a situação intermédia que define o espaço do salteador. Deixa a aldeia e vai para as montanhas, continuando moralmente ligado a ela, até poder reintegrá-la logo que a honra tenha sido vingada: «Hcmem, com a honra para vingar, tomou a única resolução que em tal caso lhe restava — fez-se salteador»⁽⁴⁴⁾. Se um indivíduo deve pagar com a destruição do seu corpo a ofensa pela qual atentou contra a integridade do grupo (o seu «capital-vida»), é porque a sua existência não tem sentido fora do corpo social de que faz parte.

O que, portanto, está em jogo na prática da vingança é «o conjunto de pessoas e bens, forças e valores, crenças e ritos, que formam a unidade e a coesão do grupo» e a que Raymond Verdier chama o seu «capital-vida»⁽⁴⁵⁾. É ele que os membros do grupo têm por dever inalienável «defender e fazer frutificar», num duplo movimento que o obriga a reagir a toda e qualquer agressão exterior dirigida contra ele ou contra um dos seus membros e que, simultaneamente, proíbe qualquer gesto de vingança no interior do grupo. «Toda a injúria a este capital-vida, que resulte de uma agressão exterior, é um dano causado ao grupo todo e provoca uma reacção de vingança da sua parte. Se, porém, emanar de um dos seus membros, é uma transgressão da lei que exige a sanção penal ou sacrificial do grupo, sendo a pena e o sacrifício as únicas respostas lícitas a uma ofensa praticada no seio do grupo dentro do qual é proibido matar, na me-

didada em que se não pode exercer a vingança sobre aqueles que têm por dever exercê-la⁽⁴⁶⁾.

Quer pelo contexto interpessoal em que se situa, quer pela territorialidade simbólica (a casa, a terra, a freguesia) que defende e fecunda, como veremos, o homicídio parece inscrever-se, na maioria dos casos, na dinâmica da vingança que a honra alimenta e circunscreve. Neste sentido, pode falar-se de «equivalência simbólica» entre o «sangue» e a «honra», para utilizarmos os termos com que R. Verdier figura o «capital-vida» do grupo: o *sangue*, como «símbolo da união e da continuidade da descendência e das gerações»; a *honra*, como «símbolo da identidade e da diferença que permite reconhecer o outro e exigir que ele vos respeite»⁽⁴⁷⁾.

No antigo direito penal, o homicídio era, juntamente com os «delitos contra a honra», em particular contra a honra da mulher (raptos, violação, adultério...), uma das ofensas principais que implicava a vingança privada⁽⁴⁸⁾. Dir-se-ia, porém, se nos referimos às diferentes monografias sobre o homicídio, que este, mais do que uma fonte de vingança, se apresenta como uma tentativa de resolução da própria vingança, ou seja, o gesto violento destinado a extinguir-se no acto mesmo do seu aparecimento. Embora neste particular só os arquivos judiciais possam esclarecer-nos de uma forma cabal, é provável que, pelo menos do século XIX para cá, os ciclos sangrentos entre famílias tenham completamente desaparecido entre nós. Daí, sem dúvida, uma das razões desta incapacidade crónica em reconhecer a vingança como prática cultural e a tendência para reduzi-la a uma questão de agressividade, própria de indivíduos mais ou menos irascíveis. É certo que a violência intrafamiliar parece tão importante na sociedade portuguesa (violência, neste caso, de ordem sacrificial e não vingadora, como acabamos de ver) que talvez resida aqui uma das causas do carácter relativamente moderado da violência de sangue ou como tal ressentida. As discórdias intrafamiliares abundam nas «histórias do crime» recolhidas por Simões Trincão. Em Fonte Santa (Alcobaça), o



A ocultação da violência como prática cultural não se pode dissociar do movimento jurídico-penal que, a partir do século XIX, tende a «escondê-la» dentro do corpo do condenado, ao mesmo tempo que o «esconde» a ele dentro da prisão. (Na gravura, capuz de um presidiário).

homicida «justifica o crime dizendo que o pai o pretendia deserdar para o que vendia os bens a fim de dar dinheiro aos filhos legítimos»; em Cerdeira (Arganil), «o crime foi cometido pelo facto de a vítima censurar o arguido, por ele bater na mulher sua irmã», etc.

Além das questões de adultério durante a ausência do marido, as histórias de crime por cumplicidade entre membros de uma família contra outro membro são muito numerosas e exprimem uma profunda indeterminação no exercício da autoridade parental⁽⁴⁹⁾. E, no entanto, a «intensidade dos tabus» relativos ao sistema de valores por que se rege o grupo familiar e que este tipo de violência não pode deixar de intensificar, leva geralmente, como observa François Tricaud, a uma certa «retenção na execução da violência física quando esta intervém em nome da justiça intrafamiliar»⁽⁵⁰⁾.

De qualquer modo, o que a análise do homicídio nos revela é uma violência mais defensiva do que ofensiva, mais estática do que dinâmica, muito parecida com a maneira como muitos camponeses encaram a questão da dívida (económica ou simbólica): «ninguém deve dar mais do que recebeu e o objectivo é devolver uma quantia igual o mais depressa possível»⁽⁵¹⁾. Uma das coisas que o camponês mais receia é estar em dívida para com alguém, pois isto põe em dúvida a sua honradez como se se tratasse de um roubo. Repare-se na maneira muito curiosa como Lourenço Fontes fala do «barrosão»: «O nosso homem é bom pagador. Não vai para a cadeia por roubar. Antes por matar que por ladrão. É honrado...»⁽⁵²⁾. Ora, o que é a vingança senão o acto pelo qual o membro do grupo ofendido procura pagar-se da dívida contraída pelo membro do grupo ofensor, ou seja, a forma extrema, mas imperiosa, de restabelecer um direito espezinhado? E o que é que institui esta relação de dívida que a vingança procura saldar, senão a «lei da troca» que estrutura a própria sociedade? «Dívida de ofensa», como lhe chama R. Verdier, a vingança pode definir-se também, segundo F. Tricaud, como «um *potlatch* de valores negativos,

em que em vez de bens se trocam ofensas», com o objectivo idêntico de «afirmar, defender, aumentar a sua honra...»⁽⁵³⁾. Dir-se-ia, porém, que no caso português a ostentação e o excesso da vingança enquanto «potlatch» não reside tanto no homicídio mas na violência multiforme (ofensas corporais, ameaças, injúrias, rixas, etc.) que ritma o dia a dia e culmina em gestos sangrentos, extenuando-se momentaneamente para logo renascer em novas ofensas, ameaças, injúrias e rixas... De todas estas formas de violência é nas rixas entre freguesias que, até uma data bastante recente, a vingança como força de solidariedade se afirmou com mais pujança, qual canção de desafio animada pelo desejo de afrontar e provocar o outro sem pretender destruí-lo. O que conta para um homem de honra, não é matar por matar, acto gratuito que é em si mesmo uma negação da vingança, mas bater-se, saber reagir à provocação, responder aos desafios que os outros lhe lançam sem ir obrigatoriamente até ao derramamento de sangue. Não sabemos, aliás, se é neste sentido que deve interpretar-se o caso daquele homem que, em certas zonas do distrito da Guarda, não hesita em viver de novo com a mulher infiel que momentos antes anavalhara, se esta sai ilesa da agressão⁽⁵⁴⁾.

A dinâmica vingadora ou sacrificial não se exprime exclusivamente em actos sangrentos, como no-lo recorda o exemplo da *expulsão* para fora do círculo familiar ou de freguesia do membro que atentou à integridade moral do grupo, facto que, em determinados casos, chega a assumir um carácter institucionalizado⁽⁵⁵⁾. Todavia a «expulsão» nem sempre significa, pelo menos num primeiro tempo, o abandono efectivo da comunidade mas a privação de toda a «assistência comunitária» (trabalho, doença, etc.) àquele que se comportou como «mau vizinho». Só no caso de persistir em não querer submeter-se aos imperativos comunitários é que a pessoa, perante o isolamento total a que se vê condenada, é obrigada a partir...

Mas há uma maneira mais banal de se vingar ou «matar» alguém simbolicamente, é deixar de falar-

-lhe ou, como se diz habitualmente, «cortar relações». À semelhança da vingança propriamente dita, a ruptura entre duas pessoas pode atingir os respectivos grupos familiares, principalmente os seus membros mais chegados. Por vezes, «cortam-se relações» na sequência de uma decisão de justiça, como se tal decisão não bastasse para obter ganho de causa, o que não é de admirar quando se conhece a desconfiança da sociedade rural em relação à justiça do Estado.

Descrito o contexto de interconhecimento em que o homicídio é geralmente praticado, uma questão decisiva continua por esclarecer: o que faz com que uma pessoa se sinta na *obrigação* de matar? Para tentar sabê-lo, há que percorrer, ainda que brevemente, os três espaços que definem o território da honra, pois são eles que o sangue irriga e fecunda: a casa, a terra e a freguesia.

O território da honra

Estamos no Barroso, em dia de casamento. Quando o noivo vai bater à porta da sua futura esposa, encontra a casa fechada, mergulhada no mais profundo silêncio como se ali não morasse ninguém. De dentro, o pai da noiva pergunta: «Que procurais?» O noivo responde: «Procuro mulher, fazenda e honra». Então a noiva afirma: «Entrai que tudo encontrareis»⁽⁵⁶⁾. Deste modo se realiza numa mesma territorialidade simbólica, a união da honra e do que esta deve proteger: a mulher e a terra. Admirável celebração da honra como territorialidade, que um provérbio da mesma região proclama de outra maneira: «A mulher é terra, o homem hóspede dela»⁽⁵⁷⁾. Como exprimir com mais verdade a submissão do homem ao poder mudo da mulher, à sua função geradora do solo comum, ele que tem por dever defendê-la? Desloquemo-nos agora a Terras do Bouro onde tem lugar uma cerimónia muito semelhante, mas com um pormenor muito curioso que, à luz dos princípios da honra em vigor nas sociedades mediterrânicas, altera, de certo modo, o sentido da própria cerimónia

nia. Ao noivo que diz procurar «mulher, honra, fazenda e dinheiro», o pai ou o parente mais chegado responde: «Ela cabras guarda, sebes saltou; mas, se em algumas se espetou, e a quereis como está, assim vo-la dou»⁽⁵⁸⁾. Que as coisas se passem ou não exactamente assim, o que importa é observarmos como alusão à incerta virgindade da mulher não perturba uma cerimónia celebrada precisamente sob o signo da honra, o que seria impensável em qualquer sociedade mediterrânica... Na sua dupla versão, este rito ilustra, em suma, o carácter híbrido ou abastardado da honra na sociedade portuguesa, sem podermos afirmar se é apenas o sinal do declínio, mais do que provável, deste sistema de valores como sistema predominante no mundo rural.

Os valores relativos à mulher, à terra e à herança que nos revela a análise do homicídio levaram-nos a definir a honra em termos de territorialidade, a partir dos três grandes espaços que são a casa, a terra e a freguesia, correspondentes à tripla conflitualidade, intrafamiliar, interfamiliar e intercomunitária que neles se joga⁽⁵⁹⁾. A exemplo de outras sociedades com uma forma de organização social de tipo segmentário, onde o que se passa a nível de um segmento se repercute em cada um dos outros, esta territorialidade é múltipla e indivisa. Na Cabília, por exemplo, ela desenrola-se em círculos concêntricos em torno do *haram*, mundo «sagrado» e «interdito» figurado pela casa, abrangendo todos os domínios a que se atribui a mesma dimensão simbólica: o clã, a aldeia, a terra, etc.⁽⁶⁰⁾. Reagrupando numa mesma territorialidade a casa, a terra e a freguesia, esta dinâmica indivisa traduz-se, de um modo admirável, na forma como em Portugal os habitantes de uma freguesia transformam as suas rivalidades internas em solidariedade colectiva, sempre que o mais pequeno conflito opõe um deles a outra freguesia ou a um dos seus membros.

Para não cairmos numa tão abusiva quanto incorrecta generalização, limitamo-nos a apresentar algumas situações que nos parecem suficientemente representativas das relações «territoriais» entre a

honra e a violência, tanto no plano geográfico como simbólico, e tendo em conta a divisão norte/sul que a estatística do homicídio põe em evidência.

A casa — a terra — Além de ser o principal, se não único meio de subsistência, a terra é para o camponês a expressão da continuidade familiar e da identidade da casa. Como a mulher, a terra é um desafio à sua honra e daí a constante preocupação em fecundá-la, engrandecê-la e protegê-la contra a forma de violação. Os inúmeros conflitos em torno da terra que marcam a história do homicídio, por questões de extremas que delimitam a sua corporalidade, servidões, que põem em jogo a sua apropriação ou partilhas, que constituem uma ameaça à sua indivisão, atestam a importância vital que ela representa para o camponês. Aqui, o ter confunde-se com o próprio ser. Mas neste domínio, a água é, sem dúvida, o ponto de litígio por excelência. Mais do que em nenhuma outro momento do ciclo agrícola, é na época das regas que o camponês se confronta com o «sentido» mesmo do seu trabalho e, logicamente, com a honra da casa, já que é do trabalho da terra (e da água que o irriga), que a casa retira o seu sustento e o seu prestígio. «Tempo de crise para a comunidade, em que a sobrevivência física e os laços sociais» são particularmente ameaçados, compreende-se que seja nesta altura que as rivalidades entre famílias (ou freguesias) acumuladas ao longo do ano irrompem mais facilmente⁽⁶¹⁾.

João de Pina Cabral, em artigos recentes sobre duas freguesias do Alto Minho (distrito de Viana), a que chamou Paço de São Miguel e Couto de São Fins, punha em relevo os laços de recíproca identificação que ligam a casa e a terra⁽⁶²⁾. Apesar de alheia à problemática da honra, a sua análise oferece-nos um material muito rico que pode precisamente contribuir para a definição do estatuto antropológico da honra na sociedade portuguesa, por maior que seja o seu declínio.

«A criação de uma casa que não seja baseada no sacramento do casamento é considerada um ultraje» para ambas as freguesias. Sendo este o

modelo que melhor se coaduna com os «padrões da visão camponesa do mundo», mais grave ainda do que não querer (ou não poder adoptá-lo) é trocá-lo por outro considerado moralmente inferior. Pina Cabral cita o caso de um homem casado que deixou a casa da esposa com quem se dava pessimamente e passou a dormir na casa de uma mulher solteira com quem há anos mantinha abertamente relações sexuais. «Logo que as suas intenções se tornaram evidentes, os vizinhos, que até ali tinham simpatizado pouco com a mulher, a quem culpavam pelo estado da situação, viraram-se violentamente contra o casal adúltero. Expulsaram-no à pedrada». Para os camponeses destas freguesias, só o casamento religioso oferece sérias garantias de poder salvaguardar a estabilidade que define a verdadeira casa, ou seja, a sua unidade, característica tão importante que, mesmo se não for casado, um casal «deve viver na mesma casa». É certo que «as relações sexuais entre pessoas solteiras e mesmo o adultério durante a ausência do marido são assuntos relativamente pouco escandalosos». Mas a análise de Pina Cabral leva-nos a concluir que esta atitude de tolerância supõe que o acto de adultério não ponha gravemente em causa a permanência da casa criada pelo matrimónio e que, em caso de relações sexuais entre pessoas solteiras, pelo menos no que respeita à rapariga, o modelo da futura casa esteja, já, de certo modo, virtualmente presente.

Quanto à sexualidade pré-marital, apesar de não ser «encorajada, também não é particularmente punida e a ocorrência de casos de gravidez pré-matrimonial é elevada». O autor cita Oliveira Martins que escrevia a propósito do Minho: «Muitas, muitas raparigas casam sem ser virgens e isso, apesar de sabido, não escandaliza». Mais perto de nós, Maria Lamas diz-nos como as mulheres do Soajo insistem em fazer a diferença entre as «desgraçadas» que caíram na «má vida» (prostituição), e cujo apelido é já um insulto, e as raparigas «honestas» que um dia se encontram com um filho ilegítimo nos braços mas a quem «ninguém faltará ao respeito», apesar de, por vezes, serem «spanca-

das pelo pai ou pela mãe a quem o conceito de honra endurece o coração...»⁽⁶³⁾. O mesmo já não acontece em Vila Velha, onde as «raparigas abandonadas pelos namorados e das quais conste terem tido relações sexuais com eles ou ligações amorosas com outros homens» não poderão ter «acesso a um casamento digno», chegando a verificar-se tentativas de suicídio por causa deste problema⁽⁶⁴⁾. A sexualidade pré-matrimonial reveste, portanto, nestas duas freguesias do Alto Minho, um carácter menos dramático do que noutros pontos do país, mesmo se a rapariga, em caso de relações regulares e públicas que não levem a casamento, acabe por «baixar a sua cotação no mercado matrimonial», dêem elas origem ou não a gravidez. Quando isto acontece, a rapariga deverá «regularizar» a sua situação o mais rapidamente possível pelo casamento, o que é fácil se os pais pertencem «a uma casa forte e rica», com muitas terras, mas impossível quando a rapariga não tem terra. Neste caso, resta-lhe apenas alimentar o ciclo de ilegitimidade que ela própria herdara... Quanto ao filho, se for rapaz acabará geralmente por emigrar ou «tornar-se vagamente nómada», o que explica o número considerável de famílias matrilocais sem presença masculina. Se for rapariga, acabará quase sempre, a exemplo da mãe, por dar à luz um filho ilegítimo, que, por sua vez, se for rapariga, terá também um filho ilegítimo e assim sucessivamente. Este ciclo de ilegitimidade leva o autor, de acordo com a definição de Laslett, a classificar o campesinato sem terra do Alto Minho de «bastard sub-society»⁽⁶⁵⁾. Segundo as percentagens de baptismos de ilegítimos, de 1860 a 1940, que no Couto oscilam entre 14,3 % e 22,5 % e, em Paço, entre 5,8 % e 12,5 %, é nesta primeira freguesia que se conta, ao mesmo tempo, o número mais elevado de pessoas sem terra e de fogos com mães solteiras. Por isso, os habitantes de Paço ainda hoje têm o hábito de dizer: «Couto é uma freguesia muito putanheira». Mas tanto numa freguesia como noutra, a grande maioria dos ilegítimos são filhos de jornaleiras ou criadas. Note-se que estas freguesias se situam num distrito em que as taxas de ilegítimi-



O domínio do pau pelos camponeses do Norte era menos o resultado do que um obscuro estímulo desses sentimentos de violência, rivalidade e ódio... (Na gravura, o jogo do pau).

dade são uma das mais baixas do país. Em 1964-1966, época em que a média geral era de 8,3 % em relação ao conjunto da natalidade, o distrito de Viana do Castelo contava apenas 5,2 %. Pode dizer-se que, de um modo geral, as taxas mais baixas de ilegitimidade se situam nas regiões (norte e centro) onde predomina a família patriarcal com os seus «valores ligados ao sangue, à terra e à tradição», já que elas atingiam, nesta altura, 24,2 % no distrito de Beja e 21,0 no distrito de Setúbal⁽⁶⁶⁾.

Se a posse da terra é «um factor indispensável para a existência de uma casa», a ilegitimidade designa a impossibilidade, por parte dos que não têm terra, de criar uma casa segundo os padrões que regem a sociedade camponesa, facto deter-

minante que dá a cada um dos seus membros o direito a ser respeitado e considerado. A posição de «inferioridade moral» em que se encontra a mãe solteira, sem terra, sem casa e sem prestígio, é tanto mais aviltante quanto a economia simbólica em que se insere «associa e prende a mulher à terra», nomeadamente através do sistema de heranças. Com efeito, apesar de este sistema ser teoricamente igualitário, são as filhas, e sobretudo aquela que sucede na direcção da casa paterna, as mais favorecidas no que respeita a partilhas. «Elas tendem a receber uma maior parte dos seus quinhões, em terra arável, em vez de propriedade móvel ou bouças e pinhais. Isto, de facto, é um privilégio, pois a terra arável tem maior valor sim-

bólico: de toda a propriedade, ela é a que está mais directamente presa à identidade própria da casa». Ora, nesta província onde a mulher goza, mais do que em nenhuma outra, de uma «posição social de relativo poder e independência», segundo os termos do autor, ela encontra-se, por outro lado, quer se trate de uma mãe solteira ou de uma esposa fiel, em situação de «inferioridade moral», neste ponto a exemplo do que acontece em qualquer outra província.

O caso destas duas freguesias ilustra, em nosso entender, o princípio de indivisão que anima e mantém a territorialidade da honra com que a sociedade camponesa se identifica, mesmo se nem todos os seus membros conseguem viver de acordo com esta identificação. A falha a nível de um dos espaços que constituem esta territorialidade incide obrigatoriamente sobre todas os outros. Sabe-se como, apesar da abolição do morgadio, a sociedade rural continuou arraigada à conservação e transmissão do património indiviso, inventando nesse sentido soluções estratégicas muito diversificadas em função das regiões, modo de exploração da terra, tipo de organização familiar, etc. (67). Mas mesmo naquelas regiões onde a partilha dos bens é prática corrente, o desejo de aumentar as suas terras para não ter que dividi-las — a terra é o eixo fulcral da indivisão, não esqueçamos —, transpõe-se na própria fidelidade a uma memória ancestral. Como dizia um camponês de Reguengo do Fetal a quem propunham uma boa parcela de terra em troca de duas ruínas: «Foi o meu pai que me deixou isso» (68).

A herança não se refere apenas aos bens na sua materialidade, mas a todo um universo legado pelos antepassados e que há que perpetuar. A mais pequena injustiça neste domínio pode ser facilmente ressentida como uma «expulsão para fora do círculo familiar», como o facto de ser «abandonado, repellido e condenado pelos seus» (69). Assim se explica a violência de tantos conflitos relacionados com a herança de que nos fala a história do homicídio, embora as soluções estratégicas adoptadas pela sociedade rural para conservar o

património indiviso, como a emigração dos herdeiros não favorecidos, por exemplo, consigam sem dúvida prevenir ou atenuar muitos desses conflitos.

Sintoma de uma quebra a nível dos valores de que por outro lado, é tributária, como se a comunidade não pudesse preservar a sua unidade moral senão levando alguns dos seus membros à prática de uma infidelidade permanente, a ilegitimidade estabelecida das duas freguesias minhotas faz-nos pensar em certas formas de adultério a que as mulheres pobres de Vila Velha são obrigadas a recorrer para poder salvaguardar a estabilidade familiar e não caírem completamente na vergonha. Nesta freguesia alentejana, o adultério da mulher e a ruína do marido por negligência, são as únicas «situações morais» que obrigam uma pessoa a abandonar a comunidade, não havendo outras com «o mesmo desfecho institucionalizado, facto que aponta para a posição fulcral que a família ocupa no sistema de valores morais da comunidade» (70). Mas quando, devido às suas condições de vida, não podem deixar a comunidade, a mulher adúltera e o marido arruinado passam «a viver com a sua vergonha e a infligi-la à comunidade». Se, pelo contrário, o homem ou a mulher agem em prol da sua família, então a comunidade não só tolera mas pode mesmo desculpar «certas formas de comportamento consideradas repreensíveis». É o caso do furto, logro e fraude no homem casado e sem trabalho, ou determinadas situações de adultério numa mulher pobre com uma pessoa rica ou influente, na medida em que o benefício material resultante de tais situações tem por objectivo assegurar o equilíbrio e o sustento da família que, de outro modo, mais ameaçados ficariam. Estas formas de adultério chegaram a «institucionalizar-se» no âmbito do patrocínio, mas para serem reconhecidas como tais e não como a expressão de uma promiscuidade ocasional, «terão de revestir-se de uma certa estabilidade», condição indispensável «para a aceitação por parte da mulher das propostas que lhe dirigiam, assim como para a conivência por parte do marido». Não se julgue, po-

rém, que a conduta destas mulheres «as torna imunes à vergonha» como acontece com essa mulher idosa de que fala Cutileiro, «que teve nove filhos bastardos de diversos homens e se entregou à prostituição durante mais de quarenta anos na freguesia» e se encontra «para além das fronteiras da vergonha»: «dado que nada há a esperar dela, é aceite sem reprovação por aquilo que é». Bem diferente é o caso das mulheres adúlteras de famílias pobres, cujas «ligações são exemplos claros das limitações morais impostas pela pobreza» para não terem que descer ainda mais baixo na escala moral, ao porem em risco a existência da própria família donde tanto elas como os maridos tiram a honra e o prestígio social. Estranha situação em que uma das ofensas maiores à honra familiar (o adultério), é chamada a proteger esta mesma honra...

Se em Vila Velha os casos de homicídio por adultério são raros (um único caso nos últimos cinquenta anos, e que na altura um jornal local noticiava com o título bem significativo de «Um caso de adultério» e não «Um caso de homicídio»...), o exílio da mulher adúltera constitui, qual morte social, o «sucedâneo» da sua morte física: «as pessoas deixam de mencionar o seu nome na presença do marido, criando-se assim um certo vácuo moral». O «estigma indelével» que marca a mulher adúltera torna impossível a sua «reabilitação», o que não acontece com o marido adúltero enganado, mesmo se este último fica também indelévelmente estigmatizado como «cabrão», e menos ainda com «o homem que se revela incapaz de sustentar a sua família». Para o código da honra, de facto⁽⁷¹⁾, a pessoa aviltante é a mulher adúltera culpada de desonrar o marido e a família com a sua própria desonra, já que as ligações extramatrimoniais do marido não têm de modo algum as mesmas implicações. É hábito pensar-se que a mulher tem «vícios» e o homem «necessidades» e que, sendo ela a tentadora, o homem é forçosamente vítima da tentação...⁽⁷²⁾.

Ao pôr em causa o poder sexual do marido e a sua capacidade em protegê-la dos outros homens, que o mesmo é dizer a sua hombridade, segundo

a concepção do código da honra, o adultério da mulher vai obrigá-lo, por vezes, a ter que reabilitar-se pela violência física afim de poder voltar a aparecer diante dos outros de cabeça erguida. Maridos «cucos» e «cornos», é para com eles que a memória tradicional, através de contos, provérbios, práticas rituais como assuadas, pandeiradas, etc., se revela mais implacável, expondo-os sistematicamente ao ridículo e ao opróbrio⁽⁷³⁾.

Embora, sem dúvida, com um carácter menos institucionalizado, não é apenas em Vila Velha que se encontram situações de compromisso análogos à da mulher adúltera da família pobre. Variáveis em função do contexto cultural, social ou económico, elas coexistem, porém, com a mesma atitude reprovadora a nível dos princípios. Para sairmos da sociedade rural, citaremos apenas, pelo seu cariz mais radical, o exemplo das mulheres dos pescadores de Olhão que, «em época de crise, observa Paul Descamps, caem facilmente numa prostituição temporária ou na mendicidade», mas «só em último caso aceitam ser criadas»⁽⁷⁴⁾. Todavia, de um modo geral, a sociedade portuguesa é mais severa para com a mulher adúltera do que para com a mãe solteira, embora também aqui a sanção da opinião varie segundo a origem social da mulher, a região, etc. Em Vila Velha, a maneira de praticar o adultério está ligada à estratificação social resultante do modo de exploração da terra próprio do Alentejo, com 55 % do rendimento colectável da terra nas mãos dos latifundiários, 23 % dos proprietários e 22 % dos restantes chefes de família. Os compromissos no plano do adultério são apenas um dos aspectos do «compromisso moral quase permanente» a que, segundo os termos de José Cutileiro, estão condenados os trabalhadores rurais alentejanos, se quiserem assegurar a unidade familiar e não serem relegados, como a prostituta, «para além das fronteiras da vergonha». Se uma das obrigações impostas pela honra a todo o homem casado é garantir, senão a prosperidade, pelo menos a segurança da família, o exemplo do adultério mostra-nos que tantas vezes, ela só poderá ser cumprida através do sacrifício

de outra obrigação igualmente imperiosa que é a «integridade moral» da mulher.

Esta clivagem na maneira como a sociedade rural é levada a praticar os «princípios» da honra de que fala Cutileiro dá-nos uma ideia da sua relativa pulverização, mas o homicídio mostra-nos que a sua influência é suficientemente grande para conduzir um homem a matar outro homem. O quadro bre que acabámos de traçar dá conta do esforço constante com que se procura compensar, pelo menos através de um dos «princípios» da honra, a falta de outro princípio, como se fosse cada vez mais difícil ou impossível respeitá-los integralmente. O facto de não ser virgem é, para muitas mulheres, uma razão suplementar para ter que resgatar a sua «falta» pelo casamento. Pode a mulher casada praticar o adultério na ausência do marido (Alto Minho) ou em razão da sua extrema pobreza (Alentejo), mas nunca o seu gesto deve pôr em causa a estabilidade da casa ou da família, etc. Nesta atitude compensadora de um «princípio» por outro, para salvaguardar o prestígio social, desponta uma vez mais o mito da indivisão com o qual nos vai confrontar agora o exemplo da freguesia, antes de retomarmos alguns dos aspectos que acabámos de evocar.

A freguesia — Mais do que uma simples unidade administrativa ou a cena onde se joga a conflituosidade familiar ou interfamiliar, a freguesia é objecto e expressão desta conflituosidade, como a casa e a terra. Na sociedade rural, o alcance simbólico da honra confunde-se com as fronteiras da própria freguesia e é, por isso, que só abandonando-a é possível escapar ao opróbrio que representa a ofensa grave aos imperativos comunitários⁽⁷⁵⁾.

O sentido apurado da hospitalidade para com um estranho de passagem acompanha-se de uma atitude de desconfiança e mesmo de hostilidade da freguesia para com as freguesias vizinhas e a sociedade em geral, em particular para com a cidade e a administração central. Esta dupla atitude foi analisada por Laurence Willie, a propósito de uma aldeia provençal, segundo o modelo

do «Nós» e «Eles»: «Nós somos bons. Eles são maus (...) é preciso, portanto, desconfiar deles de qualquer maneira»⁽⁷⁶⁾. É algo de semelhante à dinâmica em jogo na prática da vingança com a «solidariedade» a nível interno e a «discórdia» a nível externo, para utilizarmos os termos de Joaquim de Carvalho sobre a sociedade clânica dos castros⁽⁷⁷⁾. Não que não haja discórdias a nível interno, muito pelo contrário. Que mais não fosse a história do homicídio, com o seu fundo de invejas, boatos e disputas quotidianas bastava para demonstrá-lo. Na sua monografia sobre o Reguengo do Fetal, Moisés Espírito Santo mostra também como duas visões da vida, dois tipos de interesse, etc., dividem constantemente, e consoante as circunstâncias, o imaginário social da freguesia, a «aldeia-mãe» («dominante») e as «aldeias dominadas»⁽⁷⁸⁾. Só que, perante o exterior («Eles»), a solidariedade entre os habitantes da freguesia («Nós») prevalece sobre as divisões que eventualmente os opõem a nível interno. Podemos então perguntar-nos se a rivalidade entre freguesias não é uma maneira de transferir, para fora delas próprias, a discórdia que internamente as divide e ameaça. No plano lúdico-ritual, as «chegas de bois» do Barroso, região onde o homem «está sempre pronto a assinar a sua própria destruição», como escreve Lourenço Fontes⁽⁷⁹⁾, exprimem com brilho a força simbólica desta rivalidade intercomunitária. Através do combate entre animais, transposição simbólica do combate entre freguesias, o objectivo é apropriar-se do território da outra, assimilá-lo simbolicamente para melhor assegurar a sua continuidade⁽⁸⁰⁾.

Centrada em parte em torno da terra e relativa à freguesia mais do que à família, a endogamia é uma das manifestações mais claras desta identidade territorial que faz da casa e da freguesia um mesmo espaço de proximidade⁽⁸¹⁾. A proibição de casar com um rapaz de outra freguesia e, de forma idêntica, a exclusão dos estranhos da posse da terra, é um fenómeno frequente que perdurou até aos nossos dias. Em muitas regiões, o rapaz que pretende casar com uma rapariga doutra freguesia

é obrigado a pagar um tributo (vinho, etc.) aos rapazes desta freguesia sob pena de represálias mais ou menos violentas da parte deles. Hoje ainda, numa aldeia da Beira Alta, situada em «Terras do Demo», o rapaz estranho (aqui, o sentido de pertença leva a considerar «estranhos» os rapazes não apenas de outra freguesia mas de outra aldeia da mesma freguesia) que não aceitasse pagar este tributo chamado «cabrita» (vinho) era levado à força, com uma corda à cintura, pelos rapazes da aldeia e mergulhado na água do rio. Desde tempos muito recuados que o principal protagonista desta manifestação, encarregado de transportar e lançar a corda, é um coxo, como se o seu defeito físico o tornasse mais indicado «para realizar o dom de uma esposa a alguém de fora da terra», justamente por ter mais dificuldades em deixá-la... (82).

Práticas semelhantes, com um carácter agonístico mais ou menos pronunciado em torno da mulher e da freguesia, assumem por vezes o aspecto de verdadeiras provas iniciadoras em que a honra colectiva é desafio à honra pessoal e vice-versa. Daí o papel privilegiado que os rapazes nelas são chamados a desempenhar. Em «Noites de Lamego», o velho Camilo dá-nos uma admirável ilustração deste tipo de rito com a rixa em que Victor de Mondim e João Lobo de Cerva, acompanhados pelos rapazes das respectivas freguesias, se matam um ao outro por causa de uma rapariga que acabará por se suicidar... Tudo neste texto converge no sentido de pôr em relevo o carácter de «transição» (Winnicott) deste afrontamento, desde o cenário (a romaria como lugar institucionalizado de trocas amorosas, sexuais, violentas e materiais entre freguesias) à hora da rixa (depois da meia-noite) e ao local da luta (a ponte que separa as províncias do Minho e Trás-os-Montes) (83).

Com as rixas entre rapazes sobre fundo de honra colectiva e todas as outras que nada têm a ver com a honra (alcoolismo, etc), há todas as «pequenas guerras endémicas» de que fala Jorge Dias, muito vivas ainda nos anos 30 e 40, e que transportam e alimentam a conflituosidade entre comu-



As relações entre a vadiagem e o fado ilustram bem as mutações sociais e culturais, concretamente no campo da violência, que ela veicula (Na gravura, tatuagem de um presidiário).

nidades. Em Maio de 1929, o Delegado do Procurador da República escrevia ao Instituto de Criminologia de Coimbra: «A avultada criminalidade notada na freguesia de Atalaia do Campo provém do excessivo consumo de vinho e ainda da animosidade ancestral em que esta aludida freguesia e a de Póvoa vivem, o que os torna aguerridos, sendo desta quase todos os ofendidos agredidos pelos criminosos daquela» (84). Num clima de violência latente prestes a transbordar, com uma actividade policial pouco eficaz devido ao isolamento geográfico, o mais pequeno incidente transformava-se facilmente em afronta pedindo luta. Então, esquecidos das suas próprias querelas, os habitantes de uma freguesia eram «todos por um e um por todos» perante a freguesia rival.

A solidariedade vingadora, que obriga o grupo a reagir a toda a agressão exterior dirigida contra um dos seus membros, tem aqui um dos seus pontos mais altos. É por ocasião das romarias, «encon-

tros de amor e luta» como lhe chamou Luís Chaves, ou certas feiras, que esta solidariedade se expande como um rito de festa. Momento de intensa sociabilidade, a romaria é talvez o único espaço social na vida da freguesia a exceder as suas próprias fronteiras. «Os laços que se ligam aqui poderão nunca mais se desfazer»⁽⁸⁵⁾: assim a violência praticada no decorrer da romaria ficará na memória como uma gesta que nunca mais se esquecerá e é mais uma razão para voltar no ano seguinte a exigir desforço. Duas populações que andam de rixa durante o ano escolhem com frequência a romaria mais célebre da região para ajustar contas, transformando o local da festa num imenso campo de batalha em que o pau, companheiro e arma do camponês, é o principal actor... O abade de Baçal cita um destes «barulhos» que chegou a durar quase vinte e quatro horas e fez muitos mortos e feridos⁽⁸⁶⁾. Mas é no contexto da romaria, como veremos, que as rixas assumiam também o verdadeiro carácter de violência regulada e codificada⁽⁸⁷⁾.

Frequentes também, sobretudo na época do liberalismo nascente e relacionados com a passagem do Antigo Regime para o Estado moderno, os «barulhos» produzidos ou impregnados de partidarismo. Trás-os-Montes é, sem dúvida, a província onde a violência de sangue mais vezes esteve associada a uma atitude de revolta contra o poder central e a sua burocracia «expoliadora» (impostos, baldios, etc.). O abade de Baçal cita alguns destes «barulhos» que mobilizavam freguesias inteiras contra a sede do concelho e chegavam a transformar-se em autênticos tumultos com salas devastadas, árvores arrancadas, libertação de presos, etc.⁽⁸⁸⁾. Ainda em 1945, *A Voz* de 10 de Outubro anunciava, com um laconismo que o lápis da censura talvez explique, a «grave desordem» entre duas populações transmontanas, por ocasião das eleições para a Junta de Freguesia. Há que citar ainda as «guerras» sangrentas que, principalmente, no século XIX, opunham as grandes famílias rurais e em que, por necessidade, os camponeses se viam implicados com vontade ou sem ela⁽⁸⁹⁾. Recorde-

-se que a agitação política, social e económica desta época se traduziu numa recrudescência do banditismo com o aparecimento de salteadores famosos, como José do Telhado, que nunca mais deixaram de povoar a memória popular. Os numerosos documentos (livros, artigos, folhetos, peças de teatro, filmes, etc.) publicados, sobretudo até aos anos 50, sobre estas figuras de salteador ou como tais representados, mostram que é por causa da ambiguidade fundamental que os caracteriza — rebeldes sucumbindo à sedução do poder — que elas continuam a suscitar um tal interesse. Esta recrudescência do banditismo no contexto das guerras liberais parece ter sido assinalado por actos de uma vingança generalizada e incontrolada, que surgem como um estertor final na altura em que a promulgação do Código Penal condenava definitivamente a vingança como prática cultural à clandestinidade de um gesto «criminoso»...

Evoquemos, por último, a conflituosidade em torno dos baldios, cuja apropriação pelos «poderosos» (grandes agricultores, concelhos, etc.) continua a ser para os camponeses o exemplo da «exploração dos pobres pelos ricos»⁽⁹⁰⁾. As lutas contra a sua apropriação marcam a história camponesa até aos nossos dias e cruzam-se muitas vezes com a violência comum. Em certas regiões, por exemplo, as pessoas mais pobres têm o hábito de apanhar lenha nas florestas que foram antigamente propriedade da freguesia, e isto que o Código Penal condena como furto é para elas um acto de obediência a um «costume ancestral»⁽⁹¹⁾. Guiado pelo desejo informulado de restabelecer um direito, este gesto parece-se mais com um acto de vingança, em que a vergonha que a sociedade rural associa ao furto, resultaria neste caso de não ousar praticá-lo. É provável até que, devido a esta memória de exploração, as disputas relacionadas com a utilização dos baldios de que fala o estudo do homicídio em Trás-os-Montes (horas de rega, pastos, etc.) sejam para os camponeses mais desonrosas ainda do que aquelas que dizem respeito à propriedade privada.

O crime de honra é uma ferida do lugar que atinge, através dos seus protagonistas, a comuni-

dade toda. A honra é indivisa e indivisa é a sua territorialidade. Esta ferida fica por vezes gravada em cruces de pedra, assinalando que um homem foi assassinado.

Hierarquia e comunidade

A clivagem na maneira de viver os «princípios» da honra de que há pouco falávamos obedece implicitamente a certos modelos hierárquicos que, em função das normas, costumes ou características socio-económicas locais vão entroncar na matriz original que é o código da honra com o seu dualismo constitutivo: honra/vergonha. O respeito, a consideração, a estima que cada um espera dos outros, numa sociedade de interconhecimento em que tanto contam, dependem da capacidade de respeitar o código da honra. «Honra é a aspiração a posição social (*status*) e a validação dessa posição social, enquanto *vergüenza*, quando oposta à honra, é a limitação dessa aspiração (timidez) e, também, o reconhecimento da perda dessa posição» (92). Todavia, dentro das fronteiras comuns traçadas pela hierarquia da honra, cada um vai jogar o melhor que pode e quer em relação ao modelo «ideal». Obrigado a partilhar a vergonha para não ser submergido por ela, mostrando-se incapaz de prover ao sustento da família, o trabalhador alentejano prefere roubar que pedir esmolas, actividade mais vergonhosa a seus olhos do que a primeira. De um modo idêntico, a mulher de Olhão prefere prostituir-se ocasionalmente do que ir a servir, enquanto que noutros sítios esta profissão é, para muitas raparigas pobres, a ocasião de deixar a aldeia de cabeça erguida. Depois, «para além das fronteiras da vergonha», estão todos os que não podem descer mais fundo na degradação, porque são, de certo modo, já a degradação (93). Aceites como tais, vivem na zona onde os limites da vergonha se apagam para se confundirem com ela (são a vergonha), pois quando *há* vergonha ainda *há* honra, na medida em que uma não existe sem a outra. Na sociedade rural, esta situação-limite

é geralmente encarnada pela prostituta, como nas duas freguesias minhotas, ou pelo cigano, como em Vila Velha, que os trabalhadores rurais consideram como o ladrão «por natureza», apoiando-se nesta estigmatização para tentar neutralizar a vergonha que sentem quando eles próprios são obrigados a roubar. Numa das mais belas páginas do seu livro, José Cutileiro explica-nos que, para justificar moralmente este acto, o trabalhador alentejano faz «a distinção entre a verdadeira *natureza* de um homem honesto e o comportamento insólito que por vezes é coagido a adoptar» (94). Por vezes acusada de se comportar como uma prostituta, a mãe solteira está, no entanto, muito longe de poder ser identificada como tal, porque, apesar de não ter casa nem terra, tem esse valor primeiro que é a maternidade. Quanto ao jornaleiro, o facto de não ter terra coloca-o numa situação idêntica à do cigano ou do vendedor ambulante, para nos cingirmos ao exemplo apontado por Pina Cabral; só que ele, diferentemente destas duas figuras, pode ainda valer-se do trabalho da terra numa sociedade que não reconhece mais nenhum.

Por outro lado, o código da honra intervém no campo das hierarquias estabelecidas, corroborando o funcionamento hierárquico da sociedade como se verifica pelo estudo da criminalidade. Através dos seus «territórios» — a casa, a terra, a freguesia —, que são outros tantos espaços de pertença, a sociedade portuguesa apresenta-se como uma sociedade hierarquicamente estruturada. Neste sentido, pode considerar-se uma sociedade «holista», segundo a expressão de Louis Dumont a propósito das sociedades tradicionais. «Trata-se, antes de mais, de ordem, hierarquia, cada homem particular deve contribuir no seu lugar para a ordem global e a justiça consiste em proporcionar funções sociais em relação ao conjunto» (95). Ao contrário da sociedade moderna, caracterizada pelo «individualismo» e «igualitarismo», as relações interpessoais prevalecem sobre a vontade individual neste tipo de sociedade. Semitradicional e semimoderna, a sociedade portuguesa não desconhece, porém, o «indivíduo», como veremos, embora este apareça

mais como uma ameaça ou um ponto de fuga da sociedade em relação a si mesma, do que como uma experiência de «liberdade e igualdade», como acontece com a sociedade moderna. Note-se que o salazarismo, ao recuperar politicamente, através do corporativismo, o que é fundamentalmente um modo cultural de estar em sociedade acabou por reforçar esta representação negativa do individualismo. Orientada para os valores da «pessoa» considerada no conjunto das *suas* pertenças, a lógica da honra é «particularista» e opõe-se à lógica universal, orientada para os valores do «indivíduo» e animada pelo princípio que *todos* os homens são iguais em direitos e deveres⁽⁹⁶⁾.

É o código da honra/vergonha que, no âmbito da casa ou da família, define os estatutos sociais do homem e da mulher, indicando o que moralmente compete a um e a outro, quem é «rapaz» ou se tornou «homem», etc. Só ele pode esclarecer o paradoxo que faz da mulher um ser «inferior» ao homem no plano da hierarquia simbólica, enquanto que socialmente a sua posição pode, às vezes, ser tão relevante como a do homem⁽⁹⁷⁾. Mas é certo que por mais importante que seja a sua posição social, é na autoridade do homem que assenta a unidade da casa e da família; é a ele que compete proteger e defender o território da honra.

Novo paradoxo. «Na ordem social tradicional, hierárquica e holista, as distâncias sociais coexistem com um sentimento muito profundo de pertença comum a uma mesma totalidade»⁽⁹⁸⁾. Os exemplos das freguesias minhotas e alentejanas mostram-nos como as diferenças hierárquicas e socio-económicas se sobrepõem e reforçam mutuamente na dependência de um mesmo ideal. A este respeito, seria interessante saber, dada a incidência da terra no prestígio social, como é que cada uma das profissões apontadas pelo Instituto de Criminologia de Coimbra no seu estudo sobre o homicídio (agricultores, pequenos proprietários, jornaleiros e pastores), se situa precisamente em relação à violência de sangue, já que a relação com a terra é diferente num pastor, num jornaleiro ou num agricultor. O caso do Alentejo, com a sua

«estratificação social» muito pronunciada, mostra também que uma assimetria demasiado acentuada no plano social e económico afecta profundamente a troca simbólica no plano da honra. Não quer dizer, como observa Cutileiro, que haja «uma moral dos ricos e uma moral dos pobres», ou «uma moral feita pelos ricos para os pobres», mas que os primeiros têm «mais possibilidades de viver de acordo com ela do que os segundos»⁽⁹⁹⁾. Podemos então perguntar-nos a partir de que grau de desigualdade é ainda possível falar de respeito e consideração. Tudo indica, de facto, que há um ponto de equilíbrio mínimo sem o qual não pode haver troca de bens nem de golpes. Escreve Tricaud: «A vingança procura restabelecer a igualdade comprometida pela ofensa, e a própria troca, não de golpes mas de bens, não exprime outra coisa: os valores relativos dos objectos trocados são a expressão de relações de força entre os autores da troca, à condição, evidentemente, de que esta relação signifique um equilíbrio no confronto e, portanto, uma certa igualdade⁽¹⁰⁰⁾. O «compromisso quase permanente» em que vivem certas famílias pobres do Alentejo, obrigadas a solicitar favores junto dos «ricos», explicaria, na opinião de Cutileiro, que a vida social em Vila Velha seja menos carregada de violência, donde poderíamos concluir que a violência é tanto maior quanto menor a estratificação social, o que está de facto de acordo com a proeminência de homicídios nas regiões do norte, mas torna mais enigmático também o caso do distrito de Beja em relação ao resto do Alentejo. É como se não pudesse haver troca de golpes sem troca de bens e vice-versa, como se a luta de homem a homem, com armas iguais como manda a honra, implicasse que o jogo não esteja viciado logo de entrada pelo facto de uns terem «tudo» e outros «nada». Na impossibilidade de afrontar directamente aquele que o explora, o logro, o furto e a fraude são os únicos meios que restam ao trabalhador para se vingar, mas esta situação projecta-o para as margens da revolta social, o que não acontece noutras regiões. A história desta província diz-nos que ela é talvez a única no país onde a criminalidade co-

mum pôde afirmar-se como uma «forma de revolta social latente»⁽¹⁰¹⁾ e a única igualmente onde o furto é reivindicado, de maneira tão clara, em nome da honra. Como o logro ou a fraude, ele aparece neste contexto como uma dessas «táticas» que constituem o que Michel de Certeau chama «uma arte do fraco» (não no sentido de cobardia mas de objecto de dominação), «maneiras de jogar com o terreno imposto e organizado pela lei de uma força estranha»⁽¹⁰²⁾. Contrariamente à caridade que o trabalhador alentejano rejeita como o sinal de uma dependência esmagadora, e na impossibilidade de afrontar directamente aqueles que o dominam, como dissemos, o furto oferece-lhe uma ocasião de desforra sem comprometer a protecção de que necessita, a menos que seja descoberto. «Privado da capacidade de «pagar na mesma moeda», mas continuando a precisar da intercessão de um patrono (...), a única coisa que poderá oferecer em troca (...) é a sua dependência moral, a qual não poucas vezes lhe é exigida»⁽¹⁰³⁾. Neste caso, talvez ainda seja o furto a solução mais honrosa para não perder completamente o seu prestígio.

Numa sociedade tecida por laços de intensa proximidade, a violência vingadora impede que esta proximidade se dissolva num magma indiferenciado. Ao instaurar a possibilidade do afrontamento, a violência vingadora garante um mínimo de autonomia pessoal, consolidando ao mesmo tempo o funcionamento hierárquico da sociedade, com as desigualdades inerentes a um tal funcionamento. Mas graças às regras que a circunscrevem, a violência protege a sociedade contra a sua própria desagregação: separa para melhor aproximar...

Ritos e jogos de violência

O receio de ser desconsiderado pode fazer da violência um dever para o homem, mas é este receio também que previne e delimita a violência na sua expressão. Ora, numa sociedade de interconhecimento, onde cada pessoa vive incessante-

mente exposta ao olhar dos outros, não será a violência que, ao desbloquear as tensões, torna menos cruel a pressão deste olhar sobre cada uma delas? Se a violência não pudesse quebrar, para melhor consolidar, as relações de interdependência que formam a sociedade de honra, com que outra forma de regulação poderíamos contar senão com o olhar insidioso da opinião? Sem fragor da violência que acende o conflito e dá a cada um a possibilidade de testemunhar a sua honra, a sociedade acabaria por ser subjugada por um imenso sentimento de vergonha como o que os boatos alimentam. Num contexto tão personalizado, a opinião («que vão os outros dizer?») é motor e travão da violência. Mas é a violência que protege contra a tirania da opinião.

O homicídio inscreve-se numa cultura da violência que, por vezes, só a memória local permite reconhecer. O uso generalizado de uma arma ou de um objecto usado com a mesma finalidade (o pau, a navalha ou até um sacho) sobretudo nas deslocações para fora da aldeia ou da freguesia; a capacidade de reagir à provocação; o recurso à força física como sinal de hombridade, etc., revelam uma forma agonística de viver que suscita a estima dos outros em vez da sua reprovação.

Na fronteira entre o ludismo e a violência, o jogo do pau é uma das expressões mais significativas desta forma de viver. Sabemos pela estatística judiciária que o pau é um dos instrumentos de vingança mais utilizados, chegando mesmo a recorrer-se a caceteiros profissionais cujo estatuto seria interessante elucidar. Trata-se de vingadores institucionalizados ou não? Mas o domínio do pau, pelos camponeses do norte em particular, escreve Veiga de Oliveira num dos seus mais belos textos, «era menos o resultado do que um obscuro estímulo desses sentimentos de violência, rivalidade e ódio, que se cultivavam a fim de existir uma razão para, na próxima vez, se voltar ao combate, numa plena expansão das tendências lúdicas e agressivas, pessoais ou institucionais dessa gente»⁽¹⁰⁴⁾.

São tantas entre nós as práticas lúdicas e rituais de violência que seria estulto querer descrevê-las

no âmbito de um simples artigo. Limitar-nos-emos, pois, a evocar algumas delas, como as variadas formas de «vindicta popular» de que fala também Veiga de Oliveira. Associadas em certos casos às festas com que ciclicamente a sociedade rural celebra a sua «morte» e «ressurreição», elas constituem uma «manifestação de censura, protesto, crítica ou represália, sob o aspecto de troça ou sátiras colectivas, em actos ou palavras, contra atitudes que traduzem forças ou princípios de desagregação moral ou social do grupo, ou como maneiras de sublinhar determinados acontecimentos que constituem inovações mais ou menos frustradas ou excepções à rotina do seu viver típico»⁽¹⁰⁵⁾. Fazendo do ridículo uma forma de castigo, estas formas de «vindicta» parecem-se mais com sacrifícios rituais, de que partilha aliás a estrutura interna, do que com actos de vingança como o seu nome sugere. Veiga de Oliveira cita como formas principais, praticadas por quase todo o país com nomes e características diferentes, as assuadas, as pulhas e os testamentos, que têm lugar geralmente entre o Inverno e a Primavera, mais ou menos associadas aos ciclos de renovação da terra e às festas cristãs da Ressurreição, o que explica que os seus actores sejam sobretudo rapazes. O número importante de «velhos», «crianças», «mortos», «enterrados», etc., que povoam estas e outras celebrações praticadas na mesma ocasião têm idêntico significado⁽¹⁰⁶⁾ e apresentam-se como uma nova e límpida expressão da identidade simbólica que liga a freguesia à terra...

Encontramos mais ou menos disseminados nestas diferentes celebrações alguns dos «actos violentos» que Julio Caro Baroja cita a propósito do Carnaval ibérico, tempo-espaco paroxísmico da violência ritual na sociedade tradicional: insultar os transeuntes, escarnecer, publicamente da vida privada de uma pessoa, destruir certos objectos ou mudá-los de lugar, etc.⁽¹⁰⁷⁾ Através da multiplicação das identidades, a inversão dos papéis, o deslocamento das pessoas e coisas no espaço-tempo da festa, a comunidade modifica e consolida o equilíbrio inerente à organização social hierárquica. Mas

são os sacrifícios simbólicos (queima do galheiro, queima do Judas, serração da velha, compadres e comadres, enterro do João, etc.), em que a vítima encarregada de polarizar as «faltas» do grupo, é encarnada por um boneco, um animal ou uma planta, que dão ao Entrudo em Portugal uma coloração muito particular. Com o seu espaço de violência, até o trabalho pode ser festa na sociedade tradicional, como no-lo mostram os sacrifícios simbólicos associados às malhas de Celorico de Basto, em que o bater surdo e obsidiante dos mangaldes anuncia e faz do sacrifício da terra o seu próprio canto⁽¹⁰⁸⁾.

Com esta interpretação colectiva da violência, no sentido musical e teatral do termo, durante a festa ou o trabalho, a comunidade é convidada a descobrir o que o dia a dia com a sua conflituosidade interpessoal pode esconder: é ilegítima a violência que, em vez de preservar, ameaça o equilíbrio colectivo. Daí que, no quadro da festa, a violência se exprima fundamentalmente como prática de grupo. Violência sacrificial de todos contra um, como na prática muito conhecida do bode expiatório: o objecto ou o ser vivo designado pelo grupo para absorver toda a impureza é expulso simbolicamente para fora do seu território. Solidariedade vingadora de um grupo contra outro, como nas rixas entre freguesias por ocasião das romarias. Mesmo quando alguém aproveita a romaria para exercer uma vingança pessoal, diferindo a violência para melhor se proteger da sua fatalidade («A mulher anda nove meses... e o homem nove anos» diz o provérbio), está a imprimir uma dimensão social ao seu gesto, executando-o publicamente e obrigando os outros a situarem-se como aliados ou rivais.

Na confrontação com o seu «outro» no espaço «universal» da romaria, a freguesia desloca as suas fronteiras e põe um termo provisoriamente à violência interna para reforçar a sua coesão. Com este papel mediano da violência na relação da comunidade com o que lhe é «exterior», há que considerar a questão, demasiado complexa para poder ser abordada em poucas linhas, da articula-

ção da violência com o sagrado. «A luta como meio propiciatório» é a forma como o abade de Baçal intitula a carta em que o bispo de Bragança e Miranda, em 1825, exprime a sua indignação contra o «extravagante jogo das lutas» com que as gentes das aldeias celebram os santos da sua devoção. Mais do que a violência propriamente dita, o que escandaliza o prelado é o «bárbaro e intolerável festejo» pelo qual os camponeses «julgam dar culto a Deus...»⁽¹⁰⁹⁾ Na romaria, a violência é festa, culto, sacrifício propiciatório em que cada membro é ciclicamente vítima ou sacrificador, como se se tratasse de pagar uma dívida aberta por todos e nunca acabada de saldar... Miguel Torga di-lo, de certo modo, ao escrever: «Nas romarias, verdadeiramente, não se divertem. Pagam nelas o dízimo espiritual ao santo ou à santa com que têm contratos pelo ano fora, e fazem a barreira das suas relações humanas (...) Sobem numa penitência inteira. Ao descer, vêm numa manta, esfaqueados»⁽¹¹⁰⁾. Diga-se de passagem que muitos dos distritos com maior número de homicídios são também aqueles em que a prática religiosa é igualmente muito importante⁽¹¹¹⁾.

Convém evocarmos aqui as relações da violência com a magia, de que o crime da queimada viva de Soalhães, em 1933, é apenas um dos exemplos mais espectaculares. Pelo seu incessante regresso junto dos vivos, que fazem os mortos senão encarregá-los de saldar as dívidas que eles próprios contraíram antes de morrer? Sinal evidente de que numa sociedade de honra as ofensas ao património moral do grupo ultrapassam a responsabilidade individual daqueles que as cometem. Por detrás da superstição, ergue-se o espectro de uma esmagadora fatalidade contra a qual a impotência é grande, embora seja na intenção de superá-la que a ela se recorre. Em vez de abri-las, a magia serve de facto as mais das vezes para reparar as fronteiras morais da comunidade, como se vê pelos casos de «represálias mágicas» em que é fértil a sociedade rural. Lobisomens e almas penadas constituem um verdadeiro «sistema de punição *post mortem*», destinado a castigar os que em vida se comportaram

como maus vizinhos e defraudaram moralmente a comunidade⁽¹¹³⁾. No Teixoso (Beira Baixa), aquele que em vida deslocou os marcos de uma propriedade voltará, depois de morto, transformado em lobisomem, cão ou sombra negra⁽¹¹⁴⁾. Também aqueles que se deixaram dominar pela inveja, ficam condenados a um perpétuo nomadismo sob a forma de «almas penadas». Considerada como um dos defeitos mais graves pela sociedade rural, a inveja é um poder secreto, dominador, um desafio surdo e sem regras à diferença da honra, que tenta apoderar-se de uma pessoa não lhe dando sequer a possibilidade de responder ao ataque, uma vez que nem sabe que está a ser desafiada. Pode dizer-se da inveja, enquanto elemento constitutivo de uma das formas principais de vingança mágica — o mau olhar —, o que Aquilino diz da magia: «A luta aí era o terreno que se não vê...»⁽¹¹⁴⁾.

Juntamente com as práticas de ritualização, a sociedade tradicional soube criar mecanismos destinados a assegurar o bom funcionamento comunitário e prevenir as soluções violentas. Da arbitragem nos conflitos à aplicação de sanções, passando pela distribuição dos trabalhos de interesse colectivo como a exploração de baldios, reparação de caminhos, etc., são múltiplas as funções destas instituições específicas com nomes e formas muito variados (conselho, homens do povo, homens bons, homens de respeito, etc.), que aponta para o problema da coexistência ou «sobreposição de direitos» como lhe chama Marcel Mauss (direito consuetudinário/direito moderno). Algumas delas, como o Zelador em Vilarinho da Furna ou o Conselho em Rio de Onor, duas freguesias onde mais longe se foi na elaboração de formas autónomas de regulação, chegaram até a desempenhar funções judiciais (julgamento de crimes, à excepção dos mais graves, como o homicídio, etc.)⁽¹¹⁵⁾.

Para os camponeses, os tribunais são feitos para os explorar e enganar e, por isso, evitam «andar metidos em justiça». A semelhança dos trabalhadores rurais de Vila Velha, consideram que «a justiça oficial nada tem a ver com a verdadeira justiça e que as leis do Estado não obedecem às ver-

dadeiras noções de justiça e injustiça»⁽¹¹⁶⁾. Segundo F. Veloso, é por causa da «extinção progressiva dos privilégios populares» que o minhoto facilmente no tribunal ou então revela apenas («encurtece») «uma parte da verdade»⁽¹¹⁷⁾. Podemos ver nesta atitude dos camponeses em relação à justiça «oficial» a marca da lógica vingadora que, contrariamente ao Código Penal baseado no princípio da responsabilidade individual, proclama o primado da solidariedade do grupo. É em seu nome que alguns não hesitam em recorrer ao falso testemunho, se acham que isto é indispensável para defender um vizinho ou um amigo. É certo que o número impressionante de erros judiciários nos anos 20-40 mostram que os camponeses tinham razões mais do que objectivas para desconfiar dos tribunais... Mas a atitude da sociedade rural em relação à justiça e ao Estado não pode dissociar-se da atitude mais geral de desconfiança e hostilidade para com a sociedade englobante considerada como algo de «abstracto» e «universal», na medida em que para os camponeses só contam as relações interpessoais, inseridas no contexto particularista da aldeia ou da freguesia. Demonstra-o a análise de alguns destes erros judiciários (crimes do moinho do Urzal, rua 20 de Abril, etc.), com as suas pequenas guerras de légitimidades (justiça terrena/justiça divina, etc.). Acontece, no entanto, que o tribunal possa ser para o camponês uma maneira de vingar a sua honra, chegando então a gastar somas fabulosas «para que não façam pouco dele».

Vadios e infieis

Basta citarmos o exemplo da emigração para constatar que a sociedade tradicional não pôde manter intacto o ideal da indivisão a não ser à custa do permanente nomadismo de alguns dos seus membros. Tendo em conta que os distritos (norte do Tejo) com maior número de homicídios são também distritos de forte emigração, é provável que pelo menos até aos anos 60, em que o

fenómeno migratório se estende a todos os meios e a todas as regiões, a sociedade rural só tenha conseguido salvar a sua unidade através do equilíbrio entre uma conflituosidade interna regulada pela violência de sangue e o êxodo da população excedentária, demográfica e simbolicamente (indivisão do património) falando⁽¹¹⁸⁾. Deste nomadismo, o emigrante, mas também o bastardo, e até o jornaleiro, «pária» condenado a trabalhar a terra dos outros como lhe chama um antigo criminologista, são algumas das figuras mais familiares. Mas enquanto que para o emigrante esta situação constitui tantas vezes uma oportunidade de ascensão social, ela traduz para outros (a menos que partam também e sejam bem sucedidos) uma descida na hierarquia do prestígio, vendo-se relegados para o ponto mais baixo onde se situam todos os que não podem testemunhar uma pertença à casa ou à terra: o vendedor ambulante, o mendigo, a mãe solteira, etc. Ignoradas da antropologia portuguesa, pouco sabemos de cada uma destas figuras próximas pelo lugar que ocupam na ordem simbólica mas diferentes pela posição social e a maneira de viver. «Para além das fronteiras da vergonha» encontram-se, como sabemos, todos os outros seres, perdidos na sua inominada vagabundagem e desligados de toda e qualquer pertença, sem casa nem terra, sem marido nem mulher, sem trabalho nem lugar: o cigano, a prostituta, o bastardo errante ou o maltês alentejano, mito fabuloso de quem não sabe parar, dividido entre a astúcia e a vingança, o pessimismo e a revolta... A estes seres desligados, o Código Penal chama-lhes *vadios*.

Infelizmente aos valores, aos lugares, às hierarquias, o vadio ainda não é o «indivíduo» propriamente dito, tal como a modernidade o concebe, mas o seu pre-núncio. É um desses «heróis» oscilantes, como o navio amarrado ao cais de que fala Baudelaire, cujo viver «não é tanto uma manifestação de individualidade como o indício anunciando o seu aparecimento»⁽¹¹⁹⁾. Para além do seu sentido jurídico, a «vadiagem» designa, assim, tudo o que constitui uma tentativa de individualização dentro de uma

sociedade de interdependência generalizada. É este «perigo» que, a títulos diferentes o Código Penal, com o seu arsenal jurídico, procura esconjurar e de que a sociedade tradicional, em nome da territorialidade simbólica, procura proteger-se.

Sem nome próprio nem rosto definido (ele apresenta sempre o rosto e o nome de outrem), o vadio tem a forma visível que o Código lhe atribui. Mas as inumeráveis figuras que este lhe faz encarnar, do falso mendigo (simulador, agressivo...) à prostituta, do homossexual ao recidivista, do anarquista aopositor político, provam que nenhuma definição consegue identificá-lo completamente⁽¹²¹⁾. Movediço por natureza, o vadio está de certo modo predestinado para polarizar as obsessões de uma época e significar os movimentos sociais, políticos ou culturais que a atravessam. Não admira, portanto, que ele invada, principalmente desde o século XIX, os discursos da criminologia, do direito, da higiene social, da política, etc. Mas é a lei de 20/7/1912 que modifica, de forma decisiva, o estatuto jurídico do vadio e multiplica os seus «possíveis», facto que não pode dissociar-se do contexto anómico da I República e da emergência do sindicalismo revolucionário, em que as camadas sociais (do pequeno trabalhador urbano ao proletário) que então vemos no centro dos movimentos socio-políticos que agitam a sociedade portuguesa, são as mesmas que começam a preencher as estatísticas judiciárias da vadiagem...

Na altura em que as fronteiras entre a criminalidade social e a criminalidade comum, entre o anarquismo (tomado aqui como símbolo do clima social da época) e a vadiagem são tão ténues, compreende-se que seja então que este fenómeno assume uma tal importância a nível do imaginário social e se afirme como nova *sensibilidade*. Um dos exemplos mais significativos da interpenetração do «anarquismo» e da vadiagem é a lei 969, de 11/5/1920, sobre «bombistas, vadios e recidivistas», que passam a ser julgados por um tribunal de Defesa Social criado pela mesma lei. Com a I República, a rua ao mesmo tempo que se constitui como espaço de vadiagem, vai-se transformando

progressivamente em espaço público, ou seja, espaço de uma cidadania balbuciante, expressão militante e política, reivindicação e revolta, a tal ponto que podemos considerá-la como a verdadeira metáfora deste regime. Anos mais tarde, ao edificar o seu regime como o contraponto da I República, Salazar fará dopositor (ou do simples militante político) um homem da rua («arruaceiro»), semelhante ao vadio ou ao anarquista e, como eles, desligado, irredutível ao novo quadro de pertença que era o próprio salazarismo... No plano jurídico, é também com a lei de 1912, como sabemos, que a vadiagem deixa de ser um «acto» delituoso para ser a expressão de um estado de «perigosidade» que, por «assimilação», segundo os termos da lei, vai atribuir-se a outros indivíduos considerados igualmente como «associais» e, portanto, igualmente «perigosos»: o falso mendigo, o rufião, a pessoa sem domicílio fixo, etc., etc. Na história da vadiagem, as representações socio-políticas cruzam-se com as concepções criminológicas em torno do mesmo objectivo: a «defesa social».

As relações entre a vadiagem e o fado ilustram bem as mutações sociais e culturais, concretamente no campo da violência, que ela veicula e manifesta. Digamos que antes de generalizar-se como canção, o fado foi uma forma vadia de viver... Muito cedo, o fado tornou-se objecto de uma dupla circulação, entre, por um lado, as antigas cadeias de Lisboa (Limoeiro pelo menos) onde era muito praticado e os velhos bairros da capital (Alfama, Mouraria e Bairro Alto) onde faz a sua aparição na segunda metade do século XIX e, por outro, através dos músicos ambulantes, cegos quase sempre, que o interpretam e difundem por todo o país sob a forma de folhetos mais conhecidos por «suplemento do grande e horrível crime».

A leitura de alguns destes folhetos (anos 50-60?)⁽¹²¹⁾ diz-nos tratar-se, a maior parte das vezes, de crimes de homicídio, praticados num contexto intrafamiliar (infanticídio, fratricídio, assassinio de uma família inteira, etc.) que põem, portanto, em cena tabus e valores fundamentais, assim reactualizados no plano do «terror ético»

(Tricaud) pela voz do cego. No final, a evocação da «Natureza» ou do «Destino» («Façam o que quiserem mas acima de tudo está a Natureza» diz um fado) formula o interdito e proclama o inevitável castigo. Juntamente com o desequilíbrio mental e a possessão diabólica, um dos móveis do crime mais frequentemente apontados é a inveja. Mas aquilo para que estes fados pretendem chamar a nossa atenção é para o facto de estarmos perante uma ofensa à ordem «natural» das coisas, mesmo quando está em jogo um factor «extraordinário». Pela maneira como «poetisa» os interditos do grupo⁽¹²²⁾, o cego-fadista desempenha uma função reguladora ao prevenir-nos contra os perigos a que estamos expostos (a fotografia do assassino que quase sempre acompanha estes folhetos quer justamente «demonstrar» que a monstruosidade do crime resulta de ter sido cometido por alguém como nós) e uma função reparadora em que a voz procura exorcizar o mal através da sua própria evocação.

O fado intervém, portanto, como suporte da função mediadora exercida junto da comunidade pelo cego-cantor que à imagem do mendigo (o «bom» mendigo, não o «mau» como o mendigo vadio) na sociedade tradicional continua ainda a inscrever-se na economia do «dom» e da «salvação»⁽¹²³⁾. Bem diferente é a situação do fado como modo de ser vadio...

De início ao que parece, o fadista não era obrigatoriamente um intérprete de fado, mesmo se de ordinário o era⁽¹²⁴⁾. Para o Dicionário de Morais (8.ª edição) que só inclui a palavra «fadista» na sua sétima edição, em 1878, na mesma altura em que a palavra «fado» passa a ser utilizada como sinónimo de «canção do vulgo», e não apenas de «destino» ou «fatalidade», «fadista» significa, além do «homem que canta, toca e bate o fado» o «amante de rameira, que vive do que ela lhe dá, e que de ordinário pratica actos criminosos, usando de faca ou navalha de ponta, etc., vadio, desordeiro, prostituta, rameira». É aliás associado ao fado que o vadio adquire certos contornos antropológicamente definidos que perderá à medida que

a criminologia faz dele um ser desencarnado (e neste sentido encarnável até ao infinito), porque absorvido de certo modo pela sua «perigosidade».

Exímio no uso da navalha, o fadista participa ainda do código da honra mas de uma maneira abastardada em relação ao estatuto deste código na sociedade tradicional. O orgulho de ser fadista leva-o a autodesignar-se «faia», por analogia com «a verticalidade e a elegância» da árvore do mesmo nome⁽¹²⁵⁾ e a navalha é o que lhe permite manter aceso o sentido da honra, mostrando que sabe bater-se. Ser fadista é viver no risco e na confrontação violenta... Na origem da maior parte das rixas entre fadistas encontra-se o ciúme, mas como observa Alberto Pimentel, bem «paradoxal» é o amor que tem por objecto uma «mulher perdida»⁽¹²⁶⁾. Através desta forma pouco ortodoxa de praticar a vingança e defender a sua honra, o fadista (ou o vadio) apresenta-se como uma verdadeira figura de transição entre a sociedade tradicional (comunitária) e a sociedade moderna (individualista). Mas enquanto que, na sociedade tradicional, a vingança é inseparável do quadro simbólico de normas e valores comuns que ela tem por missão defender, no caso do fadista (ou do vadio), a vingança confunde-se com o seu modo de vida individualizante, feito de pequenos golpes, logros e estratagemas, de uma espantosa capacidade de baralhar caminhos, em que uma certa pulverização dos princípios comunitários se anuncia. Compreende-se que só a cidade, pela invisibilidade que proporciona, possa oferecer à vadiagem o espaço que necessita para proliferar...

Mas se nem toda a gente se torna fadista, o fado torna-se a pouco e pouco a canção das camadas sociais mais baixas (pequenos trabalhadores urbanos, artesãos, operários, etc.) as mesmas como sabemos, que formam a estatística da vadiagem e constituem a população dos bairros «imorais» (G. Leal) onde se canta o fado. Pela solidariedade e violência que caracterizam as relações entre os seus habitantes, estes bairros não diferem muito da freguesia rural. O «bairro excêntrico» de Aleixo Ribeiro, onde os homens «por um nada jogavam a

vida à lâmiã», podia ser um destes bairros de fado com ruas tão estreitas como o fio de uma navalha:

«A Justiça não era da rua dos Santos Mártires. Havia escândalos entre os moradores, em que cada um reclamava a sua justiça como em toda a parte. Mas aí de quem ofendesse a rua! Então os moradores uniam-se a uma só voz. Assim foi com a agressão ao Filipe, como se fosse a rua que tivesse sido agredida⁽¹²⁷⁾».

Se o fado pôde cruzar-se com a vadiagem a ponto de com ela se identificar, é porque são ambos produto e expressão de uma sociedade em mudança como foi a sociedade liberal do século XIX. Produto e expressão de uma sociedade indecisa entre a tradição e a modernidade como é hoje ainda a sociedade portuguesa. Lamento do

(1) M. Gauchet e G. Swain, *La pratique de l'esprit humain*, Paris, Gallimard, 1980, p. 386 e segs.

(2) *Ib.*, p. 391.

(3) R. Verdier, «Le système vindicatoire» in *La vengeance dans les sociétés extraoccidentales* (textos compilados e apresentados por R. Verdier), Paris, Ed. Cujas, 1980.

(4) A questão prisional nas suas relações com a violência será objecto de outro estudo. Sobre a O. P. de 1936 ver J. Roberto Pinto e Alberto A. Ferreira, *Organização prisional* (com prefácio de Beleza dos Santos), Coimbra Editora, 1955.

(5) P. Cannat, *Droit penal et politique pénitenciaire au Portugal*, Paris, Librairie de Recueil Sirey, 1946, p. 43-44.

(6) A questão das incidências políticas na criminalidade comum só muito indirectamente é abordada neste artigo.

(7) A. A. Mendes Correia, *Os criminosos portugueses*, 2.ª ed., Coimbra, França Amado Editor, 1914, p. 49 e segs.

(8) *Ib.*, p. 52. Sublinhado nosso.

(9) *Ib.*, p. 39.

(10) Ver a este propósito a recente edição de E. Veiga de Oliveira, *Festividades cíclicas em Portugal*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1984.

(11) Ver, por exemplo, J. Dias, «Os elementos fundamentais da cultura portuguesa» (1950) in *Ensaio etnológico*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1961, p. 111.

(12) Na convergência do antigo Código Penal com o código da honra, por exemplo, testemunham o artigo 39-4.º que considera como uma circunstância atenuante a reacção a uma provocação quando se trata de uma «ofensa directa à honra da pessoa»; o art.º 372.º sobre o adultério e o art.º 356.º, § único sobre o infanticídio cometido

que já não existe e espaço do que está por inventar, a saudade não podia ter outra canção do que esta, que Pessoa definiu admiravelmente como «um episódio de intervalo». Como a saudade, o fado não é nem revolta nem conformismo, mas um interlúdio, uma forma vadia de viver...

*
* *

O *sangue e a rua*: entre estes dois pólos se inscreve, mais do que a história do crime, a história de um país oscilante entre uma sociedade de terra e uma sociedade de mar. Entre a fidelidade e a infidelidade a uma pertença comum.

pela mãe ou os avós maternos para «ocultar a desonra da mãe».

(13) Não insistiremos aqui, por razões de espaço, sobre os limites dos estudos estatísticos no campo da história ou da antropologia, dada, por exemplo, a interferência permanente entre o «discurso» e o «facto» criminoso. A criminalidade de um país, e menos ainda a sua violência, não podem de facto confundir-se com a imagem dada pela estatística judiciária.

(14) E. Claverie e P. Lamaison, *L'impossible mariage*, Paris, Hachette, 1982.

(15) Entre nós, só em 1936 é que a estatística judiciária passou, com este nome, a ser objecto de uma publicação específica. Até lá era uma simples rubrica do Anuário Estatístico de Portugal. Mudanças no plano da notação estatística intervêm nomeadamente em 1935 e 1942.

(16) A. Luís Lopes, *Estudo estatístico da criminalidade em Portugal nos anos de 1891 a 1895*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1897.

(17) Cf. M. Perrot, «Délinquance et système pénitenciaire en France au XIX.º siècle», *Annales*, Janeiro-Fevereiro, 1975, p. 76 e M. Foucault, *Surveiller et punir*, Paris, Gallimard, 1975, p. 80-89.

(18) A. Anselmo Fernandes de Castro, *Movimento quantitativo e qualitativo do crime em Portugal*, separata do *Boletim dos Institutos de Criminologia*, 1939, p. 26-27.

(19) Além de ser um marco importante na organização da estatística judiciária em Portugal, os dados relativos a 1936 são de particular interesse no plano antropológico pelas informações respeitantes a lugares, instrumentos e móveis do crime que nunca mais voltarão a ser objecto de análise estatística.

(20) Cf. *Estatística Judiciária de 1948*, quadro II. Recorde-se que segundo o Recenseamento Geral da População, Portugal tinha em 1940, 7.690.025 habitantes.

(21) J. P. da Costa Leite e A. A. Fernandes de Castro, *Estudos do Instituto de Criminologia de Coimbra I. Homicídio*, Coimbra, Tipografia da Atlântida, 1935, p. 11-12.

(22) J. C. Chesnais, *Histoire de la violence*, Paris, 1982, col. Pluriel, p. 56-57.

(23) Além do estudo do Instituto de Criminologia de Coimbra, ver Maria Rosa de Almeida, *Alguns dados estatísticos sobre o homicídio em Portugal*, Coimbra, 1967; M. A. da Silva Maldonado, *Estudo sobre alguns aspectos socio-criminológicos de um grupo de homicidas*, separata do Boletim da Administração Penitenciária e dos Institutos de Criminologia, 1969, e M. Simões Trincão, *Os homicidas*, Coimbra, Livraria Académica, 1943. A fim de não alongar demasiado este trabalho e na medida em que se trata de estudos bastante curtos, suprimem-se aqui as referências ao número das páginas citadas.

(24) Na sua larga maioria, os móveis do crime citados pela E. J., em 1936 dizem respeito a crimes contra as pessoas (ofensas corporais e homicídio), à excepção da «miséria ou falta de trabalho» exclusivamente associadas ao furto.

(25) H. Mendras, *Sociétés paysannes*, Paris, Armand Colin, 1976, p. 75.

(26) J. P. da Costa Leite e A. A. Fernandes de Castro, *op. cit.*, p. 67-68.

(27) P. Descamps, *Le Portugal (la vie sociale actuelle)*, Paris, Firmin-Didot et Cie, 1935, p. 40, 75, 89, 144, etc. Ver igualmente P. Cannat, *op. cit.*, p. 40.

(28) J. Leite de Vasconcelos, *Etnologia Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982, vol. IV, p. 501.

(29) M. A. da Silva Maldonado, *op. cit.*, p. 23. Por razões de espaço, não se analisa aqui a questão muito complexa das relações entre o roubo (sentido comum e não jurídico do termo) e a honra. Note-se apenas que a condenação moral do furto enquanto ameaça ao próprio sistema simbólico de troca não obsta a que ele seja muito praticado e pareça gozar de uma larga tolerância social quando inserido em determinados contextos (contra o Estado ou contra pessoas que são ao mesmo tempo próximas e distantes como os proprietários abastados). Agradeço a Maria Rosa de Almeida as suas pertinentes observações neste particular.

(30) *Boletim do Instituto de Criminologia*, vol. XVI, 1932.

(31) Ary dos Santos, *Como nascem, como vivem e como morrem os criminosos*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1938, p. 97. Sublinhado nosso.

(32) A. A. Mendes Correia, *L'étude du criminel en Portugal*, Porto, 1932, p. 10.

(33) J. Cutileiro, *Ricos e pobres no Alentejo*, Lisboa, Sá da Costa, 1977.

(34) Aquilino Ribeiro, *Terras do Demo* (1919), Lisboa, Livraria Bertrand, 1963.

(35) J. G. Peristiany, *Honra e vergonha, valores das sociedades mediterrânicas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1971.

(36) José Cutileiro, «Honra, vergonha e amigos», prefácio a J. G. Peristiany, *op. cit.*, p. XVII-XVIII.

(37) *Ib.* p. XIV e XVI.

(38) P. Bordieu, «Le sens de l'honneur» in *Esquisse d'une théorie de la pratique (Trois études d'ethnologie kabyle)*, Paris, Droz, 1972, p. 41-42.

(39) J. Leite de Vasconcelos, *op. cit.*, p. 501.

(40) J. G. Peristiany, *op. cit.*, p. 5.

(41) cit. in artigo «Honra», *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Lisboa, Verbo.

(42) J. G. Peristiany, *op. cit.*, p. 3-4 e J. Busquet, *Le droit de la vendeta et les pacci corses*, Paris, A. Pedone éditeur, 1920, p. 24.

(43) F. Tricaud, *L'accusation*, Paris, Dalloz, 1977, p. 3.

(44) A. Gama, *Paulo, o Montanhês* (1895), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1981, p. 110 e 124.

(45) R. Verdier, *op. cit.* p. 19.

(46) *Ib.*, p. 35 e F. Tricaud, *op. cit.*, p. 4-8 e 59-61. Este modelo interpretativo vai acompanhar-nos no decorrer deste trabalho.

(47) R. Verdier, *op. cit.*, p. 19.

(48) E. Correia, «A evolução histórica das penas», *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra*, vol. LIII, 1977, p. 52 e sgs.

(49) M. Simões Trincão, *op. cit.*, p. 30 e sgs.

(50) F. Tricaud, *op. cit.*, p. 5-6.

(51) Este modelo de relações sociais baseado na «simetria das trocas» de que fala Riegelhaupt, a propósito de uma freguesia da Estremadura, parece poder aplicar-se a uma grande parte da sociedade camponesa. Cf. J. Firsiroti, «os camponeses e a política no Portugal de Salazar — o Estado Corporativo e o «apoliticismo das aldeias», *Análise Social*, vol. XV (59), 1979-3.º, p. 511.

(52) A. Lourenço Fontes, *Etnografia Transmontana*, t. 1, Vilar de Perdizes — Montalegre, 1979, p. 6-7; A. Ribeiro, *op. cit.*, p. 102-103; p. 102-103; J. Cutileiro, *Ricos...*, p. 97 nota 1).

(53) R. Verdier, *op. cit.*, p. 16-18 e F. Tricaud, *op. cit.*, p. 65-69 e 73.

(54) F. J. Veloso, «Etnografia e direito», *Actas do colóquio de estudos etnográficos José Leite de Vasconcelos*, vol. II, Porto, 1959, p. 253.

(55) É o caso da «expulsão do vizinho», em Vilarinho da Furna ou Rio de Onor, em que é visível a marca da antiga civilização castreja. Diga-se de passagem que qualquer

tentativa de interpretação histórica da violência no norte de Portugal não pode deixar de interrogar-se sobre a influência desta importante civilização. J. Dias, *Rio de Onor. Comunitarismo agro-pastoril*, Porto, Instituto de Alta Cultura, 1953, p. 156 e *Vilarinho da Furna, uma aldeia comunitária* (1948), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1981, p. 92-93; J. de Carvalho, *A cultura castreja. Sua interpretação sociológica*, separata de Ocidente, vol. L, 1956, p. 13-14.

⁽⁵⁶⁾ M. Lamas, *As mulheres do meu país*, Lisboa, Actuais, 1948, p. 46.

⁽⁵⁷⁾ A. Lourenço Fontes, *op. cit.*, p. 5.

⁽⁵⁸⁾ L. Chaves, *O amor português*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1922, p. 86.

⁽⁵⁹⁾ O termo «casa» emprega-se aqui no sentido de património indiviso da família rural, com a sua herança material e moral (a terra principalmente) que ultrapassa portanto o grupo familiar na configuração precisa que ele apresenta num momento determinado da sua história. Sem querer de modo algum generalizar um exemplo tão particular como o de Rio de Onor, onde a unidade simbólica da família se chama justamente «casa», foi num sentido análogo que nós o utilizámos. «Para o rionorês, a casa, sede da família 'nuclear', é uma espécie de entidade mítica que, de certo modo, se confunde com a família: é ela que torna possível a existência de várias gerações que são elos de uma extensa cadeia. A família nuclear actual é um elo só, sujeito à transitoriedade da vida individual. A casa, pelo contrário, simboliza a vida da família uma, através das gerações (...). Por isso, a casa é indivisa» (J. Dias, *Rio de Onor...*, p. 548). Também recentemente, João de Pina Cabral a propósito dos camponeses do Alto Minho fala da casa como de uma «unidade social elementar»: «A casa retira a sua identidade de uma unidade de comensalidade, residência, gestão e propriedade; ela produz os seus alimentos em terras que controla e é idealmente independente de fontes exteriores: este laço estreito com a terra é condição essencial para a participação integral na sociedade camponesa» («Comentários críticos sobre a casa e a família no Alto Minho rural», *Análise Social*, vol. XX (81-82), 1984-2.º-3.º, p. 264).

⁽⁶⁰⁾ P. Bourdieu, *op. cit.*, p. 33 e sgs. e R. Jamous, *Honneur et «baraka». Les structures sociales traditionnelles dans le Rif*, Paris, Maison des Sciences de l'Homme/Cambridge University Press, 1981, p. 29 e sgs.

⁽⁶¹⁾ M. Pinto, «Da água de rega à água ritual (apontamentos sobre o caso da freguesia de Sobrado-Valongo)», *Studium generale-Estudos contemporâneos*, n.º 5, Porto, 1983, p. 136 e sgs.

⁽⁶²⁾ Além do artigo já referido, trata-se de «As mulheres, a maternidade e a posse da terra no Alto Minho», *Análise Social*, vol. XX (80), 1984-1.º, 97-112. As informações que seguem foram indistintamente recolhidas nestes dois artigos e para não sobrecarregar o texto eliminaram-se as referências ao número das páginas citadas.

⁽⁶³⁾ M. Lamas, *op. cit.*, p. 40 e 18.

⁽⁶⁴⁾ J. Cutileiro, *op. cit.*, p. 126.

⁽⁶⁵⁾ «Trata-se de uma série de mulheres que produzem bastardos, que vivem nas mesmas localidades, cujas actividades persistem através de várias gerações e que tendem a estar relacionadas entre si por laços de parentesco ou casamento. Muitas delas são responsáveis por mais de um nascimento ilegítimo» (cit. in *As mulheres...*, p. 98).

⁽⁶⁶⁾ M. de Lurdes Lima dos Santos, «Contribuição para uma análise sociográfica da família em Portugal», *Análise Social*, vol. VIII, 1970, n.º 29, p. 92-94.

⁽⁶⁷⁾ Sobre esta questão, ver, por exemplo, P. Descamps, *op. cit.*, p. 4-5, 71-72, etc.

⁽⁶⁸⁾ M. Espírito Santo, *Comunidade rural ao Norte do Tejo*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1980, p. 47.

⁽⁶⁹⁾ F. Tricaud, *op. cit.*, p. 61.

⁽⁷⁰⁾ J. Cutileiro, *op. cit.*, p. 188. Até nova indicação, as citações deste autor referem-se à parte do livro compreendida entre as pp. 188 e 194 aproximadamente.

⁽⁷¹⁾ O código da honra baseia-se e ultrapassa o princípio da divisão sexual. Sobre este problema complexo e controverso e as respectivas implicações no campo da organização social, ver, por exemplo, J. Pitt-Rivers, *Anthropologie de l'honneur*, Paris, Le Sycomore, 1983, p. 43-84 e 117-147.

⁽⁷²⁾ M. Espírito Santo, *A religião popular portuguesa*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1984(?), p. 171; J. Pina Cabral, *As mulheres...*, p. 108 e J. Cutileiro, *op. cit.*, p. 128-129.

⁽⁷³⁾ A. César Pires de Lima, «Maridos cucos (subsídios para um estudo sobre o estado do adultério nas tradições populares)», *Portucale* (nova série), vol. I, 1946, pp. 27-34.

⁽⁷⁴⁾ P. Descamps, *op. cit.*, p. 247.

⁽⁷⁵⁾ J. A. Pitt-Rivers, *Los hombres de la sierra*, Barcelona, Grigalho, 1971, p. 257 e «O sentido da honra» in J. G. Peristiany, *op. cit.*, p. 38; C. Lisón Tolosana, *Antropologia cultural de Galicia*, Madrid, Akal editor, 1983, p. 55 e sgs.; M. Espírito Santo, *Comunidade...*, p. 108-109.

⁽⁷⁶⁾ cit. in H. Mendras, *op. cit.*, p. 166-167.

⁽⁷⁷⁾ J. de Carvalho, *op. cit.*, p. 18.

⁽⁷⁸⁾ M. Espírito Santo, *op. cit.*, p. 62-63 e 67.

⁽⁷⁹⁾ A. Lourenço Fontes, *op. cit.*, p. 6.

⁽⁸⁰⁾ *Ib.*, p. 51 e sgs. e Bento da Cruz, «O Boi do Povo» e as «chegas» no «Barroso», *In Memoriam António Jorge Dias*, vol. III, Lisboa, Instituto de Alta Cultura/Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1974, p. 129-138.

⁽⁸¹⁾ Para Tricaud, o principal critério de «proximidade» é a existência de certos deveres de solidariedade frente aos «outros», os estranhos. *Op. cit.*, p. 4.

⁽⁸²⁾ M. Lages, «O casamento exolocal numa aldeia da Beira Alta», *Análise Social*, vol. XIX (77-78-79), 1983-3.º, 4.º, 5.º, 645-665.

⁽⁸³⁾ C. Castelo Branco, *Noites de Lamego* (1863), 2.ª ed., Lisboa, Livraria António Maria Pereira, 1873, pp. 165-180.

⁽⁸⁴⁾ J. P. da Costa Leite e A. A. Fernandes de Castro, *op. cit.*, p. 10.

- (85) P. Sanchis, *Arraial: Festa de um Povo. As romarias portuguesas*, Publicações Dom Quixote, 1983, p. 173.
- (86) P. Francisco Manuel Alves, *Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança*, t. I, Porto, 1910, p. 233.
- (87) P. Sanchis, *op. cit.*, p. 176-177 e 301.
- (88) P. F. Manuel Alves, *op. cit.*, t. I, p. 219-231.
- (89) P. Descamps, *op. cit.*, p. 40 e 89.
- (90) J. Cutileiro, *op. cit.*, p. 29.
- (91) F. José Veloso, *op. cit.*, p. 254.
- (92) J. A. Pitt-Rivers, *O sentido da...*, p. 32.
- (93) Na sua monografia sobre Reguengo do Fetal, M. Espírito Santo cita certas «pessoas ou grupos de indivíduos desprovidos de sentimentos de honra e vergonha, a quem tudo é permitido e pelos quais, em contrapartida, não deve haver nenhum respeito: são as prostitutas, os ciganos, os «selvagens», os loucos, os antigos presos, etc. Outros são considerados como possuindo esses sentimentos muito atenuados: os comerciantes, os ricos, os emigrantes» (*Comunidade...*, p. 109). É pena que o autor não determine com mais precisão o grau de proximidade e distância que liga, dentro de uma mesma categoria, figuras tão heterogéneas.
- (94) J. Cutileiro, *op. cit.*, p. 97.
- (95) L. Dumont, *Homo hierarchicus*, Gallimard, col. Tel, 1979, p. 23.
- (96) J. K. Campbell, «A honra e o diabo» in J. G. Peristiany, *op. cit.*, p. 121. e P. Bourdieu, *op. cit.*, p. 42.
- (97) Os papéis do homem e da mulher numa sociedade de honra merecem ser analisados à luz do conceito de «hierarquia» como «englobement du contraire» proposto por L. Dumont: «O mesmo princípio hierárquico que submete um nível a outro introduz ao mesmo tempo uma multiplicidade de níveis que permite a uma situação inverter-se» *Op. cit.*, p. 397-398.
- (98) J. P. Dupuy, «Randonnées carnavalesques», *Temps libre* n.º 1, p. 28.
- (99) J. Cutileiro, prefácio a J. G. Peristiany, *op. cit.*, p. XIII.
- (100) F. Tricaud, *op. cit.*, p. 5.
- (101) J. Pacheco Pereira, «As lutas sociais dos trabalhadores alentejanos: do banditismo à greve», *Análise Social*, vol. XVI (61-62), 1980, 1.º, 2.º, p. 135-136.
- (102) M. de Certeau, *L'Invention du quotidien I. Arts de faire*, Paris, UGE 10/18, 1980, p. 86-87.
- (103) J. Cutileiro, *op. cit.*, p. 328.
- (104) E. Veiga de Oliveira, «O jogo do pau em Portugal» in *Festividades...*, p. 319 e sgs.
- (105) E. Veiga de Oliveira, «Formas fundamentais da vindicta popular em Portugal» in *Festividades...*, p. 339. e sgs.
- (106) Citemos, a este propósito, pelo seu carácter iniciador, as Festas dos Rapazes celebradas em certas aldeias do nordeste transmontano, com provas de resistência física, sanções sociais através de «comédias» e «loas», personagens mascarados, etc. Benjamin Pereira, *Máscaras Portuguesas*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1973, p. 23 e sgs.
- (107) J. Caro Baroja, *El Carnaval*, Madrid, Taurus ediciones, 2.ª ed., 1979, p. 99.
- (108) J. Dias, *Sacrificios simbólicos associados às malhas*, Lisboa, Livraria Ferin, 1951.
- (109) Pe. Francisco Manuel Alves, *Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança*, t. VII, Porto, 1931, p. 752-754.
- (110) M. Torga, *Portugal*, Coimbra Editora, 2.ª ed., 1957, p. 39. Aquilino fala a este propósito, de «sudário», *op. cit.*, p. 167.
- (111) Sobre a vingança e o cristianismo na sociedade feudal, ver Marc Bloch, *La société féodale*, Paris, Albin Michel, 1973, p. 189 e 567-568.
- (112) M. Espírito Santo, *Comunidade...*, p. 181.
- (113) J. Lopes Dias, *Etnografia da Beira*, vol. III (1929), 2.ª ed., Lisboa, 1955, p. 223.
- (114) A. Ribeiro, *op. cit.*, p. 144-145.
- (115) J. Dias, *Vilarinho...*, p. 91-92 e *Rio de Onor...*, p. 153 e sgs. Veja-se nesta última obra o ritual de justiça quando um vizinho quer fazer queixa contra outro, *op. cit.*, p. 157-158.
- (116) J. Cutileiro, *op. cit.*, p. 165.
- (117) F. J. Veloso, *op. cit.*, pp. 252-253.
- (118) Não podemos abordar aqui o problema apaixonante das relações entre o homicídio, o suicídio e a emigração na sociedade portuguesa.
- (119) W. Benjamin, *Charles Baudelaire. Un poète lyrique à l'apogée du capitalisme*, Paris, Payot, 1982, p. 136-138 e M. Horkheimer, *Eclipse de la raison*, Payot, 1974, p. 139.
- (120) Por razões de espaço não podemos descrever aqui o contexto jurídico correspondente a cada uma destas figuras de vadio.
- (121) Alguns exemplos: *Criminoso que matou o pai, mulher e sogra, em Santa Bárbara de Neche*, cota P2902V (BNL); *O duplo crime (mulher que mata o seu amante (...)) matando-se a seguir com a mesma navalha*, cota L1122534P (BNL); *Um crime passado no concelho de Moncorvo, freguesia de Carviçais: uma mulher teve uma criança e enterrou-a no seu quintal*, cota P1861A (BNL), etc.
- (122) J. Carlo Baroja, *Ensayo sobre la literatura de cordel*, Madrid, Ed. de la Revista de Occidente, 1969, pp. 147-148.
- (123) B. Geremek, *Truands et misérables*, Paris, Gallimard/Julliard, 1980, p. 143.
- (124) Pinto de Carvalho (Tinop), *História do fado*, Lisboa, 1903, p. 33.
- (125) A. Pimentel, *A triste canção do Sul*, Lisboa, Livraria Central de Gomes de Carvalho, 1904, p. 45.
- (126) *Id.*, p. 99-100.
- (127) Aleixo Ribeiro, *Bairro excêntrico*, Lisboa, Editorial Inquérito, 1945, p. 50, 53 e 173.

PRELO
DOCUMENTOS

Cartas inéditas
de Antero para
Oliveira Martins

Uma procura partilhada

por Ana Maria Almeida Martins *
e Guilherme d'Oliveira Martins **

«Quando o conheci, já o período da extravagância juvenil havia passado. Era um rapaz sedutor, como nunca encontrei outro. Em volta dele os amigos ouviam-no fascinados pela sua palavra quente, mas sem ênfase, pela sua facilidade de improvisador, pela sua *vis* cáustica, em que o azedume, porém, se substituíra pela ironia, e pela *charge* até, nessas intermináveis palestras quando as noites passavam rápidas como instantes. Deviam ser alguma coisa semelhante os diálogos dos atenienses, fora as ceias e as Aspásias. Eram banquetes de inteligência pura» (1). Assim recorda Oliveira Martins os momentos iniciais de um encontro que se viria a revelar como o início de um exemplo raro de uma intensa amizade intelectual que rapidamente se transformou numa comunhão de espíritos — fulcral para a compreensão do que foi a Geração de Setenta na cultura portuguesa. O autor do *Portugal Contemporâneo* referia-se evidentemente a Antero de Quental — e entre os dois é que se cimentou essa extraordinária amizade que só a morte foi capaz de interromper e que constitui um exemplo raro e sublime. E a tal ponto raro e sublime é o exemplo, que amiúde surgiram tentativas de vislumbrar postumamente atritos e divergências entre ambos — sendo certo que à medida que melhor se vai conhecendo a vida dos dois inseparáveis amigos, mais se vai confirmando a força indestrutível dessa amizade.

Mas de quando data esse primeiro encontro? João Machado de Faria e Maia diz que ele se teria dado em 1867 — quando Antero regressava da sua experiência proletária de Paris e quando Oliveira Martins publicava o seu primeiro e incipiente trabalho literário, o romance *Febo Moniz*. Nada, porém, nos permite dar concordância à hipótese de João Machado. E quem o parece desmentir é o próprio Oliveira Martins que, em carta de 26 de Março de 1870 enviada a Teófilo Braga, confessa entusiasmado: «Há pouco tempo tive ocasião de conhecer o Antero e sou amigo dele. É um homem» (2). Teófilo responde, com data de 31: «Estimo que tivesse ocasião de entrar em relações com o Antero para ver de perto o que é uma grande alma de justo». A data do conhecimento reporta-se, pois, aos primeiros meses de 1870 e julga-se que terá sido pela interferência de João Lobo de Moura que Oliveira Martins passou a frequentar a casa de Batalha Reis em S. Pedro de Alcântara. O jovem lisboeta já se fizera notado na imprensa escrevendo sobre política e literatura — mas, autodidacta e obrigado desde muito cedo a angariar o sustento para a sua família, até aí apenas pudera seguir os passos atribuídos ao poeta, a distância. Uma intensa admiração surgira, assim, apenas do acompanhamento do que o público mais atento conhecia sobre a vida e a obra

* Técnica do Instituto Português do Livro.

** Docente na Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa. Título da responsabilidade da «Prelo».

do já célebre e temido micalense. E terá sido o desejo manifestado por Joaquim Pedro de conhecer pessoalmente Antero que terá levado Lobo de Moura a introduzi-lo no Cenáculo num dia do final do Inverno de 1870.

A amizade estreitou-se rapidamente. E desde logo houve o lançamento de *A República — Jornal da Democracia Portuguesa*, dirigido por Antero e Joaquim Pedro, sendo José Fontana o editor e contando com as colaborações de Eça de Queiroz, Manuel de Arriaga, António Enes e Batalha Reis. Teófilo também foi convidado, mas o seu sim nunca veio. Apesar de generosos propósitos («promover a organização das classes laboriosas») o jornal teve curta duração — começou em princípios de Maio e fechou em finais de Julho. Lembre-se que foi nessas páginas que, em campanha contra a Regeneração fontista, Oliveira Martins traçou o esboço do que viria a ser o seu *Portugal Contemporâneo — «Os Cinquenta Anos de Monarquia Constitucional»*. A abrupta interrupção da saída do jornal ter-se-á devido a dificuldades materiais, mas sobretudo à partida de Oliveira Martins para as Minas de Santa Eufémia (Almaden), que coincide com a nomeação de Eça para Administrador do Concelho de Leiria. Oliveira Martins ficara desempregado e necessitava de um emprego estável que lhe permitisse sustentar a sua jovem mulher, D. Vitória, e o resto da família, mãe e irmãos mais novos. Daí a sua inesperada partida — contra o conselho dos seus amigos, entre os quais Augusto Soromenho, que a consideram uma perigosa aventura. Além de que no «Cenáculo» se pensava que a conjuntura poderia ser extraordinariamente favorável para a implantação da República — logo, a partida de Oliveira Martins, até por isso, era inoportuna. Mas a decisão foi inabalável e ei-lo que parte em princípios de Agosto. O diálogo com Antero, esse, porém, não é interrompido. No Outono desse mesmo ano de 1870, o autor das *Odes Modernas* vai visitar Oliveira Martins à Serra Morena. Atestam-no uma referência em carta a Teófilo, segundo a qual «esperava em pouco uma visita de Antero»⁽³⁾, e ainda uma epístola recentemente revelada pela Dra. Maria José Marinho, datada de 13 de Março (de 1871), onde Oliveira Martins, dirigindo-se a Antero, se refere à «sua triste visita a Sta. Eufémia»⁽⁴⁾. Com data de Fevereiro o poeta dera aliás conta da intensa admiração que entre os dois já então existia. «Entre o seu coração e o meu, uma folha de papel metida de permeio gela-me e repele-me»⁽⁵⁾...

Não iremos aqui recordar o itinerário riquíssimo, seguido em conjunto por essas duas figuras centrais da sua geração. Os factos e os passos mais marcantes são conhecidos. E se aqui lembramos o início desta amizade, isso deve-se ao facto de finalmente ser possível dar a público as cartas de Antero a Oliveira Martins que se encontravam inéditas no espólio deste. Na tarefa de cotejar pelos originais as epístolas conhecidas — descobrindo-se que eram pouquíssimos os cortes efectuados na correspondência publicada — foi possível descobrir que estavam inéditas 16 cartas, algumas decerto guardadas por se referirem a Jaime Batalha Reis, ainda vivo — pois faleceria em 1935 — no momento da divulgação das *Cartas Inéditas* (1931). É certo que José Bruno Carreiro teve acesso a todos os originais, pois a alguns deles faz referência na sua monumental biografia ante-

riana, pelo que não se verifica que as novas cartas venham a dar outra luz à sempre inesgotável biografia anterior. Chegou, no entanto, o momento — quando está a ser ultimada a reunião de toda a correspondência de Antero — de dar a lume o que das cartas a Oliveira Martins se mantinha na confidência. São essas 16 epístolas que aqui se divulgam pela primeira vez na íntegra.

Trata-se de cartas que terão sido escritas entre 1875 e 1889 nas quais Antero dá conta de preocupações do quotidiano: pede a Oliveira Martins livros, lembra empenhos, fala da administração dos seus dinheiros da qual encarregara o amigo, faz alusões a Batalha Reis e, sobretudo, demonstra a grande amizade de sempre — quer quando alude às «vantagens morais do nosso convívio», quer quando, com a maior dos á-vontades se entrega à tarefa de alterar um texto que Oliveira Martins mandara para a revista *Os Dois Mundos* de Salomão Saragga. Quanto às «vantagens morais», já Bruno Carreiro⁽⁶⁾ divulgara a parte mais importante da carta em que se lhes refere, de 19 de Setembro de 1877 e remetida de Paris. «O exercício e a distração fazem-me bem, e pode ser que também os duches. Mestre Charcot diz que vou melhor, e assegura tão terminantemente que me há-de pôr bom, dando-lhe eu tempo, que não ousou recusar-lhe esta condição apesar do medo que me mete o inverno, que já quer começar. Conto pois demorar-me enquanto puder. Já vê daqui que a época da minha volta é indeterminada, e nada posso dizer a tal respeito senão que, seja quando for, lá me terá, não de visita mas de todo pois tenho reflectido que sacrificar todas as vantagens morais do nosso convívio a uma caprichosa predilecção de clima é loucura quase criminosa. Se a minha vida pode ainda valer alguma coisa, será só ao pé de Você e sob a sua *tiranía*. Assim pois, *Ave Caesar!*». Oliveira Martins vivia então no Porto, na Avenida da Boavista n.º 513, onde se fixara em 1874, para dirigir a construção da linha férrea do Porto à Póvoa do Varzim, e ia iniciar o período mais fecundo da sua vida de criador. Como se vê, o diálogo intelectual entre ambos constituía uma necessidade vital, que meses depois Antero confirma: «Querido Amigo, na solicitude da sua amizade há o que quer que é de paternal, que me comove. Você vale bem mais do que eu; o seu coração é humano e pulsa de uma maneira normalmente humana. Eu faço-me a mim mesmo o efeito de um fantasma e oxalá os meus amigos tenham de reconhecer que efectivamente não sou mais do que uma vã sombra, um fumo animado por um espírito incoercível»⁽⁷⁾. Lembre-se, aliás, que três anos antes, em Março de 1874, Joaquim Pedro tivera de partir apressadamente para São Miguel a uma chamada angustiada de Antero, que em fase de extrema depressão já dizia: «*spiritus quidem promptus est*». E, um ano antes, em Novembro de 1876, tinham ido para Oliveira Martins, a par de Alberto Sampaio, as primeiras palavras após a morte de sua mãe: «estando triste, de quem me hei-de lembrar senão de Você, maximamente depois que já não existe minha mãe?»⁽⁸⁾.

Mas nada disto impedia a crítica exigente. Conhecemos a independência como se criticavam entre si. Antero apontara com clareza e publicamente as suas divergências quanto à *Teoria do Socialismo*, Oliveira Martins faria, em livro, reparos às teses do autor das *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares* quanto a este

mesmo tema... Também se sabe que antes do ultimar das suas obras, o historiador conversava longamente com o seu dilecto amigo que apontava as suas objecções e que até dava opinião sobre o estilo da prosa — ponto em que era bastante exigente — de tal maneira que insistia amiúde com Joaquim Pedro para que melhorasse a sua escrita. E a carta de 23 de Outubro de 1877 é sobre isso memo. Refere-se ao artigo que Oliveira Martins mandara para publicação em *Os Dois Mundos* sobre Alexandre Herculano — e que viria a servir de base a um texto inserido no *Portugal Contemporâneo*. Pois bem, Antero, pura e simplesmente refundiu-o: «Só agora acuso a recepção do seu artigo, porque passei todos estes dias entretido com ele. Isto lhe indica que usei largamente dos plenos poderes que me conferira. Achei-o mal escrito, em dois sentidos, como estilo, áspero e incorrecto, e como crueza de cores, dureza de afirmações, falta de flexibilidade e *nuance*. Em compensação, o fundo das ideias e a maneira por que desenvolve o assunto agradam-me plenamente. Resolvi, pois, publicar o artigo, mas reformando-o em parte e em parte emendando, ou cortando. Parece-me que ficou melhor e é esta também a opinião do Saragga. Oxalá seja também a sua. Assim que receba e leia o Número, escreva logo, dizendo-me se fui bem ou mal sucedido. Escuso dizer-lhe que respeitei escrupulosamente o seu pensamento, e que tudo se reduziu a cortes, ampliações (ou melhor, explicações) e emendas de frases».

O exemplo é extraordinário e mostra bem o nível do convívio intelectual entre os dois pensadores. Era uma complementaridade evidente o que existia entre ambos. O que interessava essencialmente era uma procura sincera dos caminhos do pensamento e da vida. Uma procura partilhada com que ambos vibravam, «diga-me também que já vai em páginas 10 000 do *Portugal Contemporâneo*. Quem me dera já ver na rua esse livro, em que uma vez se fala verdade e se diz a verdade toda. Felizes os que ao menos uma vez na vida puderam ouvir a verdade! Mas se têm olhos para não verem e ouvidos para não ouvirem! E eu às vezes quisera ser como eles, já que não pensar e esquecer me é impossível. No meu estado de desânimo e mortal tristeza já não posso ter aquela impassibilidade transcendente ou crua, que já tive, para ver como um espectáculo a miséria e a mesquinhez das coisas humanas. Sou muito desgraçado para poder ser impassível, e quando vejo a profunda abjecção do mundo em que vivemos aumenta-se-me o desgosto até ao desespero» (Carta de finais de 1880). Num momento de radical pessimismo, Antero encontra lenitivo na expectativa de um novo livro, que sumamente o entusiasma, do seu maior amigo... Isso era para si como a ambrosia e o néctar para os deuses do Olimpo...

Ao percorrermos as restantes epístolas sentimos, na maior parte delas, o pulsar de uma vida — entre a filosofia e os livros, passando, como se disse, pelas preocupações e pedidos de familiares e amigos («assim pois, ponho o caso nas suas mãos», «tenha paciência, santa paciência»), até aos dinheiros («como recebi em Paris todo o dinheiro que tinha depositado no Porto, entendi que podia inutilizar o recibo, que já nada significava. Vejo agora que fiz mal...») e aos esquecimentos... A casa de Oliveira Martins era, de facto, para o poeta, um segundo lar, onde D. Vitória esperava pacientemente por esse homem sensível e bom, cuja

instabilidade emocional tanto a enchia de angústias. É pois com grande naturalidade que Antero escreve: «Mande-me um embrulho que ficou sobre a mesa do meu quarto»... «Do meu quarto» — de facto estava sempre pronto para ele o quarto — primeiro na Avenida da Boavista e depois na Casa das Águas Férreas. Que melhor demonstração de uma relação familiar? E a tal ponto isso era verdade que quando Antero morreu, Oliveira Martins foi o destinatário de inúmeras cartas e telegramas de condolências — que amizade. E para se compreender um espírito que vivia permanentemente a exigência de uma moral, é preciso que o entendamos no dia a dia e na permanente força da sua criatividade. Antero poderia ter deixado muito mais obra, poderia ter-se dado mais — com mais fôlego. Pôde dar-se antes como pensador que se comunica falando e escrevendo pequenas cartas, centenas delas, aos sus amigos. Cartas que são o complemento dos seus diálogos apaixonantes — quase de mestre grego, criado na tradição ateniense. E se houve escritor que beneficiasse desse magistério peripatético foi Oliveira Martins, o autodidacta que pôde encontrar nesse irmão três anos mais velho o companheiro de sempre. Eram certamente diferentes. Pensavam diversamente. Mas um não pode ser inteiramente compreendido sem o outro. Em Antero era a exigência espiritual que existia, em Oliveira Martins tudo o puxava para a acção. Ambos viriam a perecer submersos num tempo intensamente contraditório. Antero suicida-se e Oliveira Martins morrerá «triste e sem saudades do mundo» depois de uma experiência política deprimente...

Eduardo Lourenço disse, porém, que «Antero é o único intelectual comprometido com a acção que não transigiu com o comum espírito do seu tempo. Eça, tão fiel às mais delicadas e efémeras vibrações desse tempo, traduziu essa impressão ao notar na atitude de Antero, tanto física como moral, qualquer coisa de «fora de moda», de antigo, senão antiquado. O seu amigo Oliveira Martins visionou-o vivendo no século XIII... Os homens de alta exigência ética e mística — e Antero foi um deles — são sempre um pouco arcaicos»⁽⁹⁾. Oliveira Martins terá compreendido melhor que ninguém a dimensão extraordinária do seu querido amigo. Afinal foi à sombra deste grande e bom Antero que a Geração de Setenta se pôde afirmar com tanta força e vitalidade. Ele foi sempre o incontestado grão-mestre dessa plêiade que um país tão pequeno e excêntrico teve a felicidade de produzir. Eça e Oliveira Martins foram os primeiros a reconhecê-lo, sempre...

(1) *Antero de Quental — In Memoriam* — Porto, 1896, pp. 61-62.

(2) *Quarenta Anos de Vida Literária*, Lisboa, 1902, p. 79.

(3) *Quarenta Anos*, cit., p. 82.

(4) «A propósito de Uma Carta de Oliveira Martins a Antero de Quental Sobre a Estadia Deste em Santa Eufémia», *Revista da Biblioteca Nacional*, vol. 2, n.º 1, Janeiro-Junho 1982, pp. 129 e sgs.

(5) *Cartas Inéditas de Antero de Quental a Oliveira Martins*, Coimbra, 1931, p. 161.

(6) *Antero de Quental — Subsídios para a Sua Biografia*, 2.ª ed., Braga, 1981, vol. I, p. 392.

(7) *Cartas Inéditas*, cit., pp. 103-104.

(8) *Cartas de Antero de Quental*, 2.ª ed. Coimbra, 1921, p. 251.

(9) *Poesia e Metafísica — Camões, Antero, Pessoa*, Lisboa, 1983, pp. 150-151.



Lisboa, Domingo

Meu caro Amigo

Receba um abraço pela sua boa carta, que não podia ser melhor. Não sei até ponto serei capaz de realizar o programa que Você me traça, mas farei quanto me é possível, isto é, tentar de boa vontade.

Peço-lhe volte a procurar entre os meus livros o volume que lhe pedi, porque tenho a certeza de que está lá. É um volume em 8.º pequeno, mas grosso, cartonado à inglesa em pano preto, com o título «Smith's Student's Ancient History of the East». Antes de encomendar outro ao Lewtas, é sempre bom verificar.

Adeus.

do coração

Anthero



Sábado

Meu caro Martins

*Diz-me o Guilherme que Você vem a Lisboa um dia destes: Fico esperando-o com impaciência. Escrevo-lhe estas 2 linhas, a pedir-lhe que, no caso de vir, me traga os meus papéis, que lhe confiei, da «Teoria da Religião». Se lhe não parecer muito pesado, traga-me também o meu Dicionário Alemão, de que preciso. **

Adeus.

do coração

Anthero

** e a obra Die Religion de Pflleiderer, 2 volumes.*

Paris, 15 de Junho

Caro amigo

Acabo de chegar, sem maior transtorno, mas moído da viagem e caindo de sono. Limite-me por isso apenas a estas 2 linhas. Daqui por 6 ou 7 dias devo estar em Bellevue, e de lá lhe escreverei.

Vi o Saragga, que não está mais doente nem mais maluco do que é seu natural.

Recomenda-se o Alberto Sampaio. As minhas lembranças muito cordiais a sua mulher.

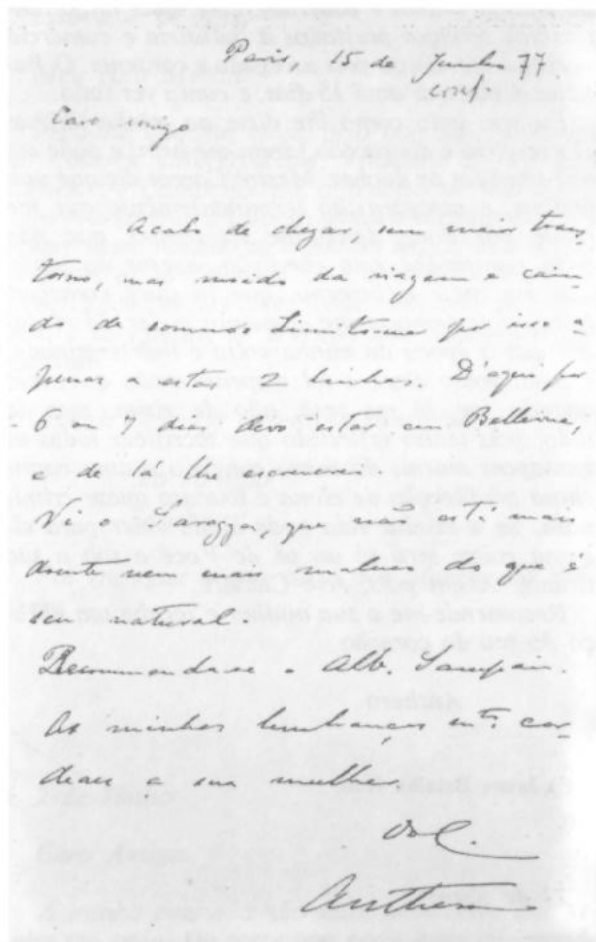
do coração

Anthero

19 de Setembro

Meu caro Amigo

Escrevo-lhe à pressa duas linhas, não podendo agora responder a vários pontos da sua última carta, para lhe dizer que chegou finalmente o nosso Batalha (1) com quem venho de estar em Paris. Dissiparam-se felizmente as nossas apreensões sobre a sua demora e silêncio, pois não houve complicação funesta, e tudo se explica pelo concurso das seguintes coisas, a viagem que o nosso empreendedor amigo quis fazer ao Sul dos Estados Unidos, as febres paludosas que apanhou aí, a grave doença da pequena, que sobreveio quando se dispunham a partir, e finalmente o singular desvio, de certa época em diante, das cartas que escrevia para a Europa, desvio que o Batalha tem a certeza moral de ser obra dos seus inimigos portugueses, lá na América, o que ele lhe contará miudamente. Posto ao corrente do que por aí corre a seu respeito, respondeu que o previa e não lhe dava maior cuidado, pois que a sua chegada dissiparia todas as dúvidas, tendo ele, como tem, tudo



na melhor ordem e podendo fazer valer importantíssimos serviços prestados à indústria e comércio portugueses. Estou pois socegado e contente. O Batalha demora-se aqui 15 dias, e conta ver tudo.

Eu vou indo como lhe disse na minha última. O exercício e distração fazem-me bem, e pode ser que também os duches. Mestre Carcot diz que vou melhor, e assegura tão terminantemente que me há-de pôr bom, dando-lhe eu tempo, que não ousou recusar-lhe esta condição, apesar do medo que me mete o inverno, que já quer começar. Conto pois demorar-me enquanto puder. Já vê daqui que a época da minha volta é indeterminada, e nada posso dizer a tal respeito senão que, seja quando for, lá me terá, não de visita, mas de todo, pois tenho reflectido que sacrificar todas as vantagens morais do nosso convívio a uma caprichosa predilecção de clima é loucura quase criminosa. Se a minha vida pode ainda valer para alguma coisa, será só ao pé de Você e sob a sua tirania. Assim pois, Ave Caesar!

Recomende-me a sua mulher e receba um abraço do seu do coração.

Anthero

(¹) Jaime Batalha Reis

23 de 8bro

Meu caro Amigo

Só agora acuso a recepção do seu artigo (¹) porque passei todos estes dias entretido com ele. Isto lhe indica que usei largamente dos plenos poderes que me conferira. Achei-o mal escrito, em dois sentidos: como estilo, áspero e incorrecto, e como crueza de cores, dureza de afirmações, falta de flexibilidade e nuance. Em compensação, o fundo de ideias e a maneira porque desenvolve o assunto agradaram-me plenamente. Resolvi, pois, publicar

o artigo, mas reformando-o em parte e em parte emendando, ou cortando. Parece-me que ficou melhor e é esta também a opinião do Saragga. Oxalá seja também a sua. Assim que receba e leia o Número, escreva-me logo, dizendo se fui bem ou mal sucedido. Escuso dizer-lhe que respeitei escrupulosamente o seu pensamento, e que tudò se reduziu a cortes, ampliações (ou melhor, explicações) e emendas de frases.

Quanto ao Helenismo não li ainda, nem conto ler, por duas razões. Primo, porque a vida que aqui levo bestifica-me a ponto de me fazer quase perder a noção e inteligência daquelas coisas: e em segundo lugar, porque prefiro ler o seu livro todo, inteiro e acabado, como se lê um livro, e não fragmentariamente, o que me faz perder todo o gosto e até certo ponto inabilita para depois julgar bem: Não me mande pois mais folhas. Se eu estivesse aí, a leitura que fosse fazendo das provas podia ser útil, sugerindo alguma emenda aproveitável. Daqui, já não ia a tempo e eu perdia um verdadeiro prazer, que me reservo com epicurismo.

Escrevo-lhe de Paris, onde estou já residindo: Rue Franklin, 22. Não sei quanto tempo me demorarei ainda por cá. Creio que o tratamento me tem aproveitado, e por isso vou continuando. Se puder, passarei ainda Novembro. Tudo depende dum conjunto de circunstâncias, em que o frio entra como função máxima.

Adeus

Do seu do coração

Anthero

O Saragga, que está felicíssimo com o seu artigo incumbe-me de lho agradecer, não podendo agora escrever-lhe pelo muito que tem que fazer.

(¹) Antero refere-se ao artigo sobre *Alexandre Herculanu* publicado no n.º 3 da revista *Os Dois Mundos*, em 31 de Outubro de 1877. Este texto viria a ser ampliado, constituindo o Capítulo I da parte a «Regeneração» do Livro VI do *Portugal Contemporâneo*.

12 de Dezembro

Meu caro Amigo

Já cá estou, depois de 2.^a feira. Estou em casa de minha irmã, Calçada de Santa Ana, 199, 4.^o. Conto demorar-me aqui alguns dias, 8 ou 10, descansando da viagem, que me abateu bastante, e ainda mais da primeira noite que passei em Lisboa, num hotel, onde não me deixaram dormir um minuto. Em suma, isto há-de passar em dormindo algumas noites; e, tudo ponderado, penso achar-me melhor de saúde do que quando daqui saí.

Disse-me o Guilherme que Você vinha a Lisboa brevemente. Poderei pois acompanhá-lo quando volte.

Do seu do coração

Anthero

Envio as minhas lembranças a sua mulher.

Lisboa, 29 de Dezembro

Meu caro Amigo

Como recebi em Paris todo o dinheiro que tinha depositado no Porto, entendi que podia inutilizar o recibo, que já nada significava. Vejo agora que fiz mal, mas talvez se possa remediar isso de qualquer forma, que você deve saber e lhe peço me indique.

Adeus, estou com fortes dores de cabeça, por isso não digo mais senão que me recomende a sua mulher.

Do seu do coração

Anthero

Lisboa, 7 de 9bro

Meu caro Martins

Peço-lhe que me envie pelo correio o livrinho do Cournot «Materialisme, Vitalisme et Rationalisme». — Como me diz o Guilherme que Você vem brevemente a Lisboa, tenha a paciência de me trazer nessa ocasião os seguintes livros: «La Méta-phisque et la Science» de Vacherot, «Traité de l'enchaînement des idées fondamentales» de Cournot, e as Poesias de Goethe, um volumezito encarnado.

Adeus. Desculpe tanta impertinência.

do coração

Anthero

Foi entregue a sua carta aos homens do Pro-testo.

2 de Junho

Caro Amigo

A minha cunhada não veio, nem creio que venha tão cedo. De sorte que nada mais me prende aqui, e partiria imediatamente, se não quisesse aproveitar a companhia do meu tio, quando ele voltar, que será, diz ele, no dia 15. Assim, pois, de 16 em diante conte comigo. Aqui faz já óptimo calor. Oxalá vá encontrar no Porto a mesma temperatura deliciosa!

Adeus

do coração

Anthero

Querido Amigo

Diga-me alguma coisa da sua saúde. Já tem tido tempo bastante de experiência das suas novas condições materiais de trabalho, para poder formar um juízo. Diga-me pois, (que estou impaciente) se temos homem. Diga-me também que já vai em páginas 10:000 do Portugal Contemporâneo. Quem me dera já ver na rua esse livro, em que uma vez se fala verdade e se diz a verdade toda. Felizes os que ao menos uma vez na vida puderam ouvir a verdade! Mas se têm olhos para não verem e ouvidos para não ouvirem! E eu às vezes quisera ser como eles, já que não pensar e esquecer me é impossível. No meu estado de desânimo e mortal tristeza já não posso ter aquela impossibilidade transcendente ou crua, que já tive, para ver como um espectáculo a miséria e a mesquinhez das coisas humanas. Sou muito desgraçado para poder ser impassível, e quando vejo a profunda abjecção do mundo em que vivemos aumenta-se-me o desgosto até ao desespero.

Adeus, que não quero continuar neste tom, e não posso ter outro. Só lhe digo uma coisa. Misérrimos dos que sobrevivem, indivíduos ou povos, misérrimos!

Receba um abraço do seu

Anthero

Carta dos finais de 1880. O Portugal Contemporâneo foi editado em Abril de 1881.

Vila do Conde, 6.ª feira

Caro Amigo

Como Você tem muito em que pense, torno a lembrar-lhe o meu Fonseca Pinto, pois suponho que deve estar a chegar aí o Bartissol. Este meu amigo trabalhou durante 2 anos, no Douro, com

Combemale, na qualidade de olheiro de materiais, ou coisa assim. Não é um analfabeto, pois chegou ao 1.º ano de Matemática e Filosofia na Universidade. É homem de toda a confiança. —

Agora uma notícia desagradável. Cá descobri um anacoluto! É a página 374 do 2.º volume (¹) É perfeito no seu género. Cá o marquei com 3 triunfais pontos de admiração.

E adeus.

do coração

A. Q.

P. S.: Mande-me um embrulho quadrado, que me ficou sobre a mesa do meu quarto. O Alberto ainda me não apareceu. —

A.

(¹) História da República Romana.

Vila do Conde, 29

Caro Amigo

Transcrevo duma carta do João Machado, que acabo de receber, o seguinte: — «Acabo de saber que o actual Vice-Cônsul em Boston, cujo lugar eu pretendi, está moribundo. Este lugar convinha-me ainda actualmente e muito. Segundo me disse o Oliveira Martins, o Barros Gomes teve de atender a uma indicação eleitoral: é possível que agora não haja concorrente dessa importância. Desejava pois que fizesses com que o Oliveira Martins o solicitasse para mim, a ver se desta vez isso será possível» — Peço-lhe que faça o que puder neste sentido e que me comunique o que houver. Desejava bastante que o João Machado obtivesse o que de-

seja: mas, como um bom desengano ainda é preferível a uma má esperança, quero comunicar-lhe o que houver, ainda que seja desfavorável.

Tenho dormido melhor, mas ainda assim receio que o meu restabelecimento seja lento. Por isso, se o escrito que prometi à Maria Amália⁽¹⁾ se demorar muito, e ela lhe falar nisso, peço-lhe me desculpe o melhor que puder.

Do coração
Anthero de Q.

(1) Maria Amália Vaz de Carvalho.

São Miguel, 30 de Agosto

Meu caro Amigo

Escrevo-lhe à pressa, porque receio que fechem a Mala, para lhe dizer que continuo passando sem novidade. Não tenho tido ultimamente notícias suas. É possível que me tenha escrito, mas o correio aqui é um tanto incoerente e ouvi dizer que uma Mala destinada para S. Miguel tinha ultimamente ido para as Flores e ainda de lá não voltou. A minha ida à Terceira e outros embaraços obrigaram-me a adiar a minha volta ao Continente, que será só no Pacote de 18 de Outubro. Recebi, haverá um mês, carta do pobre Fonseca Pinto. Ainda lá está em Leiria, sem emprego nem recursos. Veja se faz por ele alguma coisa. Ele manifestava-me receios de que o Xavier Cordeiro estivesse prevenido contra ele, atribuindo isso a intrigas de alguns dos seus antigos chefes (no Caminho de Ferro de Leiria) que desde o princípio o alharam mal, como intruso. Os infelizes vêem sempre por toda

a parte conspirações tramadas contra eles. Entretanto não é também impossível que os receios dele tenham fundamento, e em tal caso era melhor o Cordeiro declarar francamente que não lhe convém admiti-lo ao seu serviço, em vez de o trazer à corda. Ele veria então se, com o auxílio de Você, conseguia tomar outro rumo. Falava-me também de não sei quê em Aveiro. Creio que lhe terá escrito a esse respeito. Peço-lhe que se não esqueça dele.

Do seu do coração
Anthero de Q.

Lisboa (R. da Fé, 12)

Quinta feira

Caro Amigo

Aqui estou, desde 2.ª feira, nesta Capital das Arábias. Como me não sinto muito mal, e tenho conseguido dormir, vou-me demorando ainda alguns dias, para ver vários amigos e entre eles o nosso Jaime, que me consta está a chegar (a) Lisboa. Passarei depois uns dias no Cartaxo, com o Lobo. Das evoluções por que passar o informarei. Deve ter recebido um vale do correio, por mim expedido, em Ponta Delgada, à sua ordem. Recomende-me a sua mulher, e saúde por mim os Amigos.

Do seu do c.
Anthero de Q.

2.ª feira

Querido Sr. Amigo

Tenho a honra (Sr. Pires) de ler a carta inclusa. Tenho sobretudo muita preocupação p.^a ninguém, em causa alguma, e espero conservar-me sempre a este respeito. Mas não desejo p. m.^a iracúndia, que é um extremo susceptível, fiquem mal comigo por causa d'este negocio, nem ainda q' fiquem mal com elle as suas senhoras, e até as aqui - que não quero de - que ali se jacta a causa fustiga a justiça, ou p.^a se não me queira ou incommodar, e. não terei de mais em attendir ao desejo de repouso e a tornar-lhe limitada, sem ser exposta, a chama sobre elle a sua attenção de não se abria, d'isso e q' se jacta, fassam-lhe D. entre o favor de um simples respeito ao decoro, aspezo a ali, de um simples obsequio muito, desabida: com uma carta ascendente, mas não p. com minha iracúndia, e isto por ser sempre com elle se abrynha. red. para com as suas senhoras. De a

na carta for com o mesmo sentimento de respeito em razão e desabridade, p.^a de não se tenha mais por um motivo a não irar esta asseada contra V.^o, p.^a p.^a m.^a de ut modo futuro e com o mesmo.

E agora está o q' ha a respeito de tabaco. Quanto a p.^a l.^a l.^a p.^a, dir-lhe-hei q' que por um tempo esplendida e que tenho passado e dormido bastante, achando que esta forma de tabaco em modo é inferior à de Novatos, Haut e outros. Creio que V.^o apreciaria o valor d'este tabaco e que isso me jacta mas na carta.

E adeus, até Junho

Antero

Antero de J.

2.ª feira

Meu caro Amigo

Tenha a paciência (santa Paciência!) de ler a carta inclusa. Tenho protestado nunca ser empenho para ninguém, em coisa alguma, e espero conservar-me sempre nestas sábias disposições. Mas não desejo que minha irmã, que é em extremo susceptível, fique mal comigo por causa deste negócio, nem ainda que fiquem mal com ela as tais senhoras, e então eis aqui o que resolvo. Se o que aí se pede é coisa factível e justa, ou pelo menos não injusta ou inconveniente, Você não terá dúvida em atender aos desejos do rapaz e eu ter-me-ei limitado, sem ser empenho, a chamar sobre ele a sua atenção. Se não é admissível o que se pede, far-me-á Você então o favor de me escrever resposta bem seca, dura, áspera e até, se me quiser obsequiar muito, desabrida: com essa carta escudar-me-ei para com minha irmã, e esta por seu turno com ela se abroquelará para com as ditas senhoras. Se a sua carta for consoante meus íntimos desejos em rudeza e desabrimento, poderei eu então mostrar por esse motivo a minha irmã certo azedume contra Você, prevenindo deste modo futuras encomendas.

E aqui está o que há a respeito de tabacos.

Quanto a filosofia, dir-lhe-ei que faz um tempo esplêndido e que tenho passeado e dormido bastante, achando que esta forma de sabedoria em nada é inferior à de Sócrates, Kant e outros. Creio que Você apreciará o valor destas soluções e por isso não ponho mais na carta.

E adeus, até Junho.

Do coração

Anthero de Q.

Vila do Conde, 2.ª feira

Amigo

Escreve-me a Ana Lobo ⁽¹⁾ dizendo que o Mayer ⁽²⁾ se lhe oferecera para apadrinhar o noivo junto do Beirão ⁽³⁾, e que como agora surge oposição, por parte de influentes políticos de Santarém, pretensão do rapaz, ela se resolve a usar do oferecimento do Mayer, pedindo-me que lhe escreva a ele e achando mais seguro recorrer a mim, que sou pessoa muito séria, do que a Você «que leva tudo de mangação». Como as raparigas na situação da Ana são muito sujeitas a ilusões, enganos, equívocos, e em geral pouco inclinadas ao rigor, precisão, exactidão e mais virtudes intelectuais, acho melhor, em vez de escrever ao Mayer, escrever-lhe a Você. Assim pois, ponho o caso nas suas mãos: Você verá o que há e o que se pode fazer em favor desta simpática virgem, que começa a eternizar-se.

E como vai e o que faz? Espero todo-los dias pelo seu volume marítimo ⁽⁴⁾. Eu passo menos mal, Tenho lido Tito Lívio, que afinal merece ler-se, ainda que não tanto como o Taine pretendê. Conto ir passar o mês de Maio com o nosso Lobo no Cartaxo, e lá para Junho botarei até Lisboa, onde me demorarei enquanto os pianos, pregões, trens e outras pragas babilónicas mo consentirem. E adeus.

do coração

A. Q.

⁽¹⁾ Filha de João Lobo de Moura.

⁽²⁾ Carlos de Lima Mayer.

⁽³⁾ Veiga Beirão.

⁽⁴⁾ Portugal nos Mares.



nineminemineminemini
neminemineminemine
nineminemineminemini

LIVROS

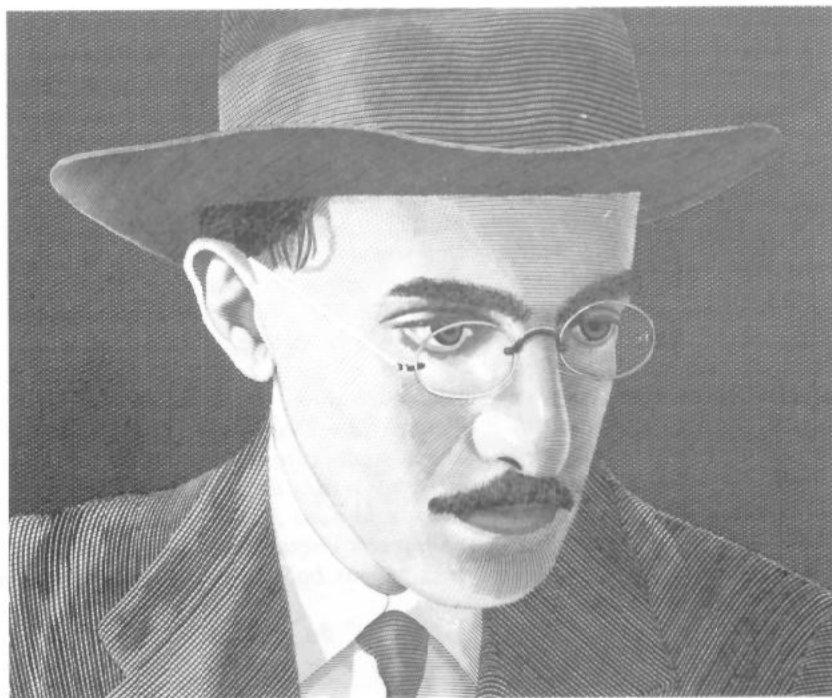
ninemineminemine
neminemineminemine
nineminemineminemini

DA
IMPRESA
NACIONAL

item IMPRESA NACIONAL - CASA DA MOEDA

GRAFDEC

UMA OPORTUNIDADE ÚNICA



A Imprensa Nacional - Casa da Moeda acaba de editar um retrato de Fernando Pessoa, da autoria de José Macedo Bandeira, artista gravador da Casa da Moeda.

Executada a respectiva matriz a buril e água forte, foi depois reproduzida pelo processo técnico utilizado na feitura das notas de banco.

Pelo elevado grau de complexidade, número de horas de trabalho manual, recriação cuidadosa e paciente interpretação, uma gravura deste tipo, para além da perfeição técnica do seu acabamento, é uma autêntica obra de arte.

A Imprensa Nacional - Casa da Moeda oferece-lhe um exemplar desta gravura na compra de 5.000\$00 em livros ou na assinatura anual da revista PRELO.

Gravura 150 x 110 mm, sobre cartolina CLA 180g branca 342 x 250 mm. **Tiragem limitada.**
Inscreva-se já nas Livrarias do Estado ou no seu livreiro habitual.

OFEREÇA ARTE • OFEREÇA CULTURA

DUPLA PRELO



N.º 1 - Outubro/Dezembro 1983

SOBRE A IDENTIDADE NACIONAL: INQUÉRITO

Jorge Borges de Macedo:
Não temos o direito de desistir

José-Augusto França:
Falemos antes de definição

Eduardo Lourenço:
Crise de identidade ou ressaca «imperial»?

SOBRE A EXPANSÃO: ENSAIO E POESIA

O problema do conhecimento na
«Sphaera» de D. João de Castro
por Luís Filipe Barreto

«Vi claramente visto» ou Camões e
D. João de Castro
por Vasco Graça Moura

A esfera armilar: génese e evolução
de um símbolo
por Ana Maria Alves

Mudança na Etnologia (Questão do
olhar)
por Joaquim Pais de Brito

Romance do infeliz sucesso
por Leitão de Andrada

Romance de D. Sebastião de Portugal...
anónimo encontrado por Almeida Faria

O azulejo: a mão e o mar
por João Fatela

O «Julgamento das Almas» do Museu de Arte Antiga: estudo de uma pintura «panfletária»
por Dagoberto L. Markl

LIVROS NA «PRELO»

Notas sobre «Navegações», seguidas de dois poemas
por Sophia de Mello Breyner Andresen

Virtudes do texto, vícios da edição: notas sobre a «Introdução à História dos Descobrimentos Portugueses» de Luís de Albuquerque, por Francisco Contente Domingues



N.º 2 - Janeiro/Março 1984

Reflexões sobre «a crise da identidade nacional»

por José Fernandes Fafe

Sociedade e economia na Lusitânia do séc. II a.C.

por José Manuel Garcia

Economia em Portugal no século XVIII: aspectos de mentalidade
por José Esteves Pereira

Iconografia da morte e ressurreição de Cristo: desvios heterodoxos em dois painéis do antigo retábulo da igreja de Jesus em Setúbal

por Pedro Gomes Barbosa e F. A. Baptista Pereira

A lógica do cultural: uma introdução à História da Cultura

por Luís Filipe Barreto

INÉDITOS PESSOANOS

Emília Nadal: a arca e a fábula. Um ciclo de trabalhos dedicado à obra de Fernando Pessoa

apresentado por Vasco Graça Moura

Cartas de Fernando Pessoa a Adolfo Casais Monteiro

apresentadas por José Blanco

LIVROS NA «PRELO»

Sobre as «Religiões da Lusitânia»
por José Manuel Garcia



N.º 3 - Abril/Junho 1984

ENTREVISTA

Um erro que vem da Geração de 70
Entrevista com J. S. Silva Dias

ENSAIOS

Místicos, veneráveis e herejes. Para o estudo da religiosidade portuguesa no séc. XVII

por Paulo Guimarães

Raios de extinta luz: um título envenenado

por Ana Maria Almeida Martins

Fenomenologia do cultural: uma introdução à História da Cultura

por Luís Filipe Barreto

DOCUMENTOS

Um texto esquecido de Alexandre Herculano sobre lavoura

por José Manuel Garcia e Jorge Custódio.

LIVROS NA «PRELO»

«Peregrinação»: a sátira e o resto
por Rebeca Catz

Uma historiadora: Virgínia Rau
por José Manuel Garcia



Número especial dedicado a Eduardo Lourenço.

Colaboraram neste número:

Eugénio de Andrade

Vergílio Ferreira

Eugénio Lisboa

José-Augusto França

Almeida Faria

Fernando Gil

António Ramos Rosa

Sophia de Mello Breyner Andresen

Maria Alzira Seixo

Miguel Tâmen

Eduardo Prado Coelho

Mário Cláudio

Manuel Maria Carrilho

Luís Filipe Barreto

Joaquim Aguiar

Agustina Bessa Luís

Mário Braga

Urbano Tavares Rodrigues

José Blanc de Portugal

Maria Velho da Costa

Incluindo uma entrevista e páginas inéditas do diário de Eduardo Lourenço



N.º 4 - Julho/Setembro 1984

ENCICLOPÉDIAS

O «modelo» enciclopédico e as suas variações
por Alfredo Salsano

Postscriptum, 1984
por Alfredo Salsano

As enciclopédias medievais
por José Mattoso

O sonho de Diderot
por Irene Maria Ferreira

A paixão de coleccionar em Walter Benjamin
por Maria Filomena Molder

ENCICLOPÉDISMO EM PORTUGAL

Natureza e expressões do saber
por José Esteves Pereira

Ribeiro Sanches e o poder do saber
por Luís Filipe Barreto

Enciclopedismo e anti-enciclopedismo
por João Luís Lisboa

ACTUALIDADES INCM



Número especial
dedicado a Jaime Cortesão

APRESENTAÇÃO

Relance sobre a vida e a obra historiográfica
por Joel Serrão

«A Morte da Água»
por António Coimbra Martins

Um prosador desconhecido
por Urbano Tavares Rodrigues

Principais dados biográficos

DOCUMENTOS

Cartas inéditas de Pascoaes a Cortesão

Jaime Cortesão e a Maçonaria (1911-1920)
apresentação de José Esteves Pereira

CORTESÃO HISTORIADOR

A teoria da História de Jaime Cortesão
por Jorge Borges de Macedo

Em torno dos fundamentos da formação de Portugal
por José Manuel Garcia

CORTESÃO E O BRASIL

A conquista de Angola pelos Holandeses. Estudo histórico-geográfico
por Max Justo Guedes

O «mistério» das Bandeiras
por Nanci Leonzo

No IV Centenário da cidade de São Paulo
por Daise Aparecida Oliveira, Lilliane S. L. Barros e Celina Yoshimoto

Cortesão no Instituto Rio Branco
por Maria Beatriz Nizza da Silva

Escritos semi-inéditos
por João Alves das Neves



N.º 5 - Outubro/Dezembro 1984

ENSAIOS

«Dizeres do povo» de Corrêa d'Oliveira e uma carta inédita de Fernando Pessoa

por J. M. da Cruz Pontes

Sentires simbolistas de A. Carneiro

por Isabel Oliveira e Silva

Do objecto ao museu

por Madalena Braz Teixeira

Para uma leitura da simbólica manuelina

por Ana Cristina Leite e Paulo Pereira

DOCUMENTOS

Inéditos de Camilo.
Novas páginas de sofrimento

por Viale Moutinho

LIVROS NA «PRELO»

Glória de Sant'Anna.
O silêncio íntimo das coisas

por Eugénio Lisboa



N.º 6 - Janeiro/Março 1985

ENSAIOS

Uma tradução portuguesa da «Navegacion Especulativa» de António de Naiera

por Luís de Albuquerque

Fernando Oliveira, primeiro teórico da construção naval em Portugal

por Francisco Contente Domingues

Os Colóquios dos Simples: a Natureza «per speculum aenigmatem»

por Irene Maria Ferreira

Da medicina renascentista: o lugar de Cristovão da Costa na leitura dos Colóquios de Garcia de Orta

por Luís Filipe Barreto

A influência portuguesa na difusão de plantas no mundo

por José E. Mendes Ferrão

Notas sobre um académico setecentista

por Manuel da Costa Leite

Quando uma rainha regulamenta o bem-estar e a saúde dos seus fiéis vassallos

por AnaLuísa Janeira e Ana Maria Carneiro

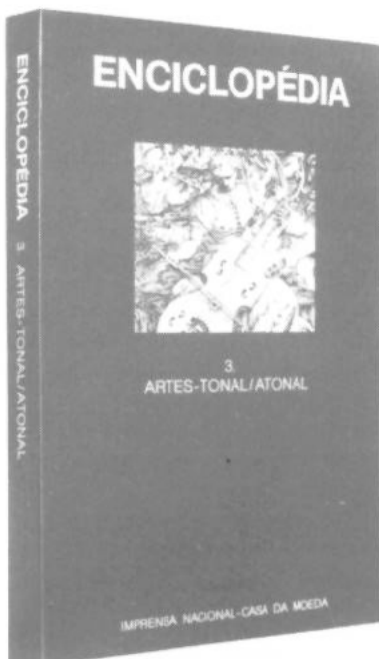
As experiências com «globos volantes» realizadas em Coimbra, em 1784
por A. M. Amorim da Costa

ENCICLOPÉDIA EINAUDI



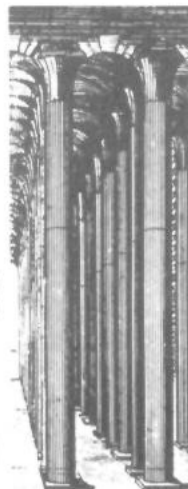
Piano da obra:

1. Memória - História
2. Linguagem - Enunciação
3. Artes - Tonal/atonal
4. Local/global
5. Anthropos - Homem
6. Orgânico/inorgânico - Evolução
7. Modo de produção - Desenvolvimento/subdesenvolvimento
8. Região
9. Matéria - Universo
10. Dialéctica
11. Oral/escrito - Argumentação
12. Mythos/logos - Sagrado/profano
13. Lógica - Combinatória
14. Estado - Guerra
15. Cálculo - Probabilidade
16. Homo - Domesticação - Cultura material
17. Literatura - Texto
18. Natureza - Essência/existência
19. Organismo - Hereditariedade
20. Parentesco



43 VOLUMES

EDIÇÃO PORTUGUESA



21. Método - Teoria/modelo
22. Política - Tolerância/intolerância
23. Inconsciente - Normal/anormal
24. Física
25. Criatividade - Visão
26. Sistema
27. Cérebro - Máquina
28. Produção/distribuição - Excedente
29. Tempo/temporalidade
30. Religião - Rito
31. Signo
32. Soma/psíche - Corpo
33. Explicação
34. Comunicação - Cognição
35. Estruturas matemáticas - Geometria e topologia
36. Vida/morte - Tradições - Gerações
37. Conceito - Filosofia/filosofias
38. Capital
39. Sociedade - Civilização
40. Direito - Classes
41. Conhecimento
- 42-43. Sistemática

A enciclopédia da cultura contemporânea

41 volumes temáticos com 600 conceitos-chave interdisciplinares, que constituem uma rede de referências, relações e conexões e introduzem o leitor ao conhecimento activo das ideias, dos conceitos e dos problemas de hoje.

A enciclopédia de orientação

que ajuda a ler e a perceber, sem impor respostas definitivas; que ensina a organizar o nosso saber fragmentado e disperso; que se dirige a todos quantos se interessam pelos factos profundos da cultura e suas transformações.

A enciclopédia do saber de hoje

elaborada com a colaboração de reputados especialistas italianos, franceses, ingleses, soviéticos, americanos, polacos, portugueses.

"Uma imensa revolução no mundo cultural de língua portuguesa"
Eduardo Prado Coelho

"Ao mundo fechado e totalizante das enciclopédias modernas, a Einaudi contrapõe um universo que se pretende tão livre e aberto quanto o desejo e a imaginação do leitor"
António Mega Ferreira

"Um dos grandes acontecimentos culturais deste ano (e dos próximos) entre nós. Uma enciclopédia para ler e não apenas para consultar"
Francisco Belard

A VENDA NAS LIVRARIAS

PRÓXIMA **DEL PRELO**
ALVAREZ